



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

Isa Cristiana Pereira Ferreira

“Reinserção Social e Diferença de Género”

Outubro 2016

DECLARAÇÃO

Nome: Isa Cristiana Pereira Ferreira

Endereço eletrónico: isapereira13@hotmail.com

Telefone: 916099365

N.º ID Civil: 14131990

Título da tese de Mestrado: Reinserção Social e Diferença de Género

Orientador: Professor Doutor Luís Manuel Jesus Cunha

Ano de Conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Crime, Diferença e Desigualdade

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, ___/___/___

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Em todos os momentos da nossa vida precisamos de pessoas ao nosso lado que nos ajudem na concretização dos nossos objetivos de vida e a ser o que somos. Esta foi a etapa mais importante e trabalhosa da minha vida e por isso quero presentear com um agradecimento muito especial a todas as pessoas que tiveram presentes neste ano.

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu orientador Professor Doutor Luís Cunha pela disponibilidade e simpatia com que acolheu e assegurou a orientação desta investigação, pela paciência e palavras de incentivo, bem como pelo rigor científico e sabedoria que me propiciou.

À Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais pela imediata resposta e pela ajuda de esclarecimentos.

Ao Estabelecimento Prisional de Sta. Cruz do Bispo pela disponibilidade, acolhimento e simpatia em especial à Diretora Paula Leão e a todas as reclusas que colaboraram para o presente trabalho.

Ao Estabelecimento Prisional de Braga pela imediata disponibilidade, pelo acolhimento e dedicação, em especial à Doutora Cláudia Gil e à Técnica Superior de Reeducação Ana Paula Cunha pela simpatia e a todos os reclusos que colaboraram para este estudo.

A todos os meus entrevistados, sem exceção, e a todos aqueles com os quais contactei, o meu obrigado por todas as informações, pelas vivências, pelas experiências partilhadas e pela disponibilidade que mostraram em colaborar na realização deste estudo.

Aos meus pais pelo apoio, incentivo, paciência e amor incondicional. Obrigada pelo esforço que fizeram para pagarem as propinas, eu sei que nem sempre foi fácil.

À minha família, em especial à minha querida avó que sempre mostrou interesse e preocupação pelo meu trabalho. Um agradecimento enorme pela força e pelas palavras de incentivo.

Ao meu namorado, que por momentos privei de convívio durante esta etapa da minha vida, mas que, à sua maneira ia manifestando o seu carinho, apoio e compreensão.

Às minhas amigas Vera, Rita e Paula pelo apoio incondicional e pelas suas peculiares manifestações de carinho ao longo da elaboração deste trabalho.

Finalmente, deixo aqui uma palavra de reconhecimento a todos os restantes colegas e amigos que, de algum modo, me ajudaram na concretização deste trabalho.

RESUMO

Reinserção Social e Diferença de Género

Esta dissertação tem como principal objetivo analisar, descrever e compreender a perspectiva que reclusos/as e ex-reclusos/as têm em relação aos instrumentos de reinserção social existentes dentro do estabelecimento prisional, tendo em vista a sua inserção social e profissional após o cumprimento da pena, aferindo se existem variações associadas a diferenças de género.

Tomando a prisão como ponto de coordenada, mas adotando uma abordagem pluridimensional que visa articular o dentro e fora da prisão, pretendemos alcançar alguns objetivos específicos: (1) desvendar a possível existência de diferenças perceptíveis nos processos de integração de homens e mulheres, com reflexo no seu sucesso; (2) descortinar a relevância que as redes de sociabilidade têm nos processos de reintegração de homens e mulheres após cumprimento de pena; (3) sinalizar a existência, dentro da prisão, de eventuais diferenças notórias nos processos de preparação para a saída de homens e mulheres.

Na tentativa de melhor conhecer esta realidade foram entrevistados oito reclusos/as e oito ex-reclusos/as. Optámos por entrevistas semi-estruturadas, com vista à obtenção de dados comparáveis mas que fosse também impressivos e suscetíveis de análise com base no seu conteúdo.

Estamos conscientes de que a compreensão de um fenómeno complexo como é o da reinserção social está para além das ambições deste trabalho. Do ponto de vista da população estudada tem um âmbito limitado, já que apenas abrangeu dezasseis entrevistados. No entanto, ainda que as conclusões não se estendam à população prisional em geral, e seja importante ouvir também outros protagonistas envolvidos na implementação deste processo, acreditamos que as reflexões apresentadas possam contribuir para a reflexão acerca do que é necessário fazer, tanto dentro dos estabelecimentos prisionais como após a saída, para que se possam alcançar melhores resultados nos processos de reinserção social.

Palavras-chave: reinserção social, género, reclusão, reclusos/as, ex-reclusos/as, estabelecimento prisional

ABSTRACT

Social Reintegration and Gender Difference

The main aim of this dissertation is to analyse, describe and understand the perspective that inmates and ex-prisoners have in relation to the existing instruments of social reintegration within the prison, with a view to their social and professional integration after completion of the sentence, monitoring if there are variations associated with gender differences.

Taking the prison as a reference point, but adopting a multidimensional approach which aims to articulate the experiences inside and outside the prison, we want to achieve some specific goals: (1) uncover the possible existence of differences in the processes of integration of men and women, with reflection in their success; (2) understand the relevance that the social networks have in the process of reintegration of men and women after completion of sentence; (3) highlight the existence, within the prison, of any significant differences in the preparation processes for the release of men and women.

In an attempt to better understand this reality eight inmates and eight ex-prisoners, males and females, were interviewed. We have conducted semi-structured interviews, to obtain comparable data and, simultaneously, collect insightful content. We are aware that the comprehension of a complex phenomenon such as the social reintegration is beyond the ambitions of this work. Considering the population study, this paper has a limited scope, due to the small sample obtained composed by only 16 respondents. However, although the findings do not represent the general prison population, it is important to listen to other protagonists involved in the implementation of this process. We believe that the findings presented and discussed in this paper are a relevant contribution to the wider reflection on what needs to be done, both in prison and post-release, in order to achieve better results in the process of social reintegration.

Key-words: social reintegration, gender, reclusion, prisoner, ex-prisoner, penal institution

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE ABREVIATURAS	ix
ÍNDICE DE TABELAS	x
INTRODUÇÃO	1

CAPÍTULO I

PERCEBER OS CONCEITOS PARA ENQUADRAR A ANÁLISE

I – Reclusão, Formação, Reinserção

1. Problemática da Reinserção Social	5
2. A Reinserção Social na Prisão e a Preparação para a Liberdade	7
3. Direção-Geral de Reinserção Social	10
3.1 Acompanhamento no pós-saída	11
3.2 Técnicos de Reinserção Social	12
4. Modalidades de Educação e Formação Profissional nos Estabelecimentos Prisionais	14
5. Reinserção Social e o Emprego	15

II – Diferenças, Identidades e Estigmas em Contexto Prisional

6. Género	18
7. Identidades Sociais	19
8. Prisões no Feminino	21
9. Família	
9.1 Perímetro socio-relacional - Familiares dos Reclusos	25
9.2 Prisionização Secundária	26

CAPÍTULO II

O INVESTIGADOR E O SEU OBJETO: LINHAS DE PESQUISA

I – Conceção e Planeamento da Investigação

- | | |
|---------------------------------|----|
| 1. Metodologia | 28 |
| 2. Justificação da Investigação | 29 |
| 3. Objetivos | 30 |
| 4. População e Amostra | 31 |

II – Caracterização Metodológica da Investigação

- | | |
|---|----|
| 5. Procedimentos e Considerações Éticas | 33 |
| 6. Instrumento de Colheita de Dados | 37 |
| 7. Recolha de Dados | 38 |
| 8. Análise/ Tratamento de Dados | 39 |

CAPÍTULO III

INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA: OS RESULTADOS E A SUA DISCUSSÃO

I – Procedimentos e Apresentação dos Dados Recolhidos

- | | |
|---|----|
| 1. Apresentação e Caracterização da Amostra | 42 |
| 2. Análise dos Resultados | 45 |

II – Apresentação e Discussão dos Resultados da Investigação

- | | |
|--|----|
| 1. Categorias | 59 |
| 2. Apresentação das Matrizes de Análise de Conteúdo elaboradas | 63 |
| 3. Conclusão dos Resultados | 74 |

CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANEXOS	
Anexo 1 – Guião de Entrevista Reclusos/as	88
Anexo 2 – Guião de Entrevista Ex-Reclusos/as	90
Anexo 3 – Consentimento Informado	92
Anexo 4 – Pedido de Autorização	93
Anexo 5 – Entrevistas aos Reclusos	94
Anexo 6 – Entrevista às reclusas	102
Anexo 7 – Entrevistas aos Ex-reclusos	108
Anexo 8 – Entrevista às Ex-Reclusas	118

LISTA DE ABREVIATURAS

CAT – Centro de Apoio à Toxicodependência

DGRS – Direção-Geral de Reinserção Social

DGSP – Direção-Geral dos Serviços Prisionais

DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

EP – Estabelecimento Prisional

IRS – Instituto de Reinserção Social

PIR – Plano Individual de Readaptação

RAVE – Regime Aberto Voltado para o Exterior

RAVI – Regime Aberto Voltado para o Interior

TRS – Técnico de Reinserção Social

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização demográfica e biográfica dos homens reclusos participantes nesta investigação	42
Tabela 2 – Caracterização demográfica e biográfica das mulheres reclusas participantes nesta investigação	43
Tabela 3 – Caracterização demográfica e biográfica dos homens ex-reclusos participantes nesta investigação	43
Tabela 4 – Caracterização demográfica e biográfica das mulheres ex-reclusas participantes nesta investigação	44
Tabela 5 – Lista de Categorias Iniciais	59
Tabela 6 – Categorias Intermédias	60
Tabela 7 – Categorias Finais	62
Tabela 8 – Matriz análise de conteúdo das entrevistas aos reclusos e reclusas	64
Tabela 9 – Matriz análise de conteúdo das entrevistas aos ex-reclusos e ex-reclusas	68

INTRODUÇÃO

A presente investigação surge integrada no Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade, realizado no Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. O tema desta tese de Mestrado centra-se na *Reinserção Social e Diferença de Género*.

Este trabalho de investigação apresenta uma abordagem aos percursos de vida de homens e mulheres que transgrediram as normas legais e sociais e foram formal e informalmente penalizadas pelas suas infrações, em concreto analisam-se aqui as opiniões que tanto os homens como as mulheres reclusos e ex-reclusos têm da relevância da Reinserção Social que receberam durante o período de reclusão e após as suas saídas. Pretende-se, ainda, conhecer algumas das suas perceções sobre a reinserção e o género.

Com o propósito de harmonizar uma melhor compreensão do conteúdo desta introdução, subdividi a mesma em três partes distintas mas complementares: a primeira refere-se ao enquadramento teórico do estudo, a segunda parte centra-se na conceção, planeamento e caracterização da investigação e a terceira parte centra-se na componente empírica desta investigação.

As questões do género e as diferenças existentes entre os indivíduos do sexo feminino e masculino são um assunto bastante atual e cujo interesse tem vindo a crescer. Por este facto, decidi analisar o mesmo tendo por base a Reinserção Social, com isto, o objetivo geral deste trabalho será perceber se existem diferenças de género na reinserção.

Podemos destacar três aspetos fundamentais que são marcados pelo objeto de estudo. O primeiro aspeto prende-se em entender se as diferenças de género têm relevância no sucesso/insucesso da reinserção dos reclusos, ou seja, é necessário compreender se realmente existem diferenças entre homens e mulheres em fase de integração na sociedade.

O segundo aspeto que esteve na base da escolha do objeto de estudo é concordante com o primeiro, embora esteja mais baseado na preocupação social, sendo ele entender se as redes de sociabilidade são relevantes nos processos de reintegração de homens e mulheres após o cumprimento da pena. Por fim, é importante perceber se existem diferenças notórias dentro da prisão nos processos de preparação para a saída.

É fundamental salientarmos a distinção entre sexo e género, na medida em que muita das diferenças entre os homens e as mulheres não tem uma origem biológica. Enquanto que a palavra «sexo» se refere às diferenças físicas corporais, a palavra «género» diz respeito às diferenças culturais entre homens e mulheres. Com isto, será utilizada a expressão «sexo» para identificar os indivíduos com base na referente categoria sexual de propriedade e a expressão «género» para referirmo-nos a toda a ordem social, estereótipos, papéis, etc. concedida a uns e a outros em função da pertencente categoria biológica.

A fim de compreender e conseguir atingir o objetivo pretendido, ouvindo-os em discurso direto, com o propósito de compreender a importância da Reinserção Social nas trajetórias de vida dos homens e das mulheres reclusos/as e ex-reclusos/as, este trabalho divide-se em três grandes componentes.

O primeiro componente desta investigação é referente ao enquadramento teórico que tem por base uma revisão bibliográfica que considere pertinente para a problemática a ser tratada. Esta revisão iniciou-se com a definição de alguns conceitos, com o objetivo de contextualizar e integrar numa perspetiva compreensiva a investigação nesses conceitos.

É importante salientar os discursos científicos que ao longo dos tempos se têm construído sobre a problemática da Reinserção Social, sobre qual o papel desta e das prisões no apoio ao regresso à vida em sociedade dos homens e das mulheres que passaram por um período de reclusão e como é que estes vivenciam a experiência da reclusão.

O segundo componente deste trabalho é referente ao estudo empírico. Esta componente é iniciada com um capítulo de fundamentação metodológica, onde se justifica a escolha da metodologia utilizada, em função dos objetivos definidos para o estudo. Foi escolhida a metodologia qualitativa para a realização desta pesquisa, baseada na análise da construção narrativa dos percursos de vida e das significações que os reclusos/as e ex-reclusos/as dão à sua experiência de reclusão e à importância da Reinserção Social na (re) inserção social e profissional.

No terceiro componente são apresentados os resultados do estudo empírico realizado. Neste estudo participaram oito homens, em que quatro deles são reclusos e os outros quatro ex-reclusos e oito mulheres, sendo quatro mulheres reclusas e as restantes ex-reclusas. A técnica de amostragem utilizada para os ex-reclusos/as é designada por 'bola de neve'. Esta técnica de amostragem consiste na localização de um grupo de

indivíduos que tenham as características desejadas ou que consigam indicar indivíduos que as tenham.

“É uma forma de amostra intencional em que o investigador pede a cada inquirido, após ser entrevistado, nomes de outros indivíduos que possam ser igualmente inquiridos. A amostra vai-se tornando uma ‘bola de neve’ pois vai aumentando à medida que os respondentes identificam outros potenciais respondentes” (Vicente, 2001: 73).

Por fim, finalizar-se-á com uma discussão geral, onde tentarei integrar as minhas conclusões com as de outros estudos já realizados, refletindo em torno das possíveis implementações desta pesquisa para a prática.

Deverá, ainda, ser alvo de realce a pasta referente aos “anexos”, pois estes também serão úteis para a compreensão do fenómeno em estudo.

CAPÍTULO I

PERCEBER OS CONCEITOS PARA ENQUADRAR A ANÁLISE

A ideia que geralmente se tem das prisões não é, com certeza, das melhores. Muitas vezes diz-se que as prisões são universidades do crime, onde pequenos delinquentes se transformam em profissionais.

É importante salientar que a prisão evoluiu no sentido de proporcionar aos reclusos os seus direitos, mesmo sendo esta um instrumento de castigo e punição como também instrumento de reintegração do individuo a todos os níveis. Uma parte desses direitos contempla a possibilidade de escolha e frequência em atividades e ações de ensino e formação profissional como também de acesso ao trabalho. No entanto, a ideia do interior de uma prisão ainda é, para quem está no exterior, algo que gera algumas apreensões. Para além disso, a sociedade procura o distanciamento desta realidade, exigindo da prisão apenas, a sua segurança, ou seja, a própria sociedade pede, de algum modo, que a prisão seja um espaço fechado ao exterior dando a perceção que estando fechados os indivíduos transgressores, a sociedade está mais protegida e livre de perigo.

Não podendo deixar também de tentar compreender, neste capítulo, como é que as mulheres vivenciam e percecionam a sua experiência de reclusão, tendo em consideração a prisão feminina. A fim de uma melhor e mais profunda compreensão da importância do género em contexto prisional e do seu possível peso na reinserção social das mulheres, este capítulo dedicar-se-á também a uma reflexão em torno dos estereótipos de género.

A verdade é que a sociedade rotula negativamente os indivíduos que têm comportamentos desviantes e os penaliza de forma que prejudica a sua reinserção. Contudo, mesmo após o cumprimento da pena que lhe é estabelecida e o resultante pagamento da sua dívida à sociedade, o indivíduo não se livra do rótulo o que faz com que a sua integração na sociedade seja mais implicada. Mas é importante não esquecer que estes fazem parte da sociedade em que vivemos e como tal têm os mesmos direitos que qualquer outro cidadão.

I – Reclusão, Formação, Reinserção

1. Problemática da Reinserção Social

A reinserção é um processo que idealmente se ajusta às diferentes necessidades de cada indivíduo. Aparece através de uma análise que leva em conta as potencialidades, capacidades e limitações de cada um.

Para ser eficaz, o processo de reinserção do indivíduo necessita numa participação organizada, ativa e articulada de várias instituições com uma responsabilidade acrescida na área social e da saúde.

“Reinserção Social pode definir-se como um processo de vinculação activa e efectiva à realidade sócio-económica e cultural que um indivíduo realiza, após um período de isolamento ou marginalização do seu meio e ou após uma crise com esse mesmo meio” (Dias, 2007: 294) para que o indivíduo se insira num meio social adequado, onde possa desenvolver-se como pessoa e cidadão após a sua saída. Assim, com esta definição será apropriado considerar que o conceito de Reinserção Social nutre-se de uma intervenção que tende a promover, além do tratamento físico e psicológico, uma autonomia económica, social e uma participação ativa na sociedade, desfrutando direitos e cumprindo deveres de cidadão (Freitas, 2013).

Ramos refere que a Reinserção é um processo que vincula o lado efetivo e ativo à realidade cultural, económica e social que o sujeito põe em prática após um longo período de risco que teve com a mesma. Neste sentido, o importante para o indivíduo é que crie uma ligação a um meio social determinado, onde possa desenvolver-se adequadamente como pessoa e cidadão (Ramos, 1987).

O principal objetivo da Reinserção Social é tentar criar condições para estabelecer um novo projeto de vida,

construir um estatuto e uma identidade social, alimentar uma imagem positiva de si próprio, alargar as redes de sociabilidade, manter uma relação com a instituição e serviços colectivos, adquirir direitos à saúde e à protecção social e sentir-se dono do seu próprio destino (Capucha, 1998: 61).

Importa realçar os pontos comuns que várias definições de Reinserção apresentam: (Freitas, 2013)

- Um processo de ressocialização do indivíduo;
- Um processo que envolve a família e a comunidade onde o indivíduo se encontra inserido;
- O papel da comunidade deverá ser ativo;
- Está relacionado com a criação de uma nova imagem com confiança por parte do indivíduo.

“O objectivo da Reinserção é a autonomia, no sentido do indivíduo adquirir a capacidade, a liberdade e o direito de se auto-determinar” (Carvalho, 2007: 11).

Fala-se de reinserção, quando um individuo é capaz de se integrar num grupo que partilhe as mesmas normas e comportamentos assentes pela comunidade e que compreende as regras fundamentais que conceda o seu funcionamento (Dias, 2007).

A intervenção realizada através da Reinserção deve dirigir os seus esforços para o indivíduo, habilitando-o para a evolução de um projeto que une todas as dimensões da sua vida como a família, a educação, o trabalho e formação profissional, a habilitação, o lazer e tempos livres, a cidadania e autonomia. Com isto, é de máxima importância o indivíduo considerar-se responsável pela sua própria reinserção (Freitas, 2013).

A autonomia do individuo é fundamental para a realização de um processo complexo de reinserção, que se traduz numa mudança como o trabalho, formação, saúde, família, entre outros. Definindo assim objetivos e meto em termos individuais. Ao Estado e à sociedade compete “...criar condições que permitam ao indivíduo optar livremente pela sua recuperação e reintegração na sociedade” (Dias, 2007: 297).

O processo termina quando o sujeito é capaz de alongar a sua vida em sociedade, exercendo por exemplo, um ato profissional. Não deixando de salientar que o carácter contínuo da reinserção implica em manter o foco a longo prazo e evitar interrupções ou falhas de atendimento. Tem também como objetivo “a autonomia, no sentido do indivíduo adquirir a capacidade, a liberdade e o direito de se auto-determinar” (Carvalho, 2007: 11).

2. A Reinserção Social na Prisão e a Preparação para a Liberdade

É importante destacar o tipo de políticas que podem ser executadas aquando da reclusão dos indivíduos, com vista a facilitar o processo de reinserção social e a sua preparação para a liberdade, através de medidas como as licenças de saídas, o Regime Voltado para o Interior, o Regime Voltado para o Exterior e a liberdade condicional.

Em 1979 deu-se a reforma prisional, o que originou uma nova criação de um «tratamento» penitenciário em que se presumia a elaboração, para cada recluso um Plano Individual de Readaptação (PIR) (Santos, 2003). Este plano de reinserção social deve conter os “objectivos de ressocialização a atingir pelo condenado, as actividades que este deve desenvolver, o respectivo faseamento e as medidas de apoio e vigilância a adoptar pelos serviços de reinserção social” (Artigo 54º do Código Penal). O Plano Individual de Readaptação é caracterizado como um plano que processa uma certa individualização dos sujeitos, sendo necessário que este plano deve ter em conta uma série de indicações: internamento em regime aberto ou regime fechado; trabalho, formação e aperfeiçoamento profissional; escolaridade; participação em actividades formativas; ocupação de tempos livres; medidas de assistência ou tratamento; medidas de flexibilização na execução; e medidas de preparação para a libertação (Artigo 9º do Decreto-Lei Nº 265/79 de 1 de Agosto). Apesar deste plano de acompanhamento individual estar previsto na lei desde 1979, este nunca chegou a ser executado na totalidade.

É importante referir que todo o tratamento que era suposto oferecer-se aos reclusos tem como principal objetivo reduzir os efeitos prejudiciais da privação da liberdade, nomeadamente no que diz respeito à sua reintegração na sociedade.

Com isto, é pertinente mencionar que se deve estimular a ligação da comunidade no percurso desta fase. O que se pretende, fundamentalmente, com o sistema prisional é reduzir o custo e o índice de reincidência. Segundo o Procurador de Justiça, Nascimento Rodrigues, “a personalização do tratamento não existe só para benefício do recluso. É ela mesma a maior esperança que, a prazo, pode ter a Comunidade na não repetição de actos que vulneram a paz social” (RSP, 2003: 42).

Na situação de reclusão existe uma autoridade formal institucionalizada, ou seja, toda a atividade diária dos indivíduos é sujeita a um regulamento, estritamente planeado e estruturado (Carvalho, 2003). No meio prisional existe um cumprimento de regras, horários, espaços de convívio, espaços de isolamento, entre outros. Todas as atividades

são controladas e a vigilância é constante. Verifica-se também uma autoridade disciplinar que contribui para a criação de uma hierarquia informal, constituída pelas diferentes posições que os reclusos ocupam numa escala de autoridade (Carvalho, 2003).

Em relação ao tipo de políticas aplicadas no contexto prisional, no sentido de simplificar o processo de reinserção social dos ex-reclusos, destaquei as que estão ligadas à saúde, à educação, à formação profissional e ao trabalho.

No que diz respeito à saúde, os reclusos devem fazer parte do Serviço Nacional de Saúde tal como se estivessem em liberdade, fazendo com que exista uma ligação entre o estado de saúde da população nacional e o da população reclusa. Todos os reclusos têm que ter os mesmos serviços de saúde que qualquer cidadão, sendo prestados os serviços mínimos de saúde no interior da prisão. Com isto, tem que se ter uma especial atenção para os vários problemas especialmente relacionados com as doenças transmissíveis, como HIV/SIDA, tuberculose e hepatite, muitas vezes estas doenças são originadas da toxicoddependência, do abuso de álcool e da medicação excessiva, por isso é necessário uma adoção de medidas que combatem estes problemas (RSP, 2003).

Em relação à educação e formação profissional, mesmo com a privação da liberdade, os reclusos não perdem o direito de aprender. Deste modo, verifica-se alguma articulação entre o Ministério da Educação e da Justiça com o intuito dos reclusos poderem ter acesso ao ensino.

Desta forma, estes indivíduos têm a oportunidade de continuar, ou mesmo começar, os seus estudos no estabelecimento prisional, o que traduz uma mais-valia para a sua reintegração na sociedade, pois têm a hipótese de aumentar os seus conhecimentos, bem como adquirir competências, ocupando de uma melhor forma o seu tempo.

O principal objetivo das atividades de formação profissional está ligado com uma melhor preparação para estes indivíduos e para o seu regresso à vida ativa. Acredita-se também que este tipo de formação proporcionará aos reclusos melhores hipóteses de viver de forma independente do ponto de vista económico. Estas atividades contribuem, de algum modo, para um aumento da auto-estima e da motivação pessoal.

Contudo, a realidade é que maior parte das vezes não existe uma estruturação entre os programas de ensino e formação em meio prisional com as oportunidades existentes no exterior (Santos, 2003).

Em relação ao trabalho, considera-se que é relevante que este seja orientado para uma melhor formação, produtividade e execução da disciplina para criar hábitos e comportamento do indivíduo honesto, de maneira a consciencializar dos deveres morais, familiares e sociais do condenado (Jardim, 1992).

O trabalho era gerado de modo a desenvolver melhores competências do recluso, sendo o trabalho uma mais-valia para quando este saísse, proporcionando-lhe uma vida economicamente independente e ajudando o seu processo de reinserção social (Rodrigues, 2000).

Deste modo, é importante mencionar que o trabalho, como a escola e a convivência em formações são uma forma de ocupação destes indivíduos, pois enquanto estão ocupados a tensão dentro do estabelecimento diminui, o que faz com que, não pensem em atividades prejudiciais à ordem e à segurança, como também não têm tempo para as efetuar (Santos, 2003).

A libertação tem um grande impacto no recluso e para que esse impacto seja menor quando sai em liberdade, é necessário que se proceda à sua preparação dos indivíduos para a vida na exterior. Para isso podem ser tomadas uma série de medidas como por exemplo:

transferir o recluso para um estabelecimento ou secção de regime aberto; recorrer-se a medidas de flexibilização na execução da pena de prisão; autorizar-se o recluso a sair do estabelecimento pelo período máximo de oito dias, durante os últimos três meses do cumprimento da pena; autorizar-se que o recluso trabalhe ou frequente locais de ensino no exterior, seis dias por mês, nos últimos nove meses do cumprimento da pena (Artigo 15º do Decreto-Lei Nº 265/79 de 1 de Agosto).

Todo este processo é importante e benéfico na preparação dos reclusos para a liberdade.

Nesse processo de preparação é relevante incluir dois regimes que têm como intuito a flexibilização da pena de prisão, sendo eles o Regime Aberto Voltado para o Interior (RAVI) e o Regime Aberto Voltado para o Exterior (RAVE). O primeiro é atribuído pelo diretor do Estabelecimento Prisional (EP), o que possibilita ao recluso que trabalhe dentro do estabelecimento prisional, mas sempre sob uma vigilância mais apaziguada. Em relação ao RAVE, este é atribuído através do Diretor Geral dos Serviços Prisionais aos reclusos que, depois do cumprimento de uma parte substancial da pena de prisão, pretendam trabalhar, estudar, frequentar cursos de formação profissional ou até mesmo seguir o programa de tratamento de toxicod dependência fora do estabelecimento

prisonal. Para que seja atribuído um regime deste tipo a um recluso é necessário que se verifiquem vários requisitos, tais como não permitir que este regime sirva para o recluso voltar a cometer atos ilícitos; não se pôr em causa as razões de prevenção especial e geral; não prejudicar a segurança e a ordem públicas e ter cumprido um quarto da pena (Nº 2 do artigo 58º do Decreto-Lei Nº 265/79 de 1 de Agosto). Sendo assim, está a cargo da DGRS o acompanhamento dos reclusos que se encontram neste tipo de regime.

3. Direção-Geral de Reinserção Social

A Direção-Geral de Reinserção Social foi criada com o objetivo de destacar naquilo que é essencial para a reinserção social relativamente àqueles que entraram em conflito com a lei, bem como com vista à prevenção da delinquência. Esta sucede ao abolido Instituto de Reinserção Social, estando hoje sob a tutela do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, de acordo com a nova Lei Orgânica dos Serviços de Reinserção Social (Decreto-Lei Nº 126/2007 de 27 de Abril).

O encargo fundamental da Direção-Geral de Reinserção Social prende-se à criação de políticas de prevenção criminal e reinserção social, através da nomeação e realização de medidas tutelares educativas e de medidas alternativas à pena de prisão, fortalecendo as conjunturas de reinserção social em liberdade e da promoção dos direitos humanos. Este tipo de medidas, executadas fora da prisão, é considerado uma alternativa menos estigmatizante e com um maior potencial de ressocialização como a prestação de trabalho em favor da comunidade, a vigilância electrónica, etc.

A Direção-Geral de Reinserção Social, quanto às suas funções, deve: colaborar para uma melhor definição de política criminal; garantir o apoio técnico aos tribunais na tomada de decisões no contorno dos processos penais e educativos e dos processos tutelares cíveis; certificar a realização de medidas tutelares educativas; garantir o cumprimento de penas e medidas alternativas à pena de prisão, incluindo a liberdade condicional e a liberdade para prova; criar, efetuar e participar em programas de ações de prevenção do crime; certificar a gestão dos centros educativos e de outros equipamentos, bem como os programas para apoio à reintegração social de jovens e adultos; colaborar para um maior empenhamento da comunidade na administração da justiça penal e tutelar educativa, através da participação com outras instituições públicas e particulares e com grupos de voluntários.

3.1 Acompanhamento no pós-saída

A criação do Instituto de Reinserção Social associou-se à reformulação das sanções criminais, tendo como objetivo fortalecer o recurso a meios de controlo penal não prisionais, com especial atenção para o trabalho em vantagem da comunidade. Esta instituição, agora designada de Direção-Geral de Reinserção Social (aparentemente, apenas se trata de uma mudança de nome, pois, na prática, a missão dos serviços parece inalterada), exerce a sua função junto dos tribunais através dos técnicos de reinserção social. O principal papel dos Técnicos de Reinserção Social (TRS) prende-se, fundamentalmente, com a concretização dos direitos sociais, económicos e culturais e com a conservação da dignidade humana.

O termo Reinserção Social adquiriu aprovação jurídica no início da década de 80. Deste modo, segundo Pereira (1987), Reinserção Social passou a entender-se como

todo o processo que envolvendo numa relação complexa o Estado, a Sociedade e o cidadão delinquente visa criar condições que permitam aquele cidadão optar livremente por viver em sociedade sem cometer crimes, permitindo, simultaneamente e de forma equidistante, que a própria sociedade se modifique, se reforme, no sentido de eliminar os factores criminógenos que contem (Pereira, 1987 *cit. in* Gomes, 2008: 19).

Porém, entende-se por Reinserção Social a reintegração, por parte do indivíduo devidamente acompanhado, de um modelo de vida em consonância com a lei.

Com isto, é importante também referir alguns dos pressupostos básicos do processo de Reinserção Social, sendo eles, a capacidade de ressocialização de todo o indivíduo responsável, o tratamento individualmente planificado como direito do condenado, o tratamento voluntário e direito à diferença que faz com que o condenado possa aceitar ou recusar o tratamento, a participação da comunidade no tratamento, a co-responsabilização do Estado, da comunidade e do indivíduo, etc.

Por fim, existem obstáculos ao processo de Reinserção Social, pode dizer-se que se encontram dois tipos, os obstáculos primários e os obstáculos secundários. Referentes aos primeiros obstáculos, estes prendem-se aos impedimentos que são impostos pela própria sociedade, principalmente quando estes têm tendência para a desconfiança face aos ex-reclusos e quando os considera perigosos. Além disso, averigua-se uma certa resistência das instituições sociais no que diz respeito à integração destes ex-reclusos

referentes ao local de trabalho. Relativamente aos obstáculos secundários, e no que diz respeito aos ex-reclusos, estes são entendidos como atitudes negativas e de isolamento da sociedade, pois continuam a ser vistos como um grupo social à parte.

3.2 Técnicos de Reinserção Social

A Direção-Geral de Reinserção Social executa a sua atividade junto dos tribunais através dos técnicos de reinserção social. Segundo Jardim, presentemente estes técnicos procuram acompanhar algumas categorias de condenados “através da resolução de problemas de saúde, de consumo de substâncias tóxicas, de falta de emprego e de alojamento e de outras carências” (Jardim, 1992: 99).

O principal papel dos técnicos de reinserção social favorece-se, fundamentalmente, com a concretização dos direitos sociais, económicos e culturais e com a manutenção da dignidade humana responsabilizando-se da reinserção social dos indivíduos que apresentam comportamentos considerados desviantes.

O TRS é, em grande medida, um operador de percepções do outro: não só auxilia o tribunal a perceber de forma mais correcta o arguido, fornecendo-lhe elementos objectivados através de instrumentos legais, como também auxilia o arguido a perceber os actos e os restantes sujeitos, facilitando a sua compreensão do processo em que está envolvido e diminuindo, assim, os índices de ansiedade e as reacções de choque (Jardim, 1992: 99).

Além destes papéis, o TRS é também um agente de execução de penas, em que este é “responsável pela execução jurisdicionalizada das sanções não privativas de liberdade e cooperando com os serviços prisionais ou serviços de saúde na execução das restantes sanções” (Jardim, 1992: 102). Neste sentido, o TRS continua a perceber a pena junto do delinquente, com o fim de ajudar na sua reinserção social. Por outro lado, é importante também compreender o comportamento do delinquente ao longo da concretização da pena junto do juiz, sem que deixe de colaborar o magistrado a entender os fatores materiais que o condicionam de forma positiva ou negativa, o processo de reinserção social e com as considerações necessárias para a proteção da vida privada e familiar (Jardim, 1992).

Outro dos objetivos dos técnicos de reinserção social está relacionado com o facto de tentarem estimular “a participação comunitária na resolução de problemas concretos” (Pimentel, 2001).

Com isto, estes técnicos tentam encontrar um ponto de equilíbrio entre os tribunais e a sociedade, pode-se dizer que eles funcionam como um mediador. O TRS deve também lutar contra o preconceito, mesmo quando o individuo em causa praticou algo que seja alvo de rejeição social. O técnico de reinserção social, além de apoiar o arguido em todo o processo de concretização da pena, também tem que executar alguns relatórios e perícias sobre a personalidade do arguido. Outra das suas funções está relacionada com a monitorização e acompanhamento dos condenados em medidas penais de execução da comunidade, como sendo a suspensão provisória do processo, trabalho em favor da comunidade, suspensão da execução da pena de prisão, liberdade condicional e liberdade para prova.

Por fim, é pertinente referir que os Técnicos de Reinserção Social, dentro dos estabelecimentos prisionais, têm as seguintes linhas de instrução:

acolhimento do após o ingresso recluso no estabelecimento prisional, na perspectiva da sua articulação com o meio social de origem e do estudo e diagnóstico da situação, nos termos e para os fins do artigo 8º do Decreto de Lei nº 265/79; participação na elaboração e execução do Plano Individual de Readaptação (PIR) (a aprovação deste e a coordenação da sua execução é da competência dos directores dos estabelecimentos); acção psicossocial, visando a criação ou manutenção de laços dos reclusos com o meio exterior a fim de preparar a sua libertação e reinserção social; acção psicossocial junto do meio familiar e social dos reclusos visando a eliminação de possíveis obstáculos à respectiva reinserção social; apoio a reclusos que estudem ou trabalhem em meio livre, quando solicitado, pelo Director do Estabelecimento; apoio a reclusos em saídas prolongadas em colaboração com outros serviços do estabelecimento (Gomes, 2008: 21).

Os TRS têm também lançar uma apreciação no que diz respeito à atribuição da liberdade condicional, saída de precária prolongada, RAVE e RAVI.

4. Modalidades de Educação e Formação Profissional nos Estabelecimentos Prisionais

A ideia que geralmente se tem das prisões não é, de todo, a melhor, pois a ideia que temos é de um espaço fechado, recortado e vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar físico onde os menores movimentos são controlados e todos os acontecimentos são registados (Foucault, 1999).

Por várias situações já se ouviu dizer que as prisões tornam-se em universidades do crime, onde pequenos criminosos se tornam em grandes profissionais. Mas com a evolução dos direitos dos reclusos na prisão, os reclusos tem o direito de examinar a possibilidade de escolha e frequência em ações de ensino, formação profissional e de acesso ao trabalho (Monteiro, 2013).

Todo o procedimento que é feito nos Estabelecimentos Prisionais relativamente à oferta de educação e formação que se dá aos reclusos faz parte de um tratamento que tem como principal propósito minorar os efeitos nocivos da privação da liberdade, sobretudo no que diz respeito à sua reintegração na sociedade. Contudo, nem sempre é fácil fazer com que este processo de reintegração deixe de pertencer à teoria e passe a fazer parte do quotidiano destes indivíduos (Monteiro, 2013).

A resposta educativa e formativa das prisões é ainda insuficiente, pois com a privação da liberdade os reclusos não perdem o direito de instruir-se, o que tem surgido alguma articulação entre o Ministério da Educação e da Justiça com o intuito de os reclusos poderem ter acesso ao ensino (Monteiro, 2013).

Segundo Rodrigues (1999), os programas de formação são realizados de acordo com as necessidades da população prisional mas é importante que esses sejam adequados ao mercado de trabalho da área e que englobem a formação de competências a que os reclusos lidem melhor com o seu quotidiano e que permita a preparação para o seu regresso à sociedade e a formação depende também do seu empenho. (*cit. in Santos, 2003*).

A formação profissional é uma atividade que tem um elevado número de adesão por parte dos reclusos, é bem aceite e é considerada mais motivadora de que a escola, pois oferece uma remuneração e decorre num espaço de tempo mais curto, o que para estes indivíduos, que necessitam de ver resultados a curto e médio prazo, parece ser mais propiciadora de sucesso (Nascimento, 2008).

No entanto, é de salientar a importância do facto de existir uma variada oferta de educação e formação adequada aos diferentes níveis escolares e profissionais da população prisional. Porém, a existência destas ofertas de educação e formação não são suficientes para o sucesso total de quem as frequenta mas de certa forma são um grande incentivo para o sucesso ou insucesso de cada um (Monteiro, 2013).

De acordo com o Estudo da Social Exclusion Unit (SEU, 2002, Reducing reoffending by ex-prisoners), o ensino de competências sociais básicas ajusta-se melhor ao perfil médio da população prisional, por isso deveria ser lhe dada mais atenção. Este estudo deteta alguns problemas como o facto de o preparo de currículos não ter as características necessárias em relação ao tempo de prolongamento do recluso e os espaços essenciais; o facto de os reclusos não se sentirem estimulados a participar por terem que exibir provas escolares negativas, fundamentando que não tem idade para aprender; e o facto de terem que sujeitar o recluso a nova avaliação sempre que transfere de estabelecimento profissional por avaliarem as qualificações de formações de forma indefinida e digressiva. Muitas vezes com o alargar do tempo da pena, a formação que frequentaram enquanto estiveram detidos fica desajustada às necessidades do mercado de trabalho, para além de que não existe ligação entre os programas de ensino e formação com a oferta que é feita no exterior, nem programas de apoio a ex-reclusos para continuarem os seus estudos, o que torna inexecutável os esforços que o reclusos e o sistema prisional faz dentro da cadeia.

5. Reinserção Social e o Emprego

Na era moderna, tanto a educação como as formações profissionais tornaram-se um fator muito importante para as oportunidades de emprego. Por parte da escola espera-se a preparação dos indivíduos para o mundo do trabalho, sendo contudo sendo difícil atingir um equilíbrio entre um tipo de educação mais generalista e as competências profissionais mais específicas. Deste modo, a formação técnica profissional vai complementar a formação mais generalista, permitindo a aquisição de competências mais profissionais para o trabalho. Com isto, os empregadores tentam criar condições que certifiquem a execução de formação e programas que coincidem com os requisitos da oferta de emprego (Giddens, 2007).

O emprego é a atividade que ocupa mais tempo na vida dos indivíduos. Exercer um emprego significa na sociedade moderna, conservar o respeito por si próprio, sendo um componente essencial na construção psicológica e nas actividades diárias dos cidadãos (Giddens, 2007).

Na perspetiva de Tarlow (2010), a aquisição de um emprego após a saída da prisão é essencial, não apenas para os indivíduos ex-reclusos, mas também para os seus filhos, familiares e para a sociedade. O emprego pode melhorar a segurança pública, reduzir os gastos que o estado tem com os estabelecimentos prisionais durante períodos económicos difíceis, bem como a redução da pobreza e do desemprego neste grupo de pessoas, considerado rejeitado do mercado de trabalho.

Segundo Petersilia (2001) os fatores como o trabalho e a estabilidade económica são influentes na vida dos sujeitos. Na verdade, a maioria dos reclusos saem da prisão, sem poupanças, sem o direito ao subsídio de desemprego e com poucas possibilidades de emprego.

No entanto para Madeira (2004), a conquista de um emprego para maior parte dos ex-reclusos é essencial após a liberdade, pois, através dele, conseguirão tornar-se cidadãos, inserindo-se socialmente. A obtenção de um emprego é fundamental para a ressocialização destes indivíduos, garantindo o seu futuro para a possibilidade de obter uma reforma, ter possibilidade de voltar a estudar, bem como não serem identificados como criminosos, estes são factores que conduzem para a estabilidade na vida.

Um conceito ativo que tem sofrido várias influências de pensamento e tem progredido ao longo dos tempos para hoje se tornar um conceito inteiramente ligado aos direitos do Homem. Os direitos universais, como forma de evitar a exclusão, têm sido uma trajetória que atualmente termina no tratamento, ou seja, saúde, educação, formação e trabalho, constituem-se como direitos fundamentais reconhecidos. Este reconhecimento está espelhado no tratamento penitenciário que se deve a importantes efeitos positivos na taxa de reincidência. Com isto, o sistema de justiça ao dispor a obtenção de competências nos factores referidos esta a contribuir para que os indivíduos conquistem a sua independência económica, “facilitando a condução da sua vida conforme as regras mínimas de convivência, logo sem cometimento de crimes” (p.40).

Qualquer programa de ressocialização visa integrar o indivíduo no mundo dos seus concidadãos, sobretudo nas colectividades sociais básicas como, por exemplo, a família, a escola ou o trabalho, proporcionando-lhe o auxílio necessário que o faça ultrapassar a situação de desfasamento social em que se encontra. (Miranda, 1995, *cit. in* Furtado & Condeço, 2009: 39)

A inserção e reinserção de cidadãos desfavorecidos está presentemente sujeito a medidas reguladas pelos poderes públicos que incluem, por exemplo o Rendimento Social de Inserção. Presenciando, cada vez mais, a uma discriminação e exclusão do mercado de trabalho de cidadãos socialmente desfavorecidos, como são os ex-reclusos, esta evolução social negativa poderá ser alterada, na opinião de Ramos, através de atividades e personalização de medidas de acompanhamento individual, pois a reinserção social deve ser vista como um bem coletivo, cujo elemento chave passa pela formação e emprego. “A prática da reinserção pelo trabalho implica assim, a elaboração de novos instrumentos com o objectivo de dotar as pessoas com mais dificuldades, de autonomia social e de participação cívica através do exercício dos seus direitos sociais” (Ramos, 2003: 53).

II – Diferenças, Identidades e Estigmas em Contexto Prisional

6. Género

A relevância social e política atribuída às questões de género tornou-se mais relevante em consequência dos movimentos sociais dos anos 60, como o Maio de 68, a Primavera de Praga e os movimentos hippie. O objetivo destes acontecimentos era de uma vida melhor, mais justa e igualitária.

“O género enquanto categoria de análise teria a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também impondo um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente”, é então neste contexto que aparece a questão do género (Torrão, 2005 *cit. in* Freitas, 2013: 10).

Scott afirma que o género é “um elemento constituinte das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o género é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990: 14). A partir da ideia de género podemos concluir que foi criada para dar sentido às relações sociais que envolvem tanto homens como mulheres, a isto opõe-se um determinismo biológico existente entre os sexos e atribui-lhes um carácter social. Desta forma, os homens e as mulheres são definidos em termos recíprocos e não podem ser entendidos separadamente. Com isto, Amâncio (2003) refere que sexo e género apareceram como noções diferenciadas, uma vez que o termo sexo pertencia ao domínio da biologia, enquanto que o termo género pertencia ao domínio da psicologia, como também de outras disciplinas, uma vez que este implicava a abertura de uma nova área de conhecimento.

Lígia Amâncio considera, também, que

a objectivação do masculino e do feminino em entidades ontologicamente diferentes é, portanto, regulada por uma assimetria que atravessa todos os processos sócio-cognitivos que participam para essa construção do «ser» homem e do «ser» mulher. Munidos deste «saber», os indivíduos orientam a sua percepção de actores homens e mulheres nas interacções do quotidiano (Amâncio, 1993: 131).

Segundo Vold *et al.*, (2002 *cit. in* Machado, 2008) os impactos do género na aproximação do crime são normalmente divididos em duas partes: a questão da generalização e a diferença da criminalidade feminina e masculina. Em relação à questão da generalização, esta remete para a consideração sobre a adaptação dos instrumentos de análise e dos seus conceitos, sendo geralmente abordados para a realidade masculina reportando à ideia de que os homens tendem a demonstrar uma maior tendência para a prática do crime do que a mulher devendo ser evitadas generalizações, uma vez que a análise aponta-se nas experiências masculinas, sem dar atenção às especificidades femininas (Machado, 2008).

Segundo Cunha, o termo “prisões masculinas” não é muito usual quando queremos dizer que os ocupantes são homens, esta expressão é utilizada em contraposição às “prisões femininas”, utiliza-se esta expressão quando são mulheres reclusas. “O género só é especificado quando as questões investigadas têm como cenário uma prisão de mulheres” (Cunha, 2007: 81).

A situação de reclusão de mulheres tende a ser olhada de uma forma mais negativizada quando em comparação com a mesma situação vivida por homens, o que sugere que a “discriminação de que a mulher é alvo no sistema de justiça se estende às diferentes instâncias que o constituem” (Matos e Machado, 2007: 1043). Não podendo, de facto, considerar que todas as diferenças demonstradas no tratamento de homens e mulheres no âmbito do sistema de justiça se devem somente ao género. “É difícil separar as implicações das questões de género das que estão relacionadas com factores como a etnia ou a classe social” (Carlen, 2002 *cit. in* Matos e Machado, 2007: 1043).

7. Identidades Sociais

O conceito de identidade feminina é uma construção histórica, baseada em representações, isto é, “...para além do que as mulheres podem dizer sobre a sua identidade há que contar com o que, na prática, elas fazem para a construir” (Almeida, 1986: 494).

Até ao início do século XX, a visão que tínhamos acerca das mulheres tinha como cenário o espaço doméstico. Maior parte da sociedade entendia que papel feminino era diferente do papel masculino, com isto, Rocha e Coutinho (1994) afirmam

que “o papel de cada actor social é desempenhado em interacção com o outro, numa relação de reciprocidade e troca” (Rocha e Coutinho, 1994: 15). Ou seja, na teoria existe uma divisão de tarefas que é feita com base das diferenças biológicas, ao homem é determinado o poder político e às mulheres é determinado o poder relativo à esfera privada que está ligado às funções materiais e reprodutoras (Freitas, 2013). Compreender o conceito de identidade feminina exige o entendimento deste facto, o que sabemos que o papel da mulher nem sempre foi múltiplo.

O discurso sobre a mulher doméstica começou-se alterar-se no século XX. Durante as duas grandes guerras os homens partiram e as mulheres tiveram a necessidade de passar a atuar no mundo produtivo, após as suas chegadas as mulheres regressam ao seio do lar. Porém, a partir desse momento a mentalidade social, sobretudo feminina já tinha interiorizado esta ideia, assim, podemos considerar que

estas transformações reflectiram-se, de forma muito significativa, na situação social das mulheres, quer ao nível do exercício dos direitos de cidadania, quer ao nível da crescente participação no mundo do ensino e do trabalho assalariado, quer ainda, no plano da consciência do corpo e da sexualidade feminina (Núncio, 2008: 22 e 23).

As mulheres tentaram procurar um novo espaço que excedesse a esfera doméstica e conseguiram, harmonizando a vertente privada com a profissional. Assim, os papéis que traduzem a identidade feminina, como filha, mãe, avó, esposa, doméstica e profissional estão em persistente relação (Freitas, 2013).

Os movimentos feministas trouxeram uma asseguaração das habilidades das mulheres e uma face mais desprotegida do sexo masculino. Observemos, ao homem competia dominar os recursos necessários à preservação do agregado familiar na esfera pública, no entanto com as alterações do movimento feminista, as mulheres passaram também a desempenhar funções no espaço exterior para contribuir para a sustentação do lar (Núncio, 2008).

O homem sempre desempenhou tarefas que eram estabelecidas como características do sexo masculino, caso o homem desempenhasse tarefas que pertenciam, de certa forma, às mulheres era notado como uma intimação à sua masculinidade. Para o homem o trabalho é sinal de independência e reconhecimento, através dele o homem constrói a sua própria família. Assim, no entender de Nolasco, existe ma articulação entre a maternidade e a mulher, em que ser mãe seria a única

possibilidade de realização da mulher, esta mesma ligação acontece entre o homem e o trabalho. Sem ele, um homem não se pode considerar como tal (Nolasco, 1995).

A criação da identidade masculina faz parte de um processo que implica o envolvimento de diversas concepções e a capacidade de determinados estereótipos. Com isto, o homem já é capaz de participar ativamente em tarefas que eram dirigidas para as mulheres (Freitas, 2013).

8. Prisões no Feminino

Só recentemente o tema respetivo às diferenças de género na abordagem do crime suscitou interesse aos investigadores e especialistas da área do crime, justiça e reinserção social.

Certificar a relevância do género na vida em sociedade, em relação à questão do crime, corresponde a acentuar as diferenças políticas, etárias e culturais agregadas às distinções biológicas entre homem e mulher (Monteiro, 2013).

No panorama de outras autoras - Carmo e Fráguas (1999), Manuela Ivone Cunha (2002), Carlen (2002) - de certo modo a criminologia tem um carácter androcêntrico, o que pode revirar a investigação e os instrumentos analíticos tradicionais, assim com isto podem ser impróprios para a pesquisa do crime no mundo feminino.

Com isto, foi graças ao trabalho de muitas autoras feministas que o desenvolvimento das teorias femininas se tornou tema académico. A importância de produzir uma abordagem capaz de atrair as relações sociais de género que estão presentes na criminalidade e no modo como as instituições lidam com as pessoas criminosas do sexo feminino (Monteiro, 2013).

Sabe-se que “não só os homens são mais frequentemente os autores dos crimes, como o sistema de justiça criminal produz tratamento diferenciado para homens e mulheres” (Feinman, 1986 *cit. in* Machado, 2008: 102). Por exemplo, quando se trata de crimes sexuais verifica-se uma tendência para condenar as mulheres com penas mais severas, o que geralmente não acontece quando ocorrem crimes mais violentes como homicídios, a tendência é para penas mais suaves (Feinman, 1986 *cit. in* Machado, 2008).

Segundo Helena Machado (2008), as expectativas culturais dominantes têm grande relevância na variação das sentenças em função do sexo do arguido, ou seja,

quanto mais a prática do crime e o seu tipo se revela bem longe do que a sociedade espera, maior será a rigidez da pena atribuída.

No âmbito de uma análise comparativa entre os sexos, Stephen Norland e Neal Shover (1977 *cit. in* Leal, 2007), referem que a criminalidade das mulheres tende a ser um reflexo dos contextos, à semelhança do sexo masculino, de modo a expressar a sua existência, como no âmbito da família, do mercado ou do trabalho.

Nesse sentido,

as diferenças entre género são sustentadas nas diferenças de papéis que cada género desempenha na sociedade. Isto é, às expectativas quanto ao papel sexual de cada um, às posições que ocupam no quotidiano, e logicamente às oportunidades que podem aceder. Estas diferenças são a manifestação da distinção entre géneros, não só na delinquência, como em todos os outros domínios considerados como legítimos. Em suma, não comete determinado tipo de crime quem quer, mas acima de tudo quem lhe pode aceder (Leal, 2007: 66).

O sistema de justiça penal tem sido alvo de críticas pelo diferente tratamento em função do género, de modo contrário surgem também críticas para que as mulheres sejam punidas de igual forma com o sexo masculino (Carlen, 2002 *cit. in* Matos e Machado, 2007).

Como refere Hudson (2002 *cit. in* Matos e Machado, 2007), a aplicação da lei penal sobre as mulheres parece menos referida com os seus figurados objetivos para a prática de infração em relação ao caso dos homens.

Outra crítica dirigida ao sistema de justiça é ao cumprimento de penas, mais precisamente penas de prisão, pelas mulheres. Na construção dessa crítica deparamos o fundamento de que as mulheres obedecem frequentemente medidas exclusivas de liberdade em estabelecimentos prisionais criados para a população masculina e só depois reajustados às reclusas, ou então estão detidas em seções de estabelecimentos prisionais masculinos. Com isto, Carlen (1983) considera que

não há uma resposta adequada por parte destas instituições às necessidades das mulheres. Esta é apenas uma das razões apontadas na literatura para o quase sempre descrito maior sofrimento das reclusas comparativamente com a população detida de sexo masculino (*cit. in* Matos e Machado, 2007: 1046).

Segundo Cunha (1994), a realidade encontrada nos estabelecimentos prisionais masculinos:

- Subcultura prisional praticamente inexistente (desestruturação);
- Ausência da cultura anti-staff;
- Ausência de coesão e solidariedade entre reclusos;
- Ausência de grupos;
- Hábitos de denúncia;
- Grupos de dimensão reduzida;
- Ausência de um sistema regulador de comportamentos;
- Inexistência de estratégias económicas clandestinas (redes de contrabando).

O corpo de literatura que visa analisar as relações estabelecidas entre mulheres a cumprirem penas de prisão pode ser subdividido em duas principais componentes:

- Formação de pseudo-famílias;
- Emergência de relacionamentos íntimos entre mulheres reclusas (Cunha, 1994).

Pseudo-Famílias

Estruturas de relações sociais que assentam na reprodução e assunção por parte das reclusas de vários papéis familiares similares aos que são protagonizados no exterior, à exceção da reprodução.

Configuração foi introduzida pelo trabalho de Selling (1931), que examinou as alianças pseudo-familiares que se desenvolviam em instituições juvenis femininas, e posteriormente desenvolvida com alguns matizes por Giallombardo (1966) a partir do seu trabalho no Reformatório Feminino de West Virginia.

Substitutos de relações das quais as reclusas se encontram privadas em meio prisional.

Configuração em que participam sobretudo mulheres cujas redes de parentesco exteriores não proporcionaram relações afetivas gratificantes no período prévio à reclusão (Cunha, 1994).

Nos últimos tempos têm surgido menos estudos que apontem a existência de pseudo-famílias em contexto prisional.

As prisões têm vindo a sofrer mudanças, por serem atualmente mais permeáveis aos contactos exteriores.

Formação de pseudo-famílias apresenta atualmente menos benefícios às reclusas do que o que apresentava anteriormente, quando a interação com o mundo exterior era moderado ou inexistente (Hensley e Tewksbury, 2002).

Relações entre pessoas do mesmo sexo

Mulheres tendem sobretudo a valorizar a sua componente afetiva, secundarizando ou ignorando práticas sexuais efetivas, o que levanta questões relativas à denominação destes relacionamentos como homossexuais;

Mais do que um escape sexual – geralmente remetido para a prática da masturbação – os pares (grupos de duas mulheres que se relacionam) recriam relações de pertença, constituindo importantes suportes identitários (Cunha, 1994).

Os sistemas prisionais de mulheres sustentam-se com os programas de reintegração, sendo que estes programas assentam no relativamente elevado número de reincidentes e também na convicção por parte dos magistrados e juizes da eficácia de tais programas no sentido de evitar a reincidência e garantir a reinserção. Outra ideia muito divulgada entre os profissionais de relevo e os ativistas antiprisão, está nas políticas prisionais e de reintegração que defendem que “deve dar-se menos importância às reformas e programas do regime prisional e procurar em primeiro lugar acomodar as mulheres mal tratadas em locais próprios e seguros; de seguida, apoiar todas as mulheres na sua luta contra os comportamentos aditivos e as relações de abuso” (Carlen, 2007: 1011).

Os ativistas antiprisão defendem a ideia de que o que acontece fora da prisão, relativamente à habitação, ao emprego, às relações pessoais é uma melhor estratégia do que qualquer programa prisional, pois o percurso que é feito após a saída é fundamental. Noutra ótica, o estudo das prisões femininas refere também que a prisão causa danos psicológicos irreversíveis e como tal não é possível curar através da terapia prisional. Ainda assim, foi adotado um programa transnacional de «comportamento cognitivo». Este programa tem como fundamento reformar os processos cognitivos na mulher, para que ela olhe de outra forma para si e para a sua condição social, fazendo com que ela pense de maneira mais positiva. Com isto, estes programas poderão ser benéficos, na

medida em que ajudam a mulher a aproveitar o tempo na prisão da melhor forma (Carlen, 2007).

Deste modo, independentemente dos efeitos no processo de introspeção das mulheres, continua ainda por provar a eficácia que reclama os programas de comportamento cognitivo como sendo competentes para diminuir a reincidência. Mas mais inquietante ainda do que o risco que estes programas de apoio psicológico incutirem uma sensação de fracasso nas mulheres, é um outro argumento que lhes é dirigido contra a comunicação da legitimidade prisional que abrange estes programas: (Carlen, 2007)

o argumento que poderá certamente existir uma relação entre o número crescente de mulheres condenadas à prisão e a crença dos juízes nas afirmações dos empresários penais de que os vários programas baseados em abordagens ao «comportamento cognitivo», bem como outras estratégias de reintegração prisional, poderão e serão capazes de reduzir a reincidência (Carlen, 2007: 1012).

Segundo Carlen, em relação à prisão de mulheres, “a síndrome programa prisional/aumento da população prisional é previsivelmente impedida quando os inquéritos públicos ou os escândalos prisionais apuram recomendações de reforma estratégica em três linhas: novos programas prisionais, redução drástica no número de condenações à prisão e aumento dos recursos comunitários” (Carlen, 2007: 1012). Com isto, são montados novos programas de apoio psicológico nas prisões de mulheres, garantindo através de afirmações injustificadas ou até mesmo promessas que não conseguem cumprir de que irão diminuir a reincidência. Por outro lado, os recursos comunitários e a reparação das práticas judiciais não são executados (Carlen, 2007).

9. Família

9.1 Perímetro socio-relacional - Familiares dos reclusos

Constelação de dificuldades e o tipo ajustamento familiar que sucede ao momento da detenção são dependentes de vários elementos, entre os quais se destaca o tipo de relação familiar que existia antes da reclusão (Morris, 1965).

Num contexto de crescimento da população prisional Norte-Americana, os cientistas sociais, muitas vezes proibidos pelos administradores penitenciários ou por

conselhos de revisão institucionais de realizar estudos sobre a vida dentro das prisões, direcionaram a sua atenção para os efeitos extra-prisionais da reclusão (Comfort, 2007).

Tornou-se evidente a forma como as redes de parentesco de reclusos e reclusas protagonizavam um papel fundamental neste processo, fornecendo apoio emocional, material e económico durante e após a detenção.

É importante dar visibilidade das formas através das quais estes familiares, vizinhos e conhecidos são também direta e indiretamente afetados pela ação do sistema criminal de justiça antes, durante e após a reclusão, independentemente do seu estatuto jurídico (Comfort, 2007).

9.2 Prisionização Secundária

As Prisões constituem, por vezes, para os grupos mais desfavorecidos, as únicas instituições capazes de lidar com os problemas que enfrentam, sublinhando assim a coexistência dos efeitos (des) integradores da reclusão (Comfort, 2008).

Segundo Granja (2015), as implicações extra-prisionais mais significativas são:

- Degradações identitárias devido às repercussões do estigma decorrente de uma condenação penal;
- Pausa de planos de vida;
- Modificação de rotinas quotidianas;
- Adaptação de disponibilidades aos horários institucionais;
- Alteração ou cessação de celebrações familiares;
- Reorganização a realocação de recursos;
- Dinamização de cuidados a elementos dependentes.

CAPÍTULO II

O INVESTIGADOR E O SEU OBJETO: LINHAS DE PESQUISA

O processo de reinserção social é um processo de extrema importância para um indivíduo transgressor. Fruto de políticas diretamente direcionadas para tal, as ações de reinserção, procuraram, de algum modo, chegar a todos. Assim, este estudo pretende contribuir para a compreensão de uma realidade tão pouco explorada como é, por um lado, a reclusão feminina e, por outro, a importância da educação e formação nos estabelecimentos prisionais para a reintegração na sociedade. Pareceu-nos relevante para este estudo conhecer a perspetiva de quem frequenta e frequentou as cadeias e o processo de reinserção das atividades de educação e formação, nomeadamente acerca do contributo das mesmas para a sua reintegração social.

Para que o estudo empírico descrito nesta segunda parte fosse possível, foi necessário estudar e adquirir conhecimentos sobre metodologia de investigação. Assim, neste capítulo, apresentamos o estudo empírico anunciando alguns dos seus pressupostos metodológicos, fazendo a sua contextualização e a indicação dos objetivos que orientaram a pesquisa. Seguidamente, procederemos à descrição dos participantes e dos instrumentos de recolha de dados, sendo que neste estudo a minha opção recaiu na entrevista semi-estruturada. Daremos conta, também, dos procedimentos desenvolvidos para a recolha de dados no terreno, fazendo referência aos cuidados éticos. Por fim serão mencionados os critérios metodológicos que foram utilizados.

I – Conceção e Planeamento da Investigação

1. Metodologia

O termo metodologia tem um sentido vasto relativamente aos princípios gerais que direcionam os regulamentos de um estudo organizado na procura do conhecimento. “Nas ciências sociais é dado especial ênfase à conceptualização da pesquisa e em particular à delimitação e definição do problema e metodologia” (Moreira, 1994: 20).

De uma forma reduzida podemos identificar dois grandes tipos de estudos: o estudo quantitativo e qualitativo. Metodologicamente, a opção para esta investigação recaiu sobre a metodologia qualitativa. Esta escolha foi a mais adequada para o presente estudo e também pelo facto de este estudo procurar explicações satisfatórias de movimentos sociais que necessitam de uma diferente apreciação das perspetivas, das culturas e também, de certa forma, outras «visões do mundo» de criadores envolvidos (Moreira, 1994).

Com isto, é apropriado considerar que o estudo qualitativo não considera as pessoas como um número ou uma variável, mas sim como uma história que incorpora os indivíduos num determinado contexto social e cultural. Como tal, a metodologia qualitativa visa proporcionar a oportunidade de atingir objetivos mais profundos e mais densos, enquanto que a metodologia quantitativa atinge objetivos mais alargados. Estes dois focos metodológicos assentam em duas formas de olhar a realidade mas ao mesmo tempo são complementares.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, muitas vezes, com procedimentos sociais, o que acontece também com a investigação social que recai em grande parte nas interações e relações sociais. Para se chegar ao entendimento da complexidade do estudo é necessário que a metodologia escolhida ofereça “...um plano geral que permita seguir o melhor caminho, a via mais adequada para a consecução dos nossos objetivos e concretização do nosso estudo” (Domingos, 1987: 21). No caso desta investigação tornou-se mais adequado o uso da metodologia qualitativa, pois tendo em consideração que o fenómeno abordado é de carácter social, o que implica um conjunto de interações e relações sociais.

Escolher a metodologia qualitativa representa a existência do conhecimento de diversas histórias que convivem entre si, apesar de diferentes. Uma característica

apontada ao estudo qualitativo, segundo Carmo e Ferreira (1998), os investigadores têm que ter em conta a realidade de forma global, pois os indivíduos, os grupos e as situações têm que ser vistas de uma forma geral e não reduzidas a variáveis. Desta forma, o passado e o presente são sujeitos a investigação.

A aplicação da metodologia qualitativa pelas ciências sociais e humanas têm apoio em diferentes correntes teóricas. Moreira (1994) refere que uma das principais críticas feitas aos métodos qualitativos é relativo ao facto destes serem generalistas e não verificáveis. É importante salientar que este autor defende que é essencial, em fase de investigação, ter um princípio para que o investigador possa adquirir mais informação e não criar qualquer tipo de pré-conceitos. Contudo, isto não representa que a rigidez não seja necessária nas abordagens qualitativas. É importante que o investigador procure um espírito aberto em relação aos processos e ações em observação mas a recolha de dados necessita de ser mais organizado (Moreira, 1994).

2. Justificação da Investigação

Os investigadores após a revisão da literatura, verificaram que a informação relativa às diferenças de género na população prisional é escassa, facto que influenciou os mesmos na tomada de decisão de investigar esta temática. Dada esta inconsistência no conhecimento, decidiu-se avaliar se “As diferenças de género terão alguma relevância no sucesso/insucesso da reinserção social dos reclusos?”, ou seja, é necessário compreender se realmente existem diferenças entre homens e mulheres em fase de integração na sociedade. A pergunta de partida assume um papel fundamental na perceção que o investigador tem do seu trabalho e para desempenhar corretamente a sua função deverá apresentar qualidades de clareza, de viabilidade e de pertinência.

A pergunta de partida é, desde já, a base da formulação do problema e será este o objeto de estudo. No entanto, uma caracterização mais precisa do problema poderá ser obtida pela derivação para outras questões. Estas questões, derivada da primeira, indicarão as linhas de problematização, definindo o que é necessário investigar para obter uma resposta aos problemas levantados.

Segundo Quivy e Campenhout, a melhor forma de começar a realização de um trabalho de investigação em ciências sociais constitui em expor inicialmente o projeto com uma pergunta de partida. Com esta pergunta, o investigador consegue revelar mais facilmente aquilo que procura saber e compreender melhor, servindo assim, de fio

condutor da investigação. Para um desempenho correto, a pergunta de partida deverá apresentar qualidades de clareza, de viabilidade e de congruência (Quivy e Campenhout, 2008). Com isto, podemos ver que a pergunta de partida assume um papel principal na compreensão que o investigador tem do seu trabalho.

O objeto de estudo da formulação do problema é a já mencionada pergunta de partida. No entanto, segundo Moreira (1994), a caracterização de um problema tem três componentes: a criação de questões para definir melhor o que se pretende saber; a fundamentação da pesquisa para compreender porque se quer saber e por fim, a especificação das questões, isto é, perceber quais as questões que são necessárias investigar para adquirir uma melhor resposta aos problemas levantados.

3. Objetivos

As questões do género e as diferenças existentes entre os indivíduos do sexo feminino e masculino são um assunto bastante atual e cujo interesse tem vindo a crescer. Por este facto, foi decidido trabalhar sobre este tema, tendo por base a Reinserção Social, definindo como objetivo geral deste trabalho perceber se existem diferenças de género nos processos de reinserção. A nomeação deste objetivo é fulcral, uma vez que a definição de objetivos é de importância decisiva porque permite orientar todo o processo de pesquisa. Experimentalmente, toda a investigação busca encontrar respostas ou soluções para a resolução do problema (Moreira, 1994). Como tal, Moreira decide enumerar as três fases mais importantes na criação de um objetivo: “identificação de um tema; definição do problema de pesquisa e do próprio fundamento da investigação; identificação dos principais conceitos, suas dimensões e indicadores” (Moreira, 1994: 20).

A definição do objeto de estudo constitui o fio condutor de toda a investigação. Os objetivos devem ser exequíveis e pertinentes, de forma a alcançar o conhecimento do fenómeno em estudo, para alcançar os pressupostos acima mencionados. Esta investigação tem como objetivo geral perceber se existem diferenças de género na reinserção de cada um.

O principal objetivo definido para esta investigação será de descrever, analisar e compreender o percurso gradual de passagem dos reclusos/as e ex-reclusos/as, para uma vida reinserida socialmente, a partir do discurso dos sujeitos participantes na amostra da investigação.

Nesta investigação o tema vai de encontro ao do objetivo geral já mencionado, relativamente, aos conceitos, sabemos que estes já foram apresentados na primeira parte deste trabalho. Contudo, importa, no quadro desta problemática, partir para a definição de alguns objetivos específicos que, também, irão orientar o decorrer da investigação:

- Perceber se existem diferenças perceptíveis nos processos de integração de homens e mulheres, com reflexo no seu sucesso;
- Perceber se as redes de sociabilidade são relevantes nos processos de reintegração de homens e mulheres após cumprimento da pena;
- Perceber se existem diferenças notórias dentro da prisão nos processos de preparação para a saída, como entender as respostas institucionais oferecidas pelas instituições carcerárias têm expressão a nível das diferenças de género.

4. População e Amostra

A população em estudo, são de reclusos e ex-reclusos, tornando-se uma população de difícil acesso. Desta forma, os investigadores decidiram alcançar esta população através de uma definição mínima de oito indivíduos do sexo masculino e oito indivíduos do sexo feminino. Sendo quatro indivíduos reclusos do sexo masculino e quatro indivíduos reclusos do sexo feminino; e quatro indivíduos ex-reclusos do sexo masculino e quatro indivíduos ex-reclusos do sexo feminino.

Neste trabalho, a amostra é intencional sendo uma amostra composta por alguns elementos selecionados intencionalmente, pelo investigador, pois este considera importante que possuem características que são típicas ou representativas da população e que possam prestar a colaboração de que é precisa (Vicente *et al*, 2001).

Uma outra forma de amostra intencional é a amostra snowball (“bola de neve”), utilizada para selecionar amostras da população específicas como é o caso da população alvo deste estudo.

Com isto, uma investigação de carácter qualitativo opta por critérios de preferência que encaminham para um maior entendimento da investigação. Atendendo aos propósitos deste estudo foram reunidas simultaneamente as características pretendidas:

- Reclusos do sexo masculino
- Reclusos do sexo feminino
- Ex-reclusos do sexo masculino
- Ex-reclusos do sexo feminino
- Utentes que se encontrem em processo de reinserção
- O tipo de crime não ser muito distinto uns dos outros

Não foi tarefa fácil encontrar mulheres ex-reclusas ou a cumprir liberdade condicional que se mostrassem dispostas a colaborar nesta investigação nos termos pretendidos.

Foi então através da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais no organismo da Delegação Regional de Reinserção do Norte que foi possível identificar e contactar com algumas mulheres que depois se voluntariaram para participar neste estudo.

A técnica de amostragem utilizada, a bola de neve, permite ao investigador a capacidade localizar de início um grupo de indivíduos que tenham as características desejadas e que consigam indicar indivíduos que as tenham também (Vicente *et al*, 2001).

Por fim, é importante referir que se trata de uma ideia errada associar a amostragem apenas aos inquéritos quantitativos, pois ainda é muito frequente quem tenha essa noção. Mas, na verdade, toda a investigação social recorre à composição da amostra (Moreira, 1994).

II - Caracterização Metodológica da Investigação

5. Procedimentos e Considerações Éticas

Um projeto de investigação deve ser composto por conceitos que emitem clareza e rigor. Com isto, é necessário que a pesquisa que realizamos para o mesmo seja a correta. Neste sentido, Carmo e Ferreira (1998) afirmam que a pesquisa documental considera-se como uma passagem de testemunho, dos que investigam antes no mesmo terreno, para as nossas mãos. Da mesma ideia partilha Moreira (1994) ao considerar que “...sempre que um projecto de investigação em ciências sociais envolve o estudo de, ou a comparação com um período passado, as fontes documentais tornam-se de imediato a principal fonte de informação para esse mesmo período” (Moreira, 1994:28).

A fase de pesquisa documental é fulcral para o desenvolvimento da investigação. Por isso iniciou-se a pesquisa bibliográfica com o propósito de recolher no presente projeto, sendo esses locais:

- Biblioteca Municipal de Barcelos
- Biblioteca da Universidade do Minho
- Biblioteca do Instituto Universitário da Maia

O facto de pretendermos conhecer detalhadamente as diferenças perceptíveis nos processos de integração de homens e mulheres em reclusão, os seus processos de socialização, bem como, diferenças notórias dentro da prisão nos processos de preparação para a saída só seria compatível com uma metodologia qualitativa, na medida em que esta permite um maior aprofundamento destas questões. Desta forma, a entrevista surgiu-nos como a melhor forma de conhecer as suas opiniões, atitudes e perceções sobre a reclusão e reincidência. Segundo Amado (2009) a entrevista apresenta-se com uma grande diversidade de fins e usos, como também com uma grande variedade de formas (cara a cara, pelo telefone, ou e-mail). Com estas características a entrevista classifica-se em diferentes modos de acordo com a sua estrutura e funções. Quanto à sua estrutura, essa percorre uma linha imaginária e contínua, desde a estruturação rígida até à sua completa ausência. Temos assim, a entrevista estruturada ou diretiva, a entrevista semi-estruturada ou semi-diretiva e a entrevista não estruturada ou não-diretiva.

Nesta investigação, optou-se pela entrevista semi-estruturada, uma vez que foi considerada a mais adequada e produtiva para a informação permitida na presente investigação. Como tal, Moreira (1994) considera que nas entrevistas semi-estruturadas, o entrevistador é livre de alterar a sequência ou introduzir novas questões à procura de mais informação que seja pertinente para a investigação, partindo inicialmente de certas perguntas principais.

Contudo, a entrevista semi-estruturada tem uma relevância acrescida na pesquisa de natureza qualitativa, nomeadamente por não haver um cumprimento de uma estrutura rígida de questões, o que permite ao entrevistado vaguear sobre o tema proposto, dando pertinência o que para ele for mais importante, com as palavras e a ordem que mais lhe convier para a captação imediata das informações desejadas.

Segundo Amado (2009), esta técnica deve ser o máximo aproveitada como o principal meio de recolha de informação para o mais direto apoio nos objetivos da investigação. Trata-se de uma técnica mais aprofundada que permite um acesso mais alargado de cada pessoa como as suas opiniões, atitudes, representações, recordações, afetos, intenções, ideais e valores.

A entrevista, como substituto de uma observação de acontecimentos ou comportamentos passados,

não obtém senão representações atuais acerca desses acontecimentos. Uma vez que toda a reconstrução é sempre uma alteração, o acesso aos acontecimentos através da entrevista será sempre limitado, a não ser que se pretendam atingir, precisamente, essas representações atuais (Amado, 2009: 185).

No procedimento de recolha de dados, o estudo de caso recorre a várias técnicas da investigação qualitativa. A utilização destes instrumentos faz com que a aquisição de dados seja de diferentes tipos, o que possibilita o cruzamento da informação.

A opção da entrevista semi-estruturada como técnica de recolha de dados, permitiu perceber a forma como todos os entrevistados interpretam as suas vivências, já que a entrevista é utilizada para recolher dados de pessoas em voz ativa, o que permite desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os indivíduos interpretam as questões que são propostas e a ideia de que eles têm do mundo em geral (Bogdan & Bilden, 1999).

A realização da entrevista semi-estruturada envolve a atenção de um número variado de aspetos indispensáveis para obter informação válida e para respeitar os princípios éticos que orientam qualquer tipo de trabalho científico. A entrevista de investigação exige um elevado esforço de preparação.

Devemos salientar também, que é fulcral assegurar que o entrevistador se exprima o mais possível sobre o tema proposto para que seja possível recolher o máximo da informação necessária para efetuar a investigação. Deste modo, o objetivo geral pretendido pelo entrevistador deve ser articulado com as questões a serem feitas ao entrevistador. Para isso é necessário que:

- A linguagem seja acessível
- Que o tema seja um estímulo a uma resposta
- Que os papéis do entrevistador e do entrevistado estejam bem distintos
- O entrevistado deve ser motivado para responder
- A informação recolhida deve ser o mais ampla possível

A recolha de dados para a investigação foi elaborada da seguinte maneira:

1. Construção do guião de entrevista (Anexo 1/2)
2. Estabelecer contacto com os responsáveis da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais para a realização de quatro entrevistas aos reclusos e quatro entrevistas às reclusas
3. Estabelecer contacto com algumas instituições para a ajuda na deteção de ex-reclusos e ex-reclusas dispostos a colaborar

No que diz respeito ao momento da entrevista, tentámos conciliar o objeto de estudo, o local da entrevista e o seu tempo de duração, com aspetos de ordem teórico-prática e legal. A entrevista iniciava-se com a apresentação mútua entrevistadora/entrevistados procurando-se criar um clima de confiança e colaboração. Todos os intervenientes foram informados do objeto do estudo, que se destina a um trabalho de investigação no âmbito de uma tese de mestrado sobre os seus conceitos acerca de reclusão e reinserção. Garantia-se ainda a confidencialidade das informações recolhidas e informava-se o tempo médio de cada entrevista. As entrevistas aos reclusos decorreram numa sala privada no estabelecimento prisional de Braga. As entrevistas às reclusas decorreram numa sala privada no estabelecimento prisional de Sta. Cruz do Bispo, que se encontrava previamente autorizada, marcada e disponível para este efeito.

As entrevistas aos ex-reclusos e ex-reclusas decorreram em diferentes lugares como a Biblioteca Municipal de Barcelos, a casa dos entrevistados ou no parque da cidade de Barcelos.

A duração das entrevistas aos reclusos/as foi aproximadamente entre 1h30m e 45min a mais curta; e a duração das entrevistas aos ex-reclusos/as foi entre 3h30m e 1h30m.

Aquando das entrevistas e antes da sua realização foi referido os objetivos da entrevista, o anonimato da mesma e foi também pedido autorização para a gravação áudio, condições que constavam no consentimento informado (Anexo 3).

A construção de um guião de entrevista é uma parte relevante dos procedimentos utilizados para a construção desta entrevista, é assim que vemos construído um raciocínio que vai de encontro aos objetivos da investigação.

O guião poderá ser entendido como um esquema da entrevista, logo, é fundamental que sejam aqui identificados “... os temas, os subtemas e as questões de orientação a fim de recolher dados pertinentes para a investigação” (Savoie-Zajc 2003: 289).

Carmo e Ferreira (1998) afirmam que, é importante ligar as questões de forma apropriada ao objetivo da pesquisa para que o guião de entrevista fique pronto a ser aplicado.

Um guião de uma entrevista semi-estruturada, é um instrumento que na hora da realização nos ajuda a gerir questões e relações, tratando-se do resultado de uma preparação para a entrevista (Amado, 2009).

Este guião é considerado um “instrumento não standardizado” (Coutinho, 2011: 107), na medida em que foi realizado por mim e com o intuito de os resultados da investigação sejam válidos.

Para esta investigação foi também realizada a análise de conteúdo do tipo categorial, funciona por conta da divisão da informação, por categorias, de acordo com uma determinada lógica. Quivy e Compenhout (2008) referem que “o lugar ocupado pela análise de conteúdos na investigação social é cada vez maior, nomeadamente porque oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informação e testemunhos que apresentam m certo grau de profundidade e complexidade” (Quivy e Compenhout 2008: 227).

Contudo, é neste modelo que se pretende realizar um estudo, segundo o método de pesquisa qualitativa, com recurso à análise de conteúdo e a partir das entrevistas realizadas.

6. Instrumento de Colheita de Dados

Na formulação das perguntas que foram utilizadas na entrevista semi-estruturada, teve-se em consideração que estas fossem o mais padronizadas possível, para que possam ser comparadas entre si. As perguntas foram desenvolvidas através da ideia dos objetivos pretendidos para chegar a uma conclusão, não existindo alguma regra fixada para a elaboração das perguntas.

Foram elaborados dois tipos de guiões de entrevistas (Anexo 1/2) (dos reclusos/as e dos ex-reclusos/as), especificamente para este estudo, existindo pequenas diferenças entre eles. O guião de entrevistas dos reclusos/as é composto por 13 questões e o guião de entrevista dos ex-reclusos/as é composto por 15 questões numa linguagem que se propunha ser clara e objetiva, e que as mesmas, não sugerissem respostas.

A entrevista é utilizada para conhecer situações que impedem a presença de observadores, como por exemplo, sentimentos, pensamentos, intenções e comportamentos que tiveram lugar no momento. Entrevista-se com a finalidade de entender a perspetiva do entrevistado, que se considera significativa, conhecível, e capaz de ser explicitada. As entrevistas para avaliação de programas visa captar as várias óticas dos participantes, dos formadores e de outras pessoas associadas ao programa (Patton, 2002).

A introdução feita à entrevista que vai ser realizada é um ponto muito importante para o seu sucesso. É importante que o entrevistado saiba exatamente o que pretende o entrevistador e porque tem interesse em realizar a entrevista. Deixar o entrevistado à vontade, criando, desde o início, um ambiente de cordialidade e simpatia para que o entrevistado se sinta confortável e sem pressão.

O papel do entrevistador em todo o processo de análise e avaliação é crucial. As informações que são retiradas das falas dos entrevistados possuem subjetividade, o que torna arriscada e densa a técnica da entrevista.

7. Recolha de dados

A entrevista pode desempenhar um papel revigorante para um trabalho científico se combinada com outros métodos de colheita de dados, intuições e conhecimentos derivadas dela, podem melhorar a qualidade de um levantamento e da sua significação (A. Júnior & Júnior, 2011).

As entrevistas realizadas consistiram em conversas orais e individuais, selecionadas cuidadosamente, em que o grau de pertinência, certificação e credibilidade será analisado com o objetivo da recolha de informação.

O contacto inicial começou pelo pedido de autorização (Anexo 4) à Direção-Geral dos Serviços Prisionais enviado por correio eletrónico para poder iniciar as entrevistas aos estabelecimentos prisionais definidos neste estudo, explicando o que era pretendido. Após a aceitação do pedido foram realizadas entrevistas no estabelecimento prisional de Braga ao reclusos e no estabelecimento prisional de Sta. Cruz do Bispo às reclusas. Realizadas as entrevistas aos reclusos e reclusas foram efetuados novos contactos com diversas instituições, principalmente instituições ligadas à Reinserção Social e aos centros de apoio, para poder encontrar ex-reclusos e ex-reclusas com as características pretendidas. Encontradas algumas dificuldades no contacto destes aplicou-se então a técnica de amostragem snowball.

Assim sendo, foram seguidos alguns passos para o bom desenvolvimento deste processo. Inicialmente foi explicado o objetivo da entrevista e a natureza do trabalho, dizendo ao entrevistado porque foi escolhido e como cheguei até si. Garantir o seu anonimato e o sigilo de todas as respostas, foi referido também que em qualquer momento poderia desistir da entrevista e caso não entendesse alguma pergunta para interromper e pedir para esclarecer melhor. Foi solicitada a autorização para a gravação e a explicação de que esta teria que ser gravada. Concordando com estes pontos, foi entregue um consentimento informado para o entrevistado dar autorização para começar a entrevista.

8. Análise / Tratamento de dados

Depois da recolha de dados, seguiu-se a análise e interpretação dos dados, processos que estão estritamente ligados e complementam-se, já que a análise organiza e sintetiza os dados de maneira a facilitar as respostas ao problema investigado e a interpretação procura o sentido das respostas, estabelecendo a conexão a outros conhecimentos. No que diz respeito à técnica de tratamento, os investigadores optaram pela análise de conteúdos na sequência das opções metodológicas e considerando o objeto de estudo, os objetivos e os pressupostos teóricos descritos anteriormente.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008), a análise de conteúdos ocupa um lugar cada vez maior na investigação social, particularmente porque tem a possibilidade de abordar de forma organizada informações que apresentam um grau de maior complexidade. A análise de conteúdos, melhor do que qualquer outro método de trabalho, permite satisfazer harmoniosamente as imposições da rigidez metodológica e da profundidade imaginativa que nem sempre são facilmente adaptáveis.

Amado (2009) refere também que o primeiro grande objetivo da análise de conteúdo é o de “organizar os conteúdos de um conjunto de mensagens num sistema de categorias que traduzam as ideias-chave veiculadas pelos documentos em análise” (p. 244).

Como acontece nesta investigação, os planos qualitativos tem carácter acessível e flexível que originam muitas vezes uma grande quantidade de informação explicativa que exige uma organização e redução de forma a proporcionar a descrição e interpretação do fenómeno em estudo (Coutinho, 2011).

Segundo Wiersma (1995) e Bravo (1998), esta tarefa realiza-se através de uma intervenção que vai dar acesso ao investigador para conhecer o que contém os dados. Na fase seguinte à recolha dos dados ocorre a codificação, em que o investigador procura padrões de pensamentos, comportamentos, palavras e frases para uma melhor harmonia nos dados que fundamentem uma categorização (*cit. in* Coutinho, 2011).

Após a transcrição de todas as entrevistas realizadas, foi iniciada uma leitura de todos os testemunhos, inicialmente de forma livres mas seguidamente mais rigorosa e enquadrada segundo o objetivo que era pretendido. Foi retratado sobre o tipo de informação que era pertinente ao fazer as entrevistas, agrupando os temas e subtemas que ocorriam. Esta investigação abrange uma primeira orientação para a leitura e para

corde do material, segurando uma postura aberta aos necessários acrescentos e aperfeiçoamentos que as novas e seguintes leituras estabeleçam (Amado, 2009).

A ideia das entrevistas foi de organizar grupos categoriais através do discurso dos reclusos/as e dos ex-reclusos/as, para podere a partir das observações empíricas estabelecer conexões com considerações de natureza teórica.

Com o decorrer deste processo, as fontes de análise de conteúdos elaboradas foram sendo reformuladas e aperfeiçoadas consoante a conveniência. Para além das categorias e subcategorias surgem os indicadores, como elo entre as categorias e as unidades de registo, respeitando sempre o que os entrevistados realmente disseram, pois são “expressões construídas pelo analista, que resumem ou expressam o traço geral de uma ou, preferentemente, de várias unidades de registo” (Amado, 2009: 256).

Para Bardin (2004), a

categoriação é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento (...), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (p.111).

As categorias permitem a simplificação do material analisado e facilitam a compreensão do seu sentido, pelo que, a importância da definição de categorias de análise é significativa, pois a sistematização das informações recolhidas e a elaboração de inferências, dependem desta definição.

Aquando a apresentação dos dados de forma categorizada, o investigador está a fazer análise de conteúdo, que consiste na recolha dos dados, na sua codificação por categorias, na sua análise e apresentação (Ribeiro, 2007), como poderemos ver no próximo capítulo.

É de salientar que este tipo de investigação levanta a problemática da distância entre o sujeito e o investigador no campo que investiga, perante os sujeitos investigados, pois segundo Amiguinho (1992), o investigador deve “situar-se em relação a si próprio, descentrar-se em relação às suas crenças, às suas representações, aos seus estereótipos e a tudo aquilo que seja suscetível de se projetar na situação” (p. 89), já que falamos de uma população com características ímpares, em contextos muito constrangedores.

CAPÍTULO III

INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA: OS RESULTADOS E A SUA DISCUSSÃO

Na primeira parte deste capítulo será caracterizada a amostra, após o que se procederá à análise e discussão dos dados relativos às entrevistas realizadas. Para fácil sistematização dos dados, dividirei a amostra em dois grupos distintos: Reclusos e Ex-reclusos de ambos os géneros, sendo eles os autores privilegiados na partilha desta informação. Foram, então, realizadas entrevistas semi-estruturadas, pois estas permitiram aos entrevistados um grau de liberdade de expressão e de profundidade, dentro dos temas a privilegiar. Entrevistei, quatro reclusos do sexo masculino e quatro reclusos do sexo feminino; quatro ex-reclusos do sexo masculino e quatro ex-reclusos do sexo feminino, como amostra de conveniência. As entrevistas foram todas gravadas com a respetiva autorização de cada um. As entrevistas aos reclusos foram realizadas numa sala privada no estabelecimento prisional de Braga; as entrevistas às reclusas foram, também, realizadas numa sala privada no estabelecimento prisional de Sta. Cruz do Bispo; as entrevistas aos ex-reclusos e ex-reclusas foram realizadas em diversos lugares, como: na Biblioteca Municipal, no parque da cidade ou nas residências dos entrevistados. Seguidamente serão apresentadas alguns excertos das entrevistas transcritas que considere mais relevantes no seguimento da problemática tratada no capítulo anterior. Na segunda parte deste capítulo, analisarei os dados que foram recolhidos junto de reclusos e ex-reclusos. Esta informação pode dividir-se em duas partes: a permanência na prisão para os reclusos e o testemunho do tempo que se seguiu à sua libertação no caso dos ex-reclusos.

I – Procedimentos e Apresentação dos Dados Recolhidos

1. Apresentação e Caracterização da Amostra

Quanto à caracterização dos participantes no estudo, passamos à apresentação dos dados biográficos que foram recolhidos. A fim de manter o anonimato dos participantes todos os nomes utilizados neste estudo são fictícios.

Tabela 1 - Caracterização demográfica e biográfica dos homens reclusos participantes nesta investigação

	João	António	Miguel	Carlos
Idade	33	50	52	41
Estado Civil	Solteiro	Solteiro	Casado	Solteiro
Escolaridade	9º Ano	9º Ano	6º Ano	9º Ano
Tipo de Crime	Tráfico de Droga; Roubo	Tráfico de Droga	Violência Doméstica	Roubo
Pena de Prisão	4 anos e 6 meses	5 anos	4 anos	4 anos e 9 meses

Tabela 2 - Caracterização demográfica e biográfica das mulheres reclusas participantes nesta investigação

	Maria	Emília	Glória	Teresa
Idade	41	47	59	53
Estado Civil	Solteira	Casada	Casada	Viúva
Escolaridade	12º Ano	6º Ano	6º Ano	12º Ano
Tipo de Crime	Tráfico de Droga; Roubo; Sequestro	Tráfico de Droga	Tráfico de Droga	Homicídio
Pena de Prisão	9 anos	6 anos e 6 meses	5 anos e 6 meses	20 anos

Tabela 3 - Caracterização demográfica e biográfica dos homens ex-reclusos participantes nesta investigação

	Joaquim	Manuel	Pedro	José
Idade	40	39	42	40
Estado Civil	Solteiro	Solteiro	Divorciado	Solteiro
Escolaridade	9º Ano	12º Ano	9º Ano	12º Ano
Tipo de Crime	Furto Qualificado; Tráfico de Droga	Agressão; Receptação; Tráfico de Droga; Atropelamento	Tráfico de Droga; Roubo	Tráfico de Droga; Roubo
Pena de Prisão	16 anos e 10 meses	5 anos e 11 meses	7 anos e 9 meses	4 anos e 6 meses
Emprego	Empregado	Desempregado	Desempregado	Desempregado

Tabela 4 - Caracterização demográfica e biográfica das mulheres ex-reclusas participantes nesta investigação

	Lurdes	Fernanda	Anabela	Manuela
Idade	65	56	53	32
Estado Civil	Casada	União de Facto	Viúva	Casada
Escolaridade	6º Ano	6º Ano	9º Ano	
Tipo de Crime	Tráfico de Droga	Tráfico de Droga	Tráfico de Droga	Falsa Identidade; Condução Ilegal
Pena de Prisão	8 anos	5 anos e 2 meses	5 anos	1 ano e 5 meses
Emprego	Reformada	Desempregada	Desempregada	Empregada

2. Análise dos Resultados

Neste ponto serão analisados e discutidos os dados recolhidos, onde passaremos à interpretação da mesma, no sentido de compreender e, posteriormente, refletir em torno do fenómeno estudado, estabelecendo relações com a revisão da literatura por nós realizada e considerando outros autores. Sempre que se revelar necessário e respeitando o chamado princípio do literalismo, ilustramos as nossas observações com excertos retirados das entrevistas.

Representações dos entrevistados sobre crime e reincidência

O primeiro tema de conversa colocado a todos os nossos entrevistados (recluso e ex-reclusos) centrava-se no seu comentário relativamente ao crime e reincidência. Com efeito, interessava-nos aferir até que ponto o tipo de crime, a pena de prisão influenciou a vida destes sujeitos. Perceber como percecionavam os entrevistados a esta tríade, seria vital na compreensão do fenómeno.

Em termos globais, os indivíduos do sexo masculino tem uma maior tendência para reincidir do que os indivíduos do sexo feminino, com base nos indivíduos entrevistados.

“Tive detido em 2000 por tráfico de droga, depois tive uma pena suspensa de 3 anos e antes de ser condenado com pena de prisão estava com pena suspensa de 2 anos. Agora fui condenado a 5 anos por tráfico de droga.” (António)

“Esta é a primeira vez.” (Joana)

“Muitas vezes, já não tenho conta de quantas mas foram muitas mesmo. Tive várias penas suspensas e depois com o acumular de situações fui condenado três vezes a pena de prisão por tráfico de droga e furto qualificado, mas a última pena foi a maior de todas e a que me custou mais.” (Joaquim)

“Uma vez e chegou-me. (Manuela)

“Já tive 4 vezes condenada a pena de prisão, no total já tive 13 anos presa.” (Sandra)

Em síntese, verifica-se que são várias as condenações por parte dos indivíduos do sexo masculino em relação às mulheres, sendo apenas uma mulher reincidente. Com isto, podemos considerar que a maioria das mulheres aceitam a ideia de que a reincidência não compensa e que a reinserção será efetivamente uma tendência crescente.

Contudo, após uma pesquisa intensiva verificou-se que não existem dados que comprovem que o sexo masculino tenha uma maior reincidência do que o sexo feminino.

Representações dos entrevistados sobre reincidência

O segundo tema de conversa colocado a todos os nossos entrevistados (recluso e ex-reclusos) centrava-se no seu comentário relativamente à reincidência, mais precisamente o que os leva a reincidir e muitos foram os motivos:

“Reencontrar aquelas pessoas que pensava que eram meus amigos mas que só queriam que voltasse para crime e não ajudavam a sair dele mas sim a manter-me nele. A imaturidade também não ajudava na altura, quando me meti no crime era um adolescente e não tinha consequência das coisas e que algum dia isto ia acabar desta maneira. A minha família sempre me alertou mas eu não queria saber, eu sei que eles tentaram-me ajudar mas não foi o suficiente e fora a minha família não nunca tive qualquer outra ajuda.” (Joaquim)

“Várias situações mas o consumo de droga sempre foi o grande motivo. As recaídas era o maior problema, quando uma pessoa volta à droga depois de sair da prisão e de já não consumir há muito tempo já sabe no que aquilo vai acabar, basta uma recaída para tudo ser como era. A droga leva-nos a cometer coisas que nem nós próprios conscientes sabemos como o fizemos. Na altura também estava casado com uma mulher que consumia e isso foi sempre muito complicado para eu conseguir deixar.” (Pedro)

“No meu caso, a falta de apoio é o grande motivo. Sempre que saí da cadeia não tive apoio nenhum, a minha família abandonou-me e não tinha a quem recorrer, não há um quarto, não há qualquer rendimento, não há comida, não há nada e então por mais que uma pessoa saia com a ideia de reconstruir uma vida não consegue

porque toda a gente nos fecha a porta e nos temos que nos voltar novamente para o crime. Depois volta-se a consumir e ter que roubar ou traficar para manter o vício. O grupo de amigos, de certa forma também ajuda para que isso aconteça.” (José)

“A falta de compreensão por parte da minha família era um dos motivos porque voltava a consumir e depois voltava ao crime. O meu companheiro também consumia e então quando andávamos menos bem lá voltávamos outra vez, também eramos mais novos e não dávamos tanta importância ao mundo do crime, agora a idade já é outra e já chega desta vida.” (Sandra)

Consoante os testemunhos dos entrevistados, podemos ver que estes têm vários motivos pelo qual se deve a sua reincidência. Um dos aspetos mais referido é o consumo de drogas, uma vez que o consumo leva a estes indivíduos a cometer o crime e a reincidir. Outros motivos que são referidos por estes é a influência que o grupo de amigos tem na vida do crime e a falta de acompanhamento e apoio por parte dos familiares e/ou instituições. Podemos verificar também, que os motivos referidos pelo sexo masculino não diferem muito relativamente aos motivos da entrevistada do sexo feminino.

Os motivos que levam à prática de atos delinquentes surgem associados a razões pessoais e sociais, tais como falta de responsabilidade, a revolta, a experimentação de drogas e a influência por parte dos amigos. Segundo a ideia de alguns autores, existe uma relação entre comportamentos de risco, como por exemplo o consumo de drogas e a delinquência (Perkins, Lerner & Keith, 1996, cit. in Simões, 2007)

No que diz respeito à influência do grupo de pares, o insucesso experimentado pelos jovens a nível social leva a que estes procurem grupos sociais que concordem e valorizem os mesmos comportamentos anti-sociais que os seus. A união ao grupo de pares delinquentes serve como finalidade de atulhar as necessidades de inclusão e anseios de pertença na escola. Adaptados nestas sub-culturas de delinquência, estes indivíduos ficam prometidos a um futuro marcado pela criminalidade, sendo a detenção um fim anunciado. O papel dos pares assume-se como influente no percurso da delinquência (A. Rodrigues & Rodrigues, 2009).

De acordo com as estatísticas referidas por Mukamal (2000, cit. in Tarlow, 2010) um dos motivos que leva à reincidência dos ex-reclusos é o desemprego, dos quais 89% estão desempregados.

Representações dos entrevistados sobre a importância da família

Tornou-se evidente a forma como as redes de parentesco de reclusos/as e ex-reclusos/as protagonizavam um papel fundamental neste processo, fornecendo apoio emocional, material e económico durante e após a detenção. Era do nosso interesse perceber como era vivida a família, pelos sujeitos entrevistados, como um modelo fidedigno das tendências que se verificam na realidade.

“A minha mãe ficou destroçada e os meus filhos nem sabiam o que pensar. Tenho sorte que sempre tive o apoio deles e eles sempre acreditaram em mim. A mãe deles foi para casa dos pais dela e não quis saber dos filhos, teve que ser a minha mãe a cuidar deles. Devo muito à minha mãe porque sempre me ajudou e apoiou em tudo que podia.” (Miguel)

“A minha família sofreu muito com a minha condenação, principalmente a minha mãe e os meus filhos mas apesar de tudo acharam que foi o melhor para mim, pois tanto eles como eu tínhamos a noção que se isto não tivesse acontecido eu ainda continuava nas drogas. Sempre tive o apoio deles e sempre que podem vêm-me visitar.” (Maria)

“Muito mal. A primeira vez que fui preso foi muito doloroso para toda a minha família, não queriam acreditar que aquilo estava acontecer. O meu pai estava comigo na primeira vez que fui preso, ele ver os polícias a algemar-me foi um choque. Depois das outras vezes que fui preso já não custou tanto porque eles próprios já estavam desacreditados. Eu na altura compreendia, eles perderam a confiança em mim e era normal que tivessem aquela reação mas sempre me ajudaram naquilo que eu precisasse.” (Pedro)

“A primeira vez que fui preso os meus pais lidaram muito mal com a situação. Na altura vivia em (...) com o meu pai e ele sofreu mais com isso, mas lá está, isto foi da primeira vez porque depois a importância já não é a mesma. Depois das outras

vezes eles já não queriam saber, começasse a perder a confiança da família e já não se têm apoio e ajuda.” (José)

“A minha mãe e o meu marido reagiram muito mal. Eu na altura tinha 3 filhos e o meu marido teve que ficar a cargo deles sozinho, só com a ajuda da minha mãe. Eles eram pequenos e não perceberam muito bem a situação que se tava a passar. A minha família sempre me apoiou em tudo que precisava. Mesmo estando chateada com os meus irmãos eles na altura estiveram sempre presentes e do meu para tudo que precisasse.” (Manuela)

O sofrimento por parte dos familiares é bastante notório tanto no discurso dos reclusos como das reclusas. Apesar de todo o sofrimento por parte dos familiares perante esta situação a família é um grande apoio e por vezes o único para estes indivíduos.

No entanto nota-se um afastamento por parte dos familiares quando estes são detidos mais do que uma vez, como podemos ver no testemunho do Pedro e do José. Contudo, inicialmente o acompanhamento é notório mas depois a falta de esperança e de confiança perde-se e então estes perdem, por vezes, o apoio familiar, porém, existe um sentimento de culpa nos discursos destes entrevistados, por fazerem sofrer a família.

Com isto, segundo Carvalho (2007), devemos ter em consideração que a família é criadora de relações, tensões e conflitos que definem a vida de cada um dos seus constituintes. Sendo assim, em fase de reinserção, os objetivos a serem atingidos por parte destes indivíduos, em relação à família e outras relações, devem ser:

- “Desenvolver e consolidar a rede de relações familiares e sociais;
- Atingir relacionamentos satisfatórios e equilibrados com a família, amigos e colegas;
- Interessar-se por actividades que o vinculem aos outros e à comunidade;
- Desenvolver a capacidade de tomar decisões e aumentar a tolerância à frustração” (Carvalho, 2007: 22).

A reinserção social é tida como um processo individualizado e dinâmico, sendo fundamental o papel da família, pois esta enquanto “sistema social primário, que integra o indivíduo podendo adquirir competências no sentido de promover o desenvolvimento biopsicocultural e ambiental, permitindo a autonomização/ individualização e, ao mesmo tempo o desenvolvimento saudável da família” (Cortes, 2004: 84).

Representação dos entrevistados na preparação para a liberdade

A preparação que é feita dentro dos estabelecimentos prisionais pode ser uma oportunidade para uma posterior reintegração bem sucedida na sociedade, pois através de atividades de educação e formação, estes podem desenvolver melhor as suas capacidades e aumentar a sua escolaridade e formação para a sua reintegração. O trabalho dentro do estabelecimento prisional apresenta-se, também, como uma dinâmica muito importante.

“Tive apoio psicológico logo após a minha entrada. Completei o 6º ano e trabalhei na cozinha. Agora estou a trabalhar em RAVE na Câmara Municipal de (...) em jardinagem.” (Miguel)

“Inicialmente tive apoio psicológico, pois sentia-me angustiada e culpada por ter deixado a minha filha desamparada. Tirei o 6º ano com curso de costura e agora trabalho no bar dos guardas.” (Glória)

“A preparação que tive para a liberdade foi a oportunidade de voltar a estudar e completar o 9º ano com o curso de calceteiro, mais tarde tive em RAVI e trabalhava para a Câmara Municipal de (...) como calceteiro. Trabalhar fora da prisão foi muito importante para a minha preparação.” (Joaquim)

“A minha psicóloga foi uma grande ajuda e motivação para mim, ficava muito melhor quando conversávamos, ela deixava-me bem e com vontade de mudar mas o mais importante para a minha preparação foi sobretudo a minha vontade. A escola, os professores, os horários que tínhamos que cumprir, as regras, isso tudo ajudou-me mas o importante é a nossa vontade. Precisava de criar uma rotina para quando saísse ter uma rotina. Tirei o 9º ano com as novas oportunidades e depois tirei vários cursos, como o de informática, pintura de construção civil e acabamentos, educação física e desporto, esses cursos foram uma mais-valia para mim.” (Pedro)

“Tirei um curso de empreendedorismo que eu pensava que me ia ajudar quando saísse mas até agora nada. Na altura foi o único curso que eu tirei porque eu queria era estar a trabalhar para ocupar mais o tempo e para ganhar o meu dinheiro. E a ajuda do meu psicólogo, como referi em cima, foi muito importante para a minha preparação.” (Sandra)

Apesar de considerarem este procedimento de preparação adequado e provavelmente gerador de emprego, outros têm uma visão mais alargada, pelo menos numa primeira fase pós-libertação. O entrevistado José salienta ainda que:

“Todo o processo que é feito lá dentro prepara-nos para quando sairmos, eles acompanham-nos diariamente. Eles lá até chamavam o processo PIR que é desde o acompanhamento psicológico, ao processo de desintoxicação, a escola, os cursos. Os cursos são muito benéficos para quando uma pessoa sai mas quando vamos à procura de trabalho com o certificado e lá diz Ministério da Justiça as coisas já ficam diferentes.” (José)

Contudo, de acordo com os testemunhos dos entrevistados, verificamos que tantos os reclusos/as como os ex-reclusos/as usufruem de ações de formação e educação, bem como a oportunidade de exercerem um trabalho, dentro ou fora do estabelecimento prisional.

As mais-valias para a frequência de ações de educação/formação, por parte da população dos estabelecimentos prisionais, prendem-se com o enriquecimento curricular das formandas e a melhoria da sua qualidade de vida no imediato e após a saída.

Neste raciocínio, Cabrito (1995), refere que a educação/formação direciona-se por quatro princípios que concedem um campo próprio, garantindo a apropriação e a determinação do processo formativo pelo formando, sendo o “reconhecimento de que o adulto possui saberes e competências que devem ser integradas e utilizadas; que é essencial que a motivação e o interesse venham do próprio adulto e que as aprendizagens para serem efectivas necessitam de ser integradas num quadro de referências previamente existente. Finalmente, que o investimento do adulto feito na aprendizagem terá uma recompensa, um sentido para o seu desenvolvimento pessoal ou profissional” (cit. por Nascimento, 2009: 15).

Desta forma, a educação, a formação e o trabalho são três pilares considerados fundamentais no processo de integração social o que vem justificar a aceitação de novas metodologias no que refere ao tratamento prisional, a fim de preparar o recluso ao processo de reintegração na sociedade. Este é um fenómeno que está a crescer e que têm, segundo Furtado e Condeço (2009), “origem na desagregação das instâncias formais como a família, a escola e o trabalho, aliadas à precariedade social, económica, cultural e identitária” (p. 40).

- ***Influência que o acompanhamento na preparação para a liberdade teve na prisão para os ex-reclusos/as***

O processo de reinserção social é difícil após a obtenção da liberdade. O peso negativo da reclusão sobre estes indivíduos é representado no estigma que estes sentem e da falta de compreensão e acompanhamento após a saída.

“Eles lá dentro ajudam naquilo que podem, em relação a isso não tenho queixa porque o processo que eles fazem lá dentro pode trazer benefícios após a saída mas quando uma pessoa sai não tem ajuda nenhum e então depois acaba por não influenciar em nada.” (José)

“De alguma forma ajudou-me, principalmente a manter a minha cabeça ocupada e a pensar que não quero mais aquela vida para mim. A verdade é que a vontade tem que vir de nós próprios porque até isso acontecer nós vamos andar sempre no mesmo, tendo um bom acompanhamento ou não, o primeiro passo tem que ser nosso e depois sim é preciso outras ajudas.” (Sandra)

“Enquanto estive lá dentro ajudou mas depois quando uma pessoa sai eles não apoiam em mais nada. Quando saí todos os meses tinha que ir ter com uma técnica de reinserção social mas não passava de falar porque ajudar naquilo que era mesmo importante isso não acontecia.” (Anabela)

Podemos ver que os entrevistados reconhecem que o processo que é feito dentro dos estabelecimentos prisionais funciona, uma vez que lhes é dada uma rotina, uma boa maneira de passar o tempo e uma forma de não pensarem que estão presos. Para estes o que falha é o acompanhamento após a saída, como se pode constatar por estes discursos, não basta querer, é necessário uma ajuda, uma ‘mão invisível’ que oriente e abra portas. O que não se verifica qualquer mudança na sua vida após a saída do estabelecimento prisional, pelo facto de ter frequentado as ações de formação e educação. Porém, nota-se que os entrevistados encaram este processo de forma vantajosa para si mas simplesmente no seu dia-a-dia dentro da prisão.

Deste modo, é essencial que exista apoio ao recluso, quer na fase de pré-libertação quer na fase de pós-libertação, no que consta às questões de ensino, de formação e do trabalho. Além dos aspetos referidos, as saídas precárias e a liberdade condicional revelam-se importantes fatores na preparação para a libertação. Contudo, a

saída em liberdade é, para os reclusos e para as suas famílias, uma situação de crise, nomeadamente a falta de acompanhamento na procura de emprego, o que dificulta a responsabilização por parte do ex-recluso do papel que desempenhava antes da reclusão (Santos, 2003).

Representações dos ex-reclusos/as nas dificuldades de adaptação a novas formas de vida

As dificuldades de adaptação à sociedade após a saída do estabelecimento prisional são por vezes bastante complicadas, estes indivíduos passam por situações, muitas vezes, constrangedoras por parte da sociedade e que por vezes não lhes é dada a oportunidade de prosseguirem com a sua vida.

“Estar 10 anos preso causa danos irreversíveis. Foram muitos anos preso, ainda não me desabitei de certos hábitos que criei lá dentro. A adaptação à sociedade é muito complicada depois de estar tanto tempo preso. Sou alvo de discriminação quando vou para sítios em que sou conhecido e por vezes ouço comentários desagradáveis e que me deixam bastante desanimado e irritado.” (Joaquim)

“A adaptação à sociedade é complicada, sem dúvida mas mais do que isso a maior dificuldade que uma pessoa que já teve preso passa é em arranjar trabalho. As pessoas não confiam em nós para nos empregarem e também tem medo.” (Manuel)

“Eu sou uma pessoa bastante sociável e dou-me bem com toda a gente mas a rotulagem que a sociedade em geral nos cria é muito difícil de lidar. As pessoas voltam sempre ao nosso passado e falam muito nisso e reprimam. Por vezes sinto-me um ‘bicho-do-mato’ e nem sempre estou à vontade. E arranjar trabalho também é uma dificuldade enorme.” (Pedro)

“A procura de trabalho é a maior dificuldade que uma pessoa passa quando sai da prisão. Não há ninguém que nos ajude, o trabalho é muito importante para nós que saímos da prisão.” (Sandra)

A maior parte dos ex-reclusos/as aponta a discriminação de que são alvos pela sociedade, como uma das maiores dificuldades de adaptação após a saída, e por isso que têm um acréscimo de dificuldades na sua reinserção. Estes indivíduos já pagaram a

dívida que tinham para com a sociedade, uma vez que cumpriram uma pena que por ela lhe foi imposta. Contudo, não se livram dos rótulos incutidos pela prisão e de todos os fatores discriminatórios que a ela lhe estão associados.

Os rótulos são incutidos a estes indivíduos por estes terem transgredido e desviado das normas. Neste sentido, Becker refere que o desvio não é uma qualidade do ato cometido por uma pessoa, mas antes a consequência da aplicação, pelos outros de normas e de sanções a um ‘transgressor’. O desviante é aquele ao qual este rótulo foi aplicado com sucesso e o comportamento desviante é aquele ao qual a colectividade atribui esse rótulo (Becker, 1963: 9).

O trabalho é também um assunto bastante referido pelos ex-reclusos/as, pois este torna-se muito complicado de ser conquistado pela sua posição na sociedade, o que por vezes os permite omitir em relação a isso.

Segundo Giddens, o trabalho é “um elemento estruturante na constituição psicológica das pessoas e no ciclo das suas actividades diárias” (Giddens, 2007: 377).

A aquisição de um emprego é, por um lado, um fator de elevada importância para a reintegração e prevenção da reincidência dos ex-reclusos e, por outro lado, um objetivo muito difícil de ser conseguido. São vários os benefícios associados ao emprego de ex-reclusos, principalmente o aumento da auto-estima e da confiança, bem como a prestação de ajuda financeira à família. Na sociedade é também possível verificar-se diversos benefícios, como por exemplo, menor criminalidade, mais segurança pública, redução de custos para o governo em termos de baixas taxas de reincidência e ainda se pode verificar maior justiça social no que respeita as atitudes da sociedade perante estes indivíduos (Graffam, Shinkfield, & Hardcastle, 2008; Lukies, Graffam, & Shinkfield, 2010).

Um dos impedimentos identificados acerca dos obstáculos face ao emprego prende-se com a conotação negativa associada à condição de ex-recluso atribuída pelos potenciais empregadores. Uma das barreiras à contratação de ex-reclusos apontadas por Hunter e Boyce (2009) e por Lukies, Graffam e Shinkfield (2010) são as atitudes negativas dos empregadores face aos antecedentes criminais dos sujeitos.

Representações dos entrevistados sobre as perspetivas de futuro

Relativamente às expetativas de futuro destes indivíduos, quisemos saber e perceber, através dos seus discursos, até que ponto, o período que passaram nos estabelecimentos prisionais pode ter influenciado as suas expetativas de vida.

“Sim, penso em arranjar trabalho para ajudar a minha mãe e nunca mais voltar a consumir. Sei que vou ter forças para isso, quando vou de precária já sinto que não tenho vontade para consumir.” (João)

“Sim, claro que sim. Quero arranjar um emprego para ajudar os meus filhos. Quero poder dar tudo o que até agora não pude dar.” (Miguel)

“Sim, claro! Tenho uma filha para sustentar e vou ter que lutar muito para conseguir um emprego. Sei que vai ser muito difícil porque a minha idade também não ajuda mas vou ter que fazer de tudo para conseguir dinheiro, nem que seja a vender meias na rua.” (Glória)

“Sim. Desta vez as coisas vão ser diferentes e eu tenho noção disso, das outras vezes a minha vontade de reconstruir a minha vida não era a mesma de agora. Antes de ir preso esta ultima vez eu já queria mudar, um ano antes de ser condenado tinha estado numa comunidade, o «projecto homem», as coisas já estavam a ser diferentes, eu já estava com vontade de me tratar e mudar. Estou na altura de proteger a minha integridade física e mental, agora preciso de tranquilidade emocional.” (Pedro)

“Sim, quando estamos lá dentro pensamos sempre em reconstruir uma vida quando saímos mas as coisas não são nada fáceis. A vida é muito difícil e para nós ainda se torna mais difícil e por isso que acabamos de voltar ao crime porque é a única forma de conseguirmos sobreviver.” (José)

“Sim, isso pensa-se sempre quando se está lá dentro mas desta vez quero muito que seja diferente e quero conseguir ter uma nova vida. O crime não compensa. Os danos causados por esta vida são muito grande e por vezes irreversíveis.” (Sandra)

Denota-se uma vontade por parte de todos os entrevistados em refazer as suas vidas, apesar de muitas vezes este percurso ser bastante longo e difícil. Mais conhecimento disso têm os ex-reclusos/as, pois já estão a viver um pouco essa dificuldade de tentarem construir a sua vida. Vê-se, também, uma preocupação

acrescida com os descendentes, o que parece-nos uma tentativa de compensação pela ausência durante o período de reclusão.

Contundo, todos os entrevistados nos apresentaram projetos de diversa ordem e importância, sendo mesmo uma e outra com grande grau de subjetividade e relacionadas com os contextos de cada pessoa.

Representações dos entrevistados sobre a percepção que estes têm do tipo de crime e a sua influência na reinserção

Consideramos relevante entender as percepções e experiências dos entrevistados quando falamos da influência que o tipo de crime poderá ter na reinserção. Em relação aos reclusos/as teremos uma opinião acerca deste assunto, enquanto que nos ex-reclusos/as teremos o discurso da experiência vivida por estes.

“Qualquer crime rótula qualquer pessoa e o tipo de crime acaba sempre por influenciar a reinserção das pessoas. É complicado arranjar emprego nos tempos em que estamos, imagine para um ex-recluso. Sei que vai ser muito complicado e inicialmente vou ter dificuldades financeiras.” (Carlos)

“Sim, mas isso não me pode impedir de voltar a construir a minha vida e da minha família. Tenho noção que o trabalho vai ser uma luta diária que vou ter que enfrentar, já tenho uma certa idade e sei que não vai ser qualquer pessoa que me vai arranjar um emprego por isso tenho noção que eu vou ter que o fazer sozinha.” (Glória)

“Influência muito. Maior parte das pessoas pensam que a droga é o abismo do crime. O vício é o pior que nós temos e depois leva-nos a cometer outros crimes para podermos ter aquilo que queremos. Mas o fundamental da reinserção é o trabalho, sem ele uma pessoa nunca está reinserida totalmente e as pessoas não querem um criminoso dentro do mesmo local que elas, por isso que vai ser sempre um ponto bastante prejudicial.” (Manuel)

“O facto de ser ex-reclusa já é prejudicial para me reinserir mas acho que o meu tipo de crime não deveria de ser muito prejudicial, nunca fiz mal a ninguém nem nunca roubei.” (Sandra)

Em síntese, podemos verificar que todos os entrevistados têm a opinião/experiência de que o tipo de crime influencia a reinserção. Porém não é propriamente o tipo de crime que influencia a reinserção mas sim, a conotação negativa associada à condição de ex-recluso, atribuída pela sociedade.

O emprego é um fator bastante referido ao longo deste estudo e a reinserção destes indivíduos parte da obtenção de emprego, porém os ex-reclusos enfrentam barreiras pessoais e estruturais no conseguimento de emprego. Estas barreiras que os ex-reclusos enfrentam não dizem só respeito à condição de ex-recluso mas também à falta de redes sociais e falhas a nível das competências, da experiência e de oportunidades. As instituições comunitárias são importantes para proporcionarem apoio ao nível da criação de oportunidades de emprego e ligação ao mercado de trabalho (Tarlow, 2010).

No entanto, nem sempre o crime influencia a reinserção de um indivíduo. Existem casos de sucesso como podemos ver no caso do entrevistado Joaquim. Este considera que teve “sorte” em conseguir um emprego, pois acha que o trabalho é fundamental para a reinserção de um indivíduo.

“Não, eu tive muita sorte. Tive pessoas que me ajudaram muito e que fizeram de tudo para conseguir um emprego e após cinco meses da minha saída estava a trabalhar. O trabalho é algo fundamental para a reinserção, tenho plena noção que se fosse eu arranjar emprego seria mais complicado para me empregarem mas a minha empresa sabe que já tive preso e acho importante dar essa informação.” (Joaquim)

A qualidade de vida, certificada pelo emprego, é um direito fundamental que atribui o sentido de identidade, da consciência de ter um objetivo na via social e na sensação de plena integração (Comissão Independente População e Qualidade de Vida – Cuidar o futuro, 1998).

Representação da perceção dos entrevistadores ao nível do género e reinserção

Consideramos pertinente conhecer a perceção que os entrevistados têm relativamente ao assunto da reinserção e do género. Qual a opinião destes quando é questionado se as diferenças de género terão alguma relevância no sucesso/insucesso da reinserção social dos reclusos.

“Na minha opinião acho que a mulher é mais fácil de se reinserir, elas são mais habilidosas para fazer diversas coisas.” (João)

“Acho que as mulheres são mais fortes e mais desenrascadas que os homens e por isso têm mais facilidade em se reinserir. Apesar de sermos mais rotuladas do que os homens porque somos vistas como as mulheres que tem que cuidar do lar e dos filhos.” (Maria)

“As mulheres têm mais vontade de construir uma nova vida e por isso depois acabam por ter mais facilidade de se adaptarem a um novo ambiente.” (Teresa)

“Na minha opinião as mulheres são mais fáceis de se reinserir mas isso também depende da vontade de cada pessoa. O importante é ser trabalhador e cumprir os deveres que lhes são propostos.” (Lurdes)

“As mulheres, elas têm mais força e coragem para enfrentarem a sociedade do que os homens e eles também são mais frágeis do que as mulheres e isso pode fazer com que eles recaem mais facilmente no crime.” (Anabela)

Consoante os discursos dos entrevistados podemos ver que maior parte deles considera que as mulheres tem mais facilidade de se reinserir do que os homens, uma vez que estas são mais “habilidosas” e “desenrascadas” do que os indivíduos do sexo masculino. Esta opinião é transversal, uma vez é considerada tanto pelas mulheres como pelos homens.

No entanto, existe uma opinião de que os homens têm mais facilidade de se reinserir do que as mulheres, pois segundo a entrevistada Joana as mulheres dão mais importância ao que a sociedade pensa e por isso dificulta mais a sua reinserção.

“Acho que os homens têm mais facilidade em se reinserir. As mulheres dão mais importância ao que as pessoas pensam e resignam-se mais do que os homens.” (Joana)

Não existem estudos que comprovem que as mulheres têm mais facilidade de reinserção do que os homens. Contudo, na perceção dos indivíduos entrevistados as mulheres têm mas hipóteses de ter uma reinserção bem sucedida.

II – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS RECOLHIDOS

3. Categorias

As categorias iniciais foram dispostas na sessão análise dos dados, através de citações ilustrativas das explicações dos entrevistados, juntamente com o referencial teórico de base. Cada categoria constitui-se dos extratos selecionados dos entrevistados, pois estas, configuram-se como as primeiras sensações acerca da realidade estudada. Após a primeira fase da análise de conteúdo, onde fizemos uma leitura com base nos guiões, encetamos uma leitura mais aprofundada de cada participante elaborados para o efeito, da qual resultaram as categorias iniciais.

Tabela 5 – Lista de Categorias Iniciais

Categorias Iniciais
Reclusão
Crime
Pena de Prisão
Reincidência
Género
Família
Trabalho
Estigma Social
Valores e Crenças
Reinserção
Liberdade

Pretendeu-se completar e aperfeiçoar a análise dos dados, criando um agrupamento progressivo das categorias iniciais, tendo resultado no emergir das categorias intermediárias. Infere-se aqui a subjetividade do pesquisador ao conceder a identificação das categorias.

Na sequência da apresentação e discussão das categorias iniciais, emergiram quatro categorias intermédias. As categorias apresentadas nesta seção emergiram inicialmente do agrupamento das onze categorias iniciais. Na tabela 6 encontra-se explanado o processo que ilustra a formação das categorias intermédias.

Tabela 6 – Categorias Intermédias

Categoria Inicial	Conceito Norteador	Categoria Intermediárias
Reclusão	Pena privativa de liberdade, em que o regime de cumprimento pode ser fechado, semi-aberto ou aberto.	1. História criminal e tipologia do crime
Crime	É todo o comportamento que viola a lei e que como tal é punido com uma pena.	
Pena de Prisão	Consiste na privação da liberdade do condenado a cumprir em estabelecimento prisional.	
Reincidência	Consiste em voltar a praticar um crime tendo sido, anteriormente, condenado por outro.	
Género	A questão de género está ligada à forma como a sociedade cria os diferentes papéis sociais e comportamentos relacionados aos homens e às mulheres.	2. História familiar e contextos culturais
Família	A família protagoniza um papel fundamental no processo de reclusão, esta é importante para o fornecimento de apoio emocional, material e económico durante e após a detenção.	

Tabela 6 – Categorias Intermédias (continuação)

Categoria Inicial	Conceito Norteador	Categoria Intermediárias
Trabalho	O trabalho apresenta-se como uma dinâmica muito importante, tanto dentro do estabelecimento prisional como fora, pois pode ser um veículo facilitador de uma posterior reintegração bem sucedida na sociedade.	<p style="text-align: center;">3.</p> <p style="text-align: center;">Necessidades de adaptação a novas formas de vida</p>
Estigma Social	Consiste nas representações negativas dirigidas pela sociedade, quando um indivíduo segue o oposto das normas culturais tradicionais de uma sociedade.	
Valores e crenças	Cada pessoa possui valores e crenças individuais. A consciência do certo ou errado e das suas próprias convicções, ideais, opiniões sobre as pessoas e bens materiais, que influenciam e manifestam nos relacionamentos sociais.	
Reinserção	A reinserção é o processo que integra um indivíduo novamente ao convívio social após sofrer uma etapa da privação de liberdade.	<p style="text-align: center;">4.</p> <p style="text-align: center;">Adaptações a novos estilos de Vida</p>
Liberdade	A perda de liberdade durante o período de reclusão é o resultado da transgressão e da sanção aplicada.	

Após a realização da tabela anterior, chega-se à finalidade pretendida das categorias finais. As categorias finais surgem no intuito de clarificar as interpretações e deduzir os resultados. As categorias finais representam a síntese identificada no decorrer da análise dos dados do estudo, sustentadas nas categorias iniciais e intermédias. Com a intenção de evidenciar de forma sistemática a construção progressiva das categorias de análise que emergiram através da coleta de dados, o estudo apresentado propõe a seguinte tabela com as categorias finais.

Tabela 7 – Categorias Finais

Categoria Inicial	Categoria Intermediárias	Categorias Finais
Reclusão	História Criminal e tipologia do crime	História familiar e criminal
Crime		
Pena de Prisão		
Reincidência		
Género	História familiar e contextos culturais	
Família		
Trabalho	Necessidades de adaptação a novas formas de vida	Adaptações a novos estilos de vida
Estigma Social		
Valores e crenças		
Reinserção	Adaptações a novos estilos de Vida	
Liberdade		

4. Apresentação das Matrizes de Análise de Conteúdo elaboradas

No sentido de facilitar a análise de conteúdo, o próximo passo deste trabalho consistiu em construir as matrizes de análise de conteúdo das entrevistas. Esta análise, no fundo, foi dividida em duas matrizes. Uma matriz de análise de conteúdo das entrevistas aos reclusos e reclusas e uma outra matriz de análise de conteúdo das entrevistas aos ex-reclusos e ex-reclusas. Esta divisão tem como objetivo permitir uma melhor sistematização e análise das informações recolhidas, onde se detetarão convergências e divergências, entre as visões das participantes, no que concerne às principais temáticas em estudo. Assim, em função desta organização, segue-se a ordem dos mesmos e faremos a apresentação, análise e interpretação dos dois grupos. Como foi referido anteriormente todos os nomes utilizados são fictícios.

Decorrente da síntese realizada anteriormente, nomeadamente das categorias finais, podemos verificar na tabela 8, a sistematização dos dados recolhidos do grupo dos reclusos. Esta divisão assenta no pressuposto dos nossos objetivos com subdivisão dos conteúdos convergentes e divergentes por género.

Tabela 8 – Matriz Análise de Conteúdo das Entrevistas aos Reclusos e Reclusas

	Aspetos Convergentes	Aspetos Divergentes	Inferências
1. História Criminal e tipologia do crime		<p>Derivada a amostra estudada, o percurso criminal diverge em relação ao homem recluso e à mulher reclusa.</p> <p>Nos reclusos entrevistados apenas o João não era reincidente, enquanto que nas reclusas apenas a entrevistada Maria era reincidente.</p>	Podemos ver que há divergências relativamente aos reclusos e reclusas quando se fala no percurso criminal dos indivíduos entrevistados, no sentido em que a reincidência dos reclusos é maior do que a reincidência das reclusas.
	A história criminal referente aos reclusos converge quando falamos dos motivos que levam à reincidência. Pois, os entrevistados António e o Carlos afirmam que o grande problema que levou à reincidência foi o consumo de drogas e a falta de vontade própria de deixar o crime e as drogas.		Desta forma, podemos ver que os motivos referentes à reincidência nos indivíduos reclusos são convergentes quando estes mencionam o consumo de drogas e a falta de vontade o grande motivo da reincidência.

<p>2. História familiar e contextos culturais</p>	<p>O sofrimento por parte dos familiares é bastante notório tanto no discurso dos reclusos como das reclusas. Apesar de todo o sofrimento por parte dos familiares perante esta situação a família é um grande apoio e por vezes o único para estes indivíduos.</p>		<p>A família protagoniza um papel fundamental no processo de reclusão destes indivíduos, esta é importante para o fornecimento de apoio emocional, material e económico durante e após a detenção. A família acaba por ser direta e indiretamente afetada pelo percurso criminal dos seus e pela ação do sistema criminal, durante e após a reclusão.</p>
<p>3. Necessidades de adaptação a novas formas de vida</p>		<p>O impacto imposto pela reclusão nos reclusos e reclusas diverge entre eles. Os reclusos referem a perda de liberdade e a perda da vida lá fora como uma das dificuldades após a entrada. No entanto, o impacto referido pelas reclusas é bastante distinto no sentido em que estas referem somente a separação dos filhos e família como uma das maiores dificuldades pós-reclusão.</p>	<p>Não há coerência nos discursos dos reclusos e reclusas, pois as dificuldades sentidas por parte dos homens reclusos são bastante diferentes das dificuldades das mulheres reclusas. Estes dão mais importância à falta da liberdade que perdem após a entrada no estabelecimento prisional e à perda dos seus bens que tinham antes da detenção. Em relação às mulheres as maiores dificuldades refere-se ao aspeto</p>

			familiar, como a separação da família e principalmente dos filhos. Este período das suas vidas é sentido como um período de estagnação e de retrocesso na vida, dedução que é possível fazer-se a partir de todas as entrevistas.
4. Adaptações a novos estilos de Vida	O acompanhamento que é feito na preparação para a liberdade é convergente tanto nos reclusos como nas reclusas. Estes usufruem de ações de formação e educação, bem como a oportunidade de exercerem um trabalho, dentro ou fora do estabelecimento prisional.		De acordo com os testemunhos dos entrevistados, verificamos que tantos os reclusos como as reclusas têm o mesmo tipo de acompanhamento relativo à reinserção que é feita dentro dos estabelecimentos prisionais. Esta ocupação é benéfica para a reinserção destes reclusos/as no sentido em que melhora as suas capacidades e os seus desempenhos.
	As perspetivas de futuro convergem em todos os testemunhos dos entrevistados, tanto reclusos como reclusas.		A vontade destes indivíduos é notória, todos eles querem prosseguir com a sua vida de forma a melhorá-la. Vê-se,

<p style="text-align: center;">4. Adaptações a novos estilos de Vida</p>	<p>Todos eles querem reconstruir uma vida melhor, mesmo sabendo que vão ter um caminho longo e difícil, mas mesmo assim as suas ideias são bastante positivas e motivadoras para um futuro melhor.</p>		<p>também, uma preocupação acrescida com os descendentes, o que parece-nos uma tentativa de compensação pela ausência durante o período de reclusão.</p> <p>É importante a existência de projetos para o futuro, sejam eles pessoais, profissionais, de curto, médio ou longo prazo, pois estes fazem parte necessariamente dos percursos de reinserção social.</p>
		<p>A opinião dos reclusos e reclusas diverge em relação à reinserção e ao género. Na opinião do João e da Teresa as mulheres têm mais facilidade em se reinserir, pois estas são mais “habilidosas” e “desenrascadas” do que os homens. Já na opinião da Joana esta acha que os homens têm mais facilidade de se reinserir, pois estes não dão tanta importância ao que a sociedade pensa.</p>	<p>Podemos ver que em relação à opinião dos reclusos e reclusas não há um consenso quando se fala da facilidade de reinserção que estes podem ter relativamente ao género. Tanto existe opiniões de que as mulheres têm mais facilidade de se reinserir como existe, também, a opinião de que os homens têm mais capacidades de reinserção do que a mulher.</p>

Após a análise da tabela anterior, verificamos a necessidade de apresentar sistematização dos dados recolhidos sustentados nas categorias finais, mas de acordo com a experiência anterior. Na tabela 9, é apresentada a análise de conteúdo dos entrevistados, ex-reclusos e ex-reclusas.

Tabela 9 – Matriz de Análise de Conteúdo das Entrevistas aos Ex-Reclusos e Ex-Reclusas

	Aspetos Convergentes	Aspetos Divergentes	Inferências
<p>1. História Criminal e tipologia do crime</p>		<p>O percurso prisional dos ex-reclusos e ex-reclusas diverge quanto à reincidência e ao número de condenações. O mesmo que acontece nos reclusos/as é o mesmo que acontece nos ex-reclusos/as. A reincidência permanece nos indivíduos do sexo masculino, em que todos estes entrevistados são reincidentes, o que comparativamente às mulheres isso não acontece, pois das mulheres entrevistadas apenas a ex-reclusa Sandra é reincidente.</p>	<p>Podemos ver que a reincidência contínua patente nos indivíduos do sexo masculino, pois, segundo as entrevistas realizadas, o percurso criminal destes é mais denso do que em relação ao das mulheres.</p>
		<p>Os motivos referidos pelos entrevistados que levam à reincidência são diversos.</p>	<p>Consoante os testemunhos dos entrevistados, podemos ver que existem</p>

<p>1. História Criminal e tipologia do crime</p>		<p>O aspeto mais mencionado é o consumo de drogas, uma vez que o consumo levava a estes indivíduos a cometer o crime e a reincidir. Outros motivos estão ligados à influência que o grupo de amigos tem na vida do crime e a falta de acompanhamento e apoio por parte dos familiares e instituições.</p>	<p>divergências nos discursos destes indivíduos, uma vez que estes têm vários motivos pelo qual se deve a sua reincidência.</p>
<p>2. História familiar e contextos culturais</p>		<p>O sofrimento dos familiares perante a situação de reclusão é bastante visível, tanto nos ex-reclusos como nas ex-reclusas, apesar de se notar um enorme afastamento por parte dos familiares quando estes são detidos mais do que uma vez. O que acontece maioritariamente no sexo masculino, pois segundo este estudo, os homens são mais reincidentes do que as mulheres.</p> <p>No entanto, verificamos que as entrevistadas Lurdes e Manuela têm uma ligação muito forte</p>	<p>A história familiar dos ex-reclusos/as torna-se divergente na medida em que os indivíduos do sexo masculino perdem por vezes o apoio por parte dos seus familiares por a reclusão se tornar repetida. Ao mesmo tempo é notado o sofrimento por parte destes quando deparam-se que perderam a confiança por parte dos familiares. No entanto esse aspeto já não é tão notório por parte das mulheres.</p> <p>Contudo, existe um sentimento de culpa nos discursos destes</p>

		<p>com os seus familiares e é de salientar também que existe um grande sentimento de gratidão pelo apoio e acompanhamento manifestados por parte dos familiares, que por vezes são o único apoio destes.</p>	<p>entrevistados, por fazerem sofrer os seus familiares.</p>
<p>3. Necessidades de adaptação a novas formas de vida</p>	<p>O impacto da reclusão é convergente no sentido em que todos os entrevistados englobam o âmbito familiar como uma grande dificuldade para quem viveu uma situação de reclusão. Vários aspetos são referidos, como a morte de algum familiar enquanto estiveram detidos, não poder acompanhar o desenvolvimento dos filhos, o afastamento da família, entre outros. Estes são os motivos mais mencionados pelos ex-reclusos/as relativamente ao impacto que a reclusão tem nestes indivíduos.</p>		<p>O impacto que a reclusão tem na vida de alguém é muito grande. A adaptação a essa forma de vida é muito complicada e segundo os testemunhos dos entrevistados podemos ver isso. A concordância existente nos discursos destes é bastante visível no sentido em que estes indivíduos, tanto ex-reclusos/as, mencionam a família como uma das maiores dificuldades vividas pela reclusão. Com isto, podemos ver que a família tem grande impacto na vida destas pessoas.</p>

<p style="text-align: center;">3. Necessidades de adaptação a novas formas de vida</p>	<p>Quando se fala nas dificuldades de adaptação após a saída, a maior parte dos ex-reclusos/as aponta a discriminação de que são alvos pela sociedade, como uma das maiores dificuldades de adaptação e esse fator têm um acréscimo na sua reinserção. O trabalho é também um assunto bastante referido pelos ex-reclusos/as, pois este torna-se muito complicado de ser conquistado pela sua posição na sociedade, o que por vezes os permite omitir em relação a isso.</p>		<p>Podemos ver que os testemunhos coincidem no sentido em que todos eles mencionam a adaptação à sociedade e o trabalho como uma das maiores dificuldades de adaptação a novas formas de vida. Estes indivíduos já pagaram a dívida que tinham para com a sociedade, uma vez que cumpriram uma pena que por ela lhe foi imposta. Contudo, não se livram dos rótulos incutidos pela prisão e de todos os fatores discriminatórios que a ela lhe estão associados</p>

<p style="text-align: center;">4. Adaptações a novos estilos de Vida</p>	<p>O acompanhamento que é feito na preparação para a liberdade é assinalado de forma positiva pelos ex-reclusos e ex-reclusas. Este é convergente no sentido em que todos os indivíduos entrevistados usufruem desse acompanhamento, da mesma forma acontece com os reclusos e reclusas como já podemos ver.</p> <p>As mais-valias, apontadas pelos ex-reclusos/as para a frequência da escola e formações, prendem-se com a melhoria da sua qualidade de vida no imediato e após a saída.</p>		<p>As ocupações dentro dos estabelecimentos prisionais podem, a nosso ver, ser um veículo facilitador de uma posterior reintegração bem sucedida na sociedade, pois desenvolvem novas capacidades nos reclusos e podem, por vezes, aumentar a sua escolaridade e formação para uma reintegração mais suave, em que o estereótipo de ex-presidiário não seja tão punitivo. O trabalho dentro do estabelecimento prisional apresenta-se, também, como uma dinâmica muito importante, considerando os testemunhos destes indivíduos.</p>
--	--	--	---

<p style="text-align: center;">4. Adaptações a novos estilos de Vida</p>	<p>Relativamente às expectativas de futuro destes indivíduos, estes coincidem em todas as respostas dos entrevistados. Denota-se uma vontade por parte destes indivíduos em refazer as suas vidas, apesar de muitas vezes este percurso ser bastante difícil.</p>		<p>A vontade de mudança destes indivíduos é fundamental para que as suas ideias relativamente ao futuro dêem certo apesar de ser um processo difícil e por vezes bastante demorado.</p>
	<p>A opinião dos ex-reclusos e ex-reclusas converge em relação à reinserção e ao género. Todos os indivíduos entrevistados têm a opinião de que as mulheres têm mais facilidade de se reinserir do que os homens, uma vez que estas são mais “desenrascadas” e tem mais “força e coragem” do que os homens.</p>		<p>É notória a opinião dos ex-reclusos e ex-reclusas em relação a este tema. Todos eles têm a opinião de que as mulheres têm mais potencialidades quando se fala em reinserção e género. Esta conclusão é feita, somente, através dos testemunhos dos entrevistados.</p>

5. Conclusão dos Resultados

No momento em que iniciamos este capítulo conclusivo, significando que nos aproximamos do final de um percurso de investigação que nos ocupou durante os últimos tempos, sentimos a necessidade de efetuar um balanço sobre o pequeno contributo para a compreensão deste fenómeno que é a reinserção.

Consideramos essencial, efetuar uma síntese dos resultados que respondem totalmente ou parcialmente, aos objetivos previamente definidos. Os objetivos desta investigação centraram-se, essencialmente, em entender se existem diferenças de género no processo de reinserção e perceber, também, o acompanhamento que a reinserção social executa durante a reclusão e após a saída.

Desde já, podemos referir que consoante os indivíduos entrevistados, existe uma enorme diferenciação relativamente à reincidência masculina e feminina. Apesar do número de participantes ser pequeno, é notório que a reincidência predomina no sexo masculino, segundo os testemunhos dos entrevistados.

O trabalho de reinserção social dos indivíduos que cumprem/cumpriram pena de prisão pode ser dividido em duas fases. A primeira fase centra-se na preparação da saída para a liberdade, quando um indivíduo se encontra dentro de um estabelecimento prisional. A segunda fase centra-se no acompanhamento que lhes é prestado quando estes saem em liberdade.

A primeira fase foca-se no planeamento do percurso de reclusão, como na realização de um plano individual de readaptação à vida em sociedade e a aquisição de competências individuais e sociais por parte dos presos, como as atividades de formação/ educação e o trabalho. Neste processo de reinserção social existem várias doutrinas a respeitar como os direitos humanos, o rigoroso cumprimento da lei, o controlo das medidas de execução de penas de modo a evitar desigualdades entre acontecimentos idênticos, a individualização do tratamento prisional, a responsabilização do recluso no sucesso da execução da pena, criando condições para a sua participação voluntária, moderar o choque da libertação através de medidas de flexibilização de penas e garantir a participação da sociedade na recuperação dos condenados.

Uma das principais conclusões desta investigação, segundo os testemunhos dos reclusos e ex-reclusos, é que o acompanhamento feito nos estabelecimentos prisionais é

uma mais-valia para eles enquanto processo de reclusão, uma vez que o tempo é ocupado de uma melhor forma e melhora a sua qualidade de vida no imediato.

No entanto, a segunda fase prende-se com a preparação para a saída. Esta é, tendo por base a narrativa dos reclusos/as e ex-reclusos/as entrevistados, de todo desajustada a uma reinserção social de sucesso. A falta de criação de oportunidades de emprego no mercado de trabalho, a falta de abertura da prisão à sociedade, a falta de apoio por parte de instituições do Estado, a inexistência de alguém que oriente na fase da saída, a falta de informação, entre outros. Estes são aspetos que não levam, certamente, a uma reinserção bem sucedida. Na perspectiva dos inquiridos, as falhas refletem-se sobretudo ao nível do acompanhamento e da orientação no período pós-reclusão, e ao nível da informação e do apoio financeiro.

Existe uma falha enorme quando estes indivíduos abandonam os estabelecimentos prisionais, cumprem a pena e depois são largados à sua sorte, quando saem da prisão. Muitas dessas pessoas não têm nada nem ninguém e ficam presas de qualquer ajuda mal intencionada. O que pode levar diretamente à reincidência. Saem com cadastro criminal, sem um currículo apresentável, sem qualificações pessoais e profissionais. Apesar de existirem serviços cuja principal tarefa é o acompanhamento dessas pessoas, esse apoio não existe ou se existe não têm conhecimento dele, a considerar os testemunhos dos ex-reclusos entrevistados à luz da própria experiência. Acaba por ser mais uma forma de controlo do que de prestação de auxílio em questões como a habitação temporária ou emprego.

Verificamos diversas opiniões quanto à apropriação da formação recebida para o mercado de trabalho. A maioria dos entrevistados reconhece que embora haja sempre conhecimentos que perduram no tempo e que as aprendizagens adquiridas nos estabelecimentos prisionais podem ser aplicadas no mercado de trabalho, isso nunca acontece numa primeira fase, após a liberdade. Assim, consideram que logo após a saída do estabelecimento prisional, não é pelo facto de terem frequentado atividades de educação e formação que conseguem mais facilmente encontrar um emprego, até porque quem as conhece não lhes dá emprego, e esta fase é um começar do zero, um recomeçar constante, onde é preciso voltarem a ganhar a confiança da sociedade.

Coincidente com estes resultados, está a perspetiva de Milagre (2009) acerca da oferta formativa dirigida aos reclusos. Segundo esta autora as formações desenvolvidas para os reclusos apresentam pouca eficácia, atentando que, para além da evolução de

capacidades e competências, é categórico beneficiar os indivíduos das qualificações que os preparem para o mercado de trabalho.

A nível de reinserção social, percebemos pelos discursos dos ex-reclusos/as entrevistados que após a saída existe um longo caminho a fazer nesse sentido. Se por um lado, é preciso ‘preparar a sociedade’ para receber estas pessoas, por outro lado, é preciso prepará-las para ‘receberem a sociedade’. É preciso preparar estes indivíduos para o mundo exterior e não é só através de formações, educação, trabalho, apoio psicológico e precárias esporádicas que estes indivíduos vão estar preparados para o quotidiano da vida no exterior. Na verdade, os entrevistados sentem falta de apoio, de orientação nos primeiros meses de liberdade, dado que perante o desânimo e as dificuldades é fácil voltarem ao crime. As mudanças no relacionamento familiar, a rutura de laços de amizade tornam o processo de reinserção social ainda mais difícil e desprotegida.

Deste modo, pode concluir-se, segundo Santos (2003), que o apoio ao recluso é essencial quer na fase pré-liberdade quer na fase de pós-libertação, a fim de evitar efeitos desfavoráveis da pena privativa de liberdade. O apoio institucional com vista à supervisão dos processos individuais de reinserção, deverá ser realizado constantemente, manifestado em ações de medidas de acompanhamento individual (Ramos, 2003). Também Petersilia (2001) refere que os ex-reclusos são acompanhados por sistemas que fornecem poucos serviços, o que se reflete na falta de eficiência no acompanhamento depois de saírem em liberdade e consequente reincidência.

É de destacar a preocupação que tanto as mulheres reclusas como as mulheres ex-reclusas sentem com a família e em particular o remorso que sentem em relação aos filhos, quando estes têm que ficar à responsabilidade de outros familiares. É na questão da parentalidade que se sente o peso da reclusão, principalmente no sexo feminino, pois as mulheres referem mais vezes uma preocupação acrescida com os seus familiares e filhos, por estarem conscientes das consequências que a reclusão possa causar aos seus filhos e à sua relação com os mesmos.

Contudo, por um lado, o processo de acompanhamento dentro do estabelecimento prisional, na opinião dos indivíduos entrevistados, são considerados importantes na melhoria das suas capacidades, como para a qualidade de vida dentro do estabelecimento prisional. Por outro lado, após a saída do estabelecimento prisional a opinião relativamente à reinserção social e ao seu acompanhamento altera-se, pois os

ex-reclusos/as referem que desde o momento que saem da prisão a falta de acompanhamento é escassa ou até mesmo nula.

No que diz respeito à perceção que os indivíduos entrevistados têm referente ao assunto do género e da reinserção social, uma grande parte destes considera as mulheres como tendo uma maior facilidade de reinserção do que os homens, por vários motivos que estes mencionaram. Contudo, é bom que fique ciente que esta conclusão foca-se na perspetiva dos entrevistados.

Por fim, as opiniões são unânimes por parte de todos os entrevistados ao considerarem a importância que o emprego tem na sua qualidade de vida através dos efeitos produzidos quer ao nível do crescimento pessoal, quer numa mudança do estilo de vida e na procura de maior estabilidade

No que concerne aos objetivos formulados no princípio deste trabalho, entendemos terem sido cruciais para orientação desta investigação, e consideramos que os mesmos foram alcançados, pois as informações obtidas pelos entrevistados permitiram: conhecer a opinião dos reclusos/as e ex-reclusos/as sobre o processo de reinserção social existente dentro e fora dos estabelecimentos prisionais; averiguar o contributo da reinserção social na perspetiva dos reclusos e ex-reclusos; identificar as perceções sobre a reinserção social na influência que esta tem na reintegração na sociedade; identificar as perceções dos entrevistados sobre o género e a reinserção social.

Nesta investigação foi conseguido o objetivo a que nos tínhamos proposto de conhecer algumas das perceções dos reclusos/as e ex-reclusos/as entrevistados sobre a sua experiência de reclusão. Assim, somos agora capazes de compreender melhor o impacto que a vivência da reclusão teve para estes indivíduos, perceber a perceção que estes entrevistados têm sobre a sua preparação para a vida pós-reclusão, conhecer as alterações que os seus laços familiares e sociais sofreram e conhecer as perceções que os entrevistados têm acerca do tema do género e da reinserção social.

CONCLUSÃO

Após a realização deste trabalho, concluímos que o processo de reinserção social é uma mais-valia para a população reclusa, independentemente das motivações que levam estes indivíduos a frequentar essas ofertas. Porém, o acompanhamento por parte da reinserção social após a saída dos indivíduos reclusos é inexistente, considerando válidas todas as entrevistas. De facto, encontramos, nos casos estudados, testemunhos de motivação relativamente ao acompanhamento que é feito dentro do estabelecimento prisional, o que desmotiva estes indivíduos é a falta de apoio que estes têm depois de saírem para o mundo exterior.

Neste estudo, foram entrevistados reclusos do sexo masculino e feminino, como também ex-reclusos do sexo masculino e feminino. No testemunho destes encontrou-se críticas positivas e negativas relativamente ao processo de reinserção, como forma de terapia ocupacional, como fonte de rendimento ou apenas com o intuito da aquisição de certificação, em vez de reconhecerem este processo como instrumento para o desenvolvimento pessoal, enriquecimento curricular e possível melhoria da qualidade de vida.

No entanto, a população reclusa necessita de iniciativas e auxílio sejam eles de cariz interno ou externo. Dificilmente se conseguirá apelar ao desenvolvimento individual das pessoas, quando lhes falta a satisfação das suas necessidades mais básicas, que lhes permitam iniciar esse desenvolvimento de forma a ter benefícios nas suas vidas após a reclusão.

Apesar da diversidade de motivações, o importante é que estes indivíduos aprendem e qualificam-se nas ações de formação e educação, criando um conjunto de oportunidades para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas incluindo a sua posterior reinserção social e profissional. Este processo faz parte da reinserção que é feita nos estabelecimentos prisionais durante o tempo de reclusão. A verdade é este acompanhamento é orientado para um caminho de futuro e que a prisão pode ser o início desse caminho.

De facto, a educação, a formação e o emprego são fatores que conduzem os indivíduos reclusos para uma melhor qualidade de vida, para uma melhoria das suas capacidades, quer seja em idade mais precoce, quer seja numa idade mais avançada em que as oportunidades vão sendo cada vez mais escassas. Desta forma, essas atividades

são imprescindíveis em qualquer programa de intervenção prisional, se o objetivo for ressocializar e cooperar para o sucesso da reinserção social da população reclusa.

Em relação às implicações no âmbito da formação e da reinserção, salienta-se a importância da supervisão e da avaliação dos programas de formação executados nos estabelecimentos prisionais ao nível da sua competência e da sua eficácia, devendo garantir-se a efetiva transição da formação para o mercado de trabalho, cruzando os conhecimentos e competências adquiridas para os contextos laborais, com o objetivo de verificar e avaliar o seu regresso. Deste modo, Caetano e Velada referem que (2007: 25), “um programa de formação que não inclua claramente a oportunidade de transferir, dificilmente justificará o investimento efectuado pela organização e pelos formandos”. No que respeita a reinserção social, sugere-se um maior acompanhamento e supervisão dos percursos pós-reclusão dos indivíduos, consideradas indispensáveis à investigação criminal, sobretudo o seu contributo para o conhecimento do impacto das intervenções em meio prisional na vida dos ex-reclusos, a fim de poder contribuir para uma crescente melhoria das práticas, adequando as verdadeiras necessidades e capacidades quer dos sujeitos, quer dos estabelecimentos prisionais e considerando a realidade do mercado de trabalho.

A Reinserção é fundamental no desenvolvimento destes indivíduos, no entanto, para se falar em reinserção é necessário ter em atenção que qualquer que seja a pessoa a que se destina, esta é um ser pleno de direitos que está envolvido num meio, pertencente a vários subsistemas, logo cada processo de reinserção é único pois cada indivíduo tem necessidades diversificadas. E, neste contexto, foi pertinente introduzir outra categoria que pretendemos interligar com a reinserção social: o género. As necessidades de uma mulher em processo de reinserção são diferentes das do homem. Contudo, todo o ser humano tem direito à mudança, às oportunidades que a sociedade lhe oferece.

Após a libertação dos reclusos, a fase de reinserção social é um período muito importante para os indivíduos continuarem o seu desenvolvimento e amadurecimento, mas em condições de menor proteção, maior liberdade e contacto com a sociedade, para chegar a uma total autonomia pessoal e integração social.

Ao chegarmos a esta fase estamos conscientes de que este trabalho apresentou algumas limitações, estando uma delas relacionada com representatividade dos participantes, pois trata-se de um estudo com apenas oito reclusos/as e oito ex-reclusos/as entrevistados. Contudo, apesar do reduzido número de casos estudados, estes foram estudados e analisados em profundidade. E o facto de não ter havido

qualquer influência por parte dos técnicos de Reinserção Social fez com que os participantes estivessem à vontade para partilhar todas as informações que julgassem necessárias.

Para além do número reduzido de participantes entrevistados, existiu uma variedade de entrevistas aos ex-reclusos e ex-reclusas que frequentaram diferentes estabelecimentos prisionais. Entendemos que este aspeto pode ser visto como uma mais-valia do mesmo, uma vez que possamos ouvir vários testemunhos de diferentes estabelecimentos prisionais, o que nos permite interpretações diversas sobre a mesma realidade.

No entanto, dada a especificidade dos casos, a dificuldade em identificarmos os mesmos, e a profundidade dos dados recolhidos, julgamos ter conseguido atingir os objetivos propostos no início deste estudo.

Com o desenvolvimento deste trabalho foram aprofundados e ampliados os conhecimentos teóricos relativos às questões de género, às questões da vivência da reclusão e às questões da reinserção social. Sendo este um trabalho de cariz qualitativo, aprofundámos, também, os nossos saberes teóricos e práticos ao nível desta metodologia de investigação.

A técnica de análise de conteúdos foi utilizada para uma melhor organização dos dados recolhidos, porém, esta pode ser alvo de críticas, na medida em que nem sempre foi fácil criar categorias para organizar os dados recolhidos. Contudo, acreditamos que utilizámos a técnica da melhor forma possível, sempre com o cuidado de sermos fiéis ao que ouvimos em discurso direto.

Por fim, com a elaboração deste trabalho fomos ‘obrigados’ a refletir sobre o desenvolvimento da prática profissional, pensando sobre a forma como a adaptámos ao nosso público, na altura em que trabalhámos no estabelecimento prisional. Outro momento de reflexão foi acerca da sensibilidade que temos manifestado para com a história de vida de alguns dos entrevistados, que muitas vezes é sofrida, desestruturada e sem grandes referências positivas. Este trabalho obrigou-nos também a refletir sobre o nosso dia-a-dia e sobre a forma como perspetivamos e sentimos os acontecimentos de que dele fazem parte. Esperamos que esta oportunidade nos ajude a ser melhor profissional e melhor pessoa, contribuindo para a reintegração social e cidadania de todos os formandos que passem pela reclusão e a sermos uma pessoa mais tolerante, aberta e humilde na relação com o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amado, J. S. (2009). *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação*. Relatório não publicado de uma unidade curricular apresentado nas Provas de Agregação. Coimbra: FPCEUC.
- Amâncio, L. (1993). “Género – Representações e Identidades”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14, 127-140.
- Amâncio, L. (2003). “O género no discurso das ciências sociais”. Lisboa: ISCTE.
- Amiguinho, A. (1992). *Viver a Formação, Construir a Mudança*. Lisboa: Educa/ICE
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo* (3ª ed.). Lisboa: edições 70.
- Becker, H. (1963). *Outsiders – Studies in the sociology of deviance*. Nova Iorque: Free Press.
- Caetano, A., & Velada, R. (2007). O problema da transferência na formação profissional. In A. Caetano (Ed.), *Avaliação da formação: Estudos em organizações portuguesas* (pp. 19-37). Lisboa: Livros Horizonte.
- Capucha, L. (1998). *Exclusão social e acesso ao emprego: paralelas que podem convergir*. Sociedade e trabalho: pp. 60-69.
- Carlen, P. (2007). “A reclusão de mulheres e a indústria da reintegração.” *Análise Social*. Vol. XLII (183), 1005-1019.
- Carlen, P. (2002). “Introduction: Women and punishment”, In Pat Carlen (Ed.), “Women and punishment: The struggle for justice” (pp. 3-20). Devon: Willan Publishing.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da investigação – Guia para a Auto – aprendizagem*. Universidade Aberta, Lisboa.
- Carvalho, C. (2003). *Corpos Minados – Um estudo exploratório no espaço interno da cultura prisional*. CES/FEUC.

- Carvalho, S. (2007). *Manual de Boas Práticas em Reinserção (1º caderno), Enquadramento Teórico*. IDT, Lisboa.
- Comfort, M. (2007). “Punishment beyond the legal offender”. *Annual Review of Law and Social Science*.
- Comfort, M. (2008). “‘Tanto homem bom atrás das grades!’ O encarceramento maciço e a transformação das relações amorosas nos Estados Unidos”, *In* Manuela Ivone Cunha (ed.), *Aquém e Além da Prisão*, Lisboa, Noventa Graus: 125-176.
- Comissão Independente População e Qualidade de Vida - Cuidar o futuro* (1998). Lisboa: Trinova Editora, Lda.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas – Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Cunha, M. I. (2007). “A reclusão segundo o género: Os estudos prisionais, a reclusão de mulheres e a variação dos contextos da identidade”, in AAVV, *Educar o Outro: As Questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas*, Coimbra, Publicações Humanas: pp. 80-89.
- Cunha, M. I. (2002). *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*. Lisboa: Fim de Século.
- Cunha, M. I. (1994). *Malhas que a reclusão tece: questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários
- Dias, L. N. (2007). *As Drogas em Portugal: o fenómeno e os Factores Jurídico-políticos de 1970 a 2004*. Pé de Páginas Editores, Porto.
- Direcção-Geral dos Serviços Prisionais*. Retirado de <http://www.dgsp.mj.pt/>.
- Domingos, A. M. *et al.* (1987). “Uma forma de estrutura e aprendizagem”, Livros Horizonte, Lisboa.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (20.ª edição ed.). Petrópolis: Editora vozes.

- Freitas, S. (2013). *As Diferenças de Género na Reinserção Social de Toxicodependentes*. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Coimbra.
- Furtado, L., & Condeço, C. (2009). “A reinserção pelo trabalho ou a importância do trabalho e da formação profissional na reinserção de pessoas sujeitas a medidas judiciais”. *Ousar integrar*, 3, 39-52.
- Giddens, A. (2007). Educação. *In Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, I. (2008). *Da Prisão á Liberdade: Reinserção Social de Ex-Reclusos*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo: Editora Guanabara.
- Graffam, J., Shinkfield, A. J., & Hardcastle, L. (2008). The perceived employability of ex-prisoners and offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52 (6), 673-685.
- Granja, R., Machado, H., & Cunha M. I. (2015). “Para cá e para lá dos muros: relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão”. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/38326>.
- Hunter, G., & Boyce, I. (2009). Preparing for employment: Prisoners' experience of participating in a prison training programme. *Howard Journal of Criminal Justice*, 48 (2), 117-131.
- Jardim, M. A. (1992). “O Técnico de Reinserção Social como Agente de Comunicação entre o Tribunal e as Partes”, in *Psicologia e Intervenção Social de Justiça*. Porto.
- Júnior, A., & Júnior, N. (2011). “A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos”. *Evidência*, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250
- Leal, J. (2007). *Crime no Feminino: Trajectórias Delinquências de Mulheres*. Coimbra, Almedina.

- Lukies, J., Graffam, J., & Shinkfield, A. J. (2010). The effect of organisational context variables on employer attitudes toward employability of ex-offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, XX(X), 1-16
- Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Afrontamento.
- Madeira, L. M. (2004). *A atuação da sociedade civil na ressocialização de egressos do sistema penitenciário*. Paper presented at the VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - A questão social no novo milénio, Coimbra
- Matos, R., & Machado, C. (2007). “Reclusão e laços sociais: discursos no feminino”. *Análise Social*. 185, 1041-1054.
- Milagre, C. (2009). Educação, formação: Qualificar para integrar. *Cidade Solidária*, 1-4.
- Monteiro, A. (2013). *Expetativas (in)cumpridas – a Vivência da Reclusão Feminina e a Educação/Formação de Adultos nas Prisões*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra.
- Moreira, C. D. (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: ISCSP.
- Morris, P. (1965). *Prisoners and their families*, Allen & Unwin. Universidade da Califórnia
- Nascimento, A. (2009). *A Formação Profissional nas Prisões – Estudo de caso: o Curso de Jardinagem EFA B3*. Dissertação de Mestrado. Universidade Lisboa. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Nolasco, S. (1995). *O Mito da Masculinidade*. Rio de Janeiro.
- Núncio, M. J. (2008). “Mulheres em dupla Jornada – A conciliação entre o Trabalho e a Família”. Lisboa: ISCSP.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research and evaluation methods* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.

- Petersilia, J. (2001). Prisoner reentry: Public safety and reintegration challenges. *The Prison Journal*, 81 (3), 360-375.
- Pimentel, A. (2001). *Acção Social na Reinserção Social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Pochmann, M. (2006). *A experiência recente das políticas de emprego no Brasil* in Costa (Ed.), *Trabalho, educação profissional e empregabilidade* (pp. 33-54). Belém: Editora Universitária UFPA
- Quivy, R., & Campenhout, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, M. C. P. (2003). *Acção social na área do emprego e da formação profissional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ramos, P. (1987). *Reinserción social y drogodependencias* in Nieva, La fuente in *La Reinserción social en el marco municipal*. Asociación para el Estudio u promoción del Bienestar social. Madrid.
- Relatório sobre o Sistema Prisional (2003). “As Nossas Prisões”. Lisboa.
- Ribeiro, J. L. P. (2007). *Metodologia de investigação em psicologia e saúde*. Porto: Legis Editora/Livpsic.
- Rocha – Coutinho, M. L. (1994). “Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira nas relações familiares”. Rocco, Rio de Janeiro.
- Rodrigues, A. (2000). *Novo Olhar sobre a Questão Penitenciária – Estatuto Jurídico do Recluso e Socialização; Jurisdição; Consensualismo e Prisão*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Rodrigues, A., & Rodrigues, R. N. (2009). *Gangs juvenis: realidade ou ficção? - Um olhar sobre a delinquência juvenil no concelho de Sintra*. Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova, 4, 89-95.
- Santos, B. S. et al. (2003). *A Reinserção Social dos Reclusos: Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.

- Savoie – Zajc, L. (2003). “A entrevista semidirigida”, *In* GAUTHIER, B. (direcção), “Investigação social – da problemática à colheita de dados”. Lusociência, Loures.
- Scott, J. W. (1990). “Género: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação e Realidade*, Porto Alegre.
- Simões, M. C. R. (2007). *Comportamentos de risco na adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Tarlow, M. S. (2010). Employment barriers to reintegration. In L. Gideon & H.-E. Sung (Eds.), *Rethinking corrections: rehabilitation, reentry and reintegration* (pp. 329-358). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc.
- Vala, J. (2001). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais* (11ª ed., pp. 108-128). Porto: Edições Afrontamento.

Legislação

Decreto-Lei N° 126/2007 de 27 de Abril, Lei Orgânica dos Serviços de Reinserção Social

Decreto-Lei N° 265/79 de 1 de Agosto

Código Penal (2008). Coimbra: Almedina

ANEXOS

ANEXO 1

Guião de Entrevista aos reclusos/as

Entrevista realizada no âmbito de uma Investigação de mestrado sobre Reinserção Social e a eventual relevância das diferenças de género nessa problemática.

Agradecemos a sua colaboração nesta investigação e solicitamos que responda às questões colocadas. Garantimos a confidencialidade das suas respostas e declaramos que as mesmas não serão consideradas noutra âmbito que não o estritamente científico.

Esclareça qualquer dúvida sempre que entenda necessário.

Obrigada!

- **Perceber o percurso prisional dos reclusos/as**

Esta é a sua primeira condenação? Caso não seja quais os processos anteriores que enfrentou?

A que acha que se deveu a sua reincidência? O que falhou?

- **Perceber o impacto que a reclusão tem nas suas vidas**

Qual o maior impacto que a reclusão teve até ao momento na sua vida?

Quais os maiores obstáculos que passou após a sua entrada?

- **Perceber o que muda na vida das famílias perante esta situação**

Como a sua família lidou com esta situação?

Tem o apoio da sua família?

- **Perceber a influência que a reinserção social tem na prisão e a preparação para a liberdade**

Desde a sua entrada teve informação sobre a reinserção social na prisão?

Tem acompanhamento para a preparação para a liberdade? Caso tenha, acha que esse lhe ajudará após a sua saída?

- **Perceber as dificuldades de adaptação a novas formas de vida**

Qual a maior dificuldade de adaptação após a sua entrada?

Pensa em reconstruir a sua vida após a saída?

- **Perceber se o tipo de crime influencia a reinserção**

Acha que o tipo de crime tem influência na reinserção?

Na sua situação qual acha que vai ser prejudicial para se reinserir?

- **Perceber qual a opinião em relação à reinserção e ao género**

Na sua opinião quem acha que tem maior facilidade de se reinserir, os homens ou as mulheres?

ANEXO 2

Guião de Entrevista aos ex-reclusos/as

Entrevista realizada no âmbito de uma Investigação de mestrado sobre Reinserção Social e a eventual relevância das diferenças de género nessa problemática.

Agradecemos a sua colaboração nesta investigação e solicitamos que responda às questões colocadas. Garantimos a confidencialidade das suas respostas e declaramos que as mesmas não serão consideradas noutra âmbito que não o estritamente científico.

Esclareça qualquer dúvida sempre que entenda necessário.

Obrigada!

- **Perceber o percurso prisional dos ex-reclusos/as**

Quantas vezes teve condenado/a?

A que acha que se deveu a sua reincidência? O que falhou?

- **Perceber o impacto que a reclusão teve nas suas vidas**

Qual o maior impacto que a reclusão teve até ao momento na sua vida?

Quais os maiores obstáculos que passou após a sua saída?

- **Perceber o que muda na vida das famílias perante esta situação**

Como a sua família lidou com essa situação?

Sempre teve o apoio da sua família?

- **Perceber a influência que a reinserção social teve na prisão e a preparação para a liberdade**

Desde que entrou na prisão teve informação sobre a reinserção social?

Qual a influência que a reinserção social teve na prisão?

Teve acompanhamento para a preparação para a liberdade?

Acha que o acompanhamento que teve lhe beneficiou após a sua saída?

- **Perceber as dificuldades de adaptação a novas formas de vida**

Qual a maior dificuldade de adaptação após a sua saída?

Pensava em reconstruir a sua vida após a saída?

- **Perceber se o tipo de crime influencia a reinserção**

Acha que o tipo de crime tem influência na reinserção?

Na sua situação acha que foi prejudicial para se reinserir?

- **Perceber qual a opinião em relação à reinserção e ao género**

Na sua opinião quem acha que tem maior facilidade de se reinserir, os homens ou as mulheres?

ANEXO 3



Universidade do Minho

Consentimento Informado

Estudo sobre: *Reinserção Social e Diferença de Género*

Declaro que consinto participar no estudo sobre a “*Reinserção Social e Diferença de Género*”, para o qual foi solicitada a minha colaboração para a realização de uma entrevista.

Declaro que autorizo a gravação do meu depoimento e utilização posterior dessa informação.

Declaro ainda que fui informado acerca de carácter confidencial e anónimo das respostas que der no âmbito do referido estudo, tendo-me sido concedidas garantias de que a minha identidade não será relevada.

Declaro por fim, que me foi dada oportunidade de colocar as questões que julgarei necessárias e que fui informado acerca do direito de recusar em qualquer momento a participação no estudo.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: __/__/__

ANEXO 4



Universidade do Minho

Ex.mo Sr. Diretor Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Eu, Isa Cristiana Pereira Ferreira, aluna do 5.º Ano do Mestrado de Crime, Diferença e Desigualdade do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, sob orientação do Professor Doutor Luís Cunha. Venho por este meio solicitar a Vossa Excelência a autorização para a realização de uma investigação que se destina à obtenção do grau de mestrado, no âmbito de um projeto de investigação intitulado *“Reinserção Social e Diferença de Género”*.

O presente estudo almeja analisar de que modo é feita a preparação da saída em liberdade dos reclusos tanto masculinos como femininos e do seu posterior acompanhamento no sentido da reintegração na sociedade.

Venho solicitar autorização para efetuar esta investigação na qualidade de Estudante para a realização do referido trabalho de investigação. Consiste este, na realização de entrevistas a reclusos com utilização de gravador áudio, estando a gravação sempre dependente da autorização prévia dos participantes no estudo. Prevê-se a realização de cerca de 10 entrevistas, em que 5 serão realizadas ao sexo masculino no Estabelecimento Prisional de Braga e as restantes 5 ao sexo feminino no Estabelecimento de Santa Cruz do Bispo.

A realização das entrevistas seguirá os procedimentos estipulados pelo Código Deontológico de Sociólogos e as prescrições da legislação aplicável, em particular referente à proteção de dados, privacidade dos cidadãos, consentimento informado e reservando aos participantes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a cooperação.

O período de recolha de dados decorreria durante o período de Novembro de 2015.

Com os melhores cumprimentos, Isa Cristiana Pereira Ferreira

Barcelos, 29 de Outubro de 2015

ANEXO 5

Entrevistas aos Reclusos

- **Perceber o percurso prisional dos reclusos**

Esta é a sua primeira condenação? Caso não seja quais os processos anteriores que enfrentou?

João- “Esta é a minha primeira condenação. Fui condenado a 4 anos e meio de prisão por tráfico de droga e roubo.”

António- “Tive detido em 2000 por tráfico de droga, depois tive uma pena suspensa de 3 anos e antes de ser condenado com pena de prisão estava com pena suspensa de 2 anos. Agora fui condenado a 5 anos por tráfico de droga.”

Miguel- “Tive uma pena suspensa de 2 anos e meio por violência doméstica e depois fui condenado a pena de prisão de 2 anos pelo mesmo crime. Mas eu não cometi este crime, eu nunca bati na minha mulher.”

Carlos- “Anos antes de ser condenado tive uma pena suspensa de 2 anos. Mais tarde fui condenado a 4 anos e 9 meses de prisão por roubos.”

A que acha que se deveu a sua reincidência? O que falhou?

António- “Falta de vontade da minha parte. Andava a ser acompanhado no CAT mas tanto ia como não ia e só tomava a medicação durante uma semana no máximo, depois via que o meu corpo estava a precisar de mais e voltava a consumir.”

Carlos- “No fundo, a falha foi da minha parte, não me faltou acompanhamento mas sim vontade. Roubava para consumir, o que consumia era muito caro e precisava de ter muito dinheiro.”

- **Perceber o impacto que a reclusão tem nas suas vidas**

Qual o maior impacto que a reclusão teve até ao momento na sua vida?

João- “Eu acho que ter sido preso me fez bem porque se isso não acontecesse a minha vida lá fora tinha continuado a mesma e neste momento não sei como poderia estar.”

António- “A perda da liberdade, gostava de fazer o que queria e aqui não posso.”

Miguel- “Aquela mulher destruiu a minha vida, estou aqui por um crime que não cometi. Os meus filhos sofreram muito com isto, na altura dois deles eram menores de idade e o meu filho mais novo tem uma deficiência e precisa de ajuda. A minha mãe teve que ficar a cargo dos meninos quando vim para aqui.”

Carlos- “A perda de tudo que construí, a minha vida e saber que quando sair vou ter que voltar a construir tudo de novo.”

Quais os maiores obstáculos que passou após a sua entrada?

João- “Os primeiros dias foram muito complicados, custou-me estar fechado e não poder consumir.”

António- “A falta de drogas e ter que estar fechado.”

Miguel- “Ter que vir para aqui por um crime que não cometi e ficar longe dos meus filhos. Tinha a minha vida organizada e agora não tenho nada, tive que vender muitas coisas para os meus filhos poderem viver.”

Carlos- “Ter que lidar com o sentimento de culpa que carrego em mim. Ver que a nossa vida se desmoronou por nossa culpa e termos que lidar com isso é complicado.”

- **Perceber o que muda na vida das famílias perante esta situação**

Como a sua família lidou com esta situação?

João- “A minha mãe sofreu muito com a minha detenção. Pouco tempo antes de vir para aqui o meu pai e o meu irmão tinham falecido. A minha mãe ficou sozinha quando

entrei para aqui, ela precisava mais de mim do que nunca, eramos um para o outro. Ela já estava a contar que isto acontecesse, ela sempre me avisou mas eu não lhe dei ouvidos.”

António- “Quando fui detido os meus pai e o meu irmão estavam detidos por o mesmo crime que eu. A minha mãe saiu há poucos dias.”

Miguel- “A minha mãe ficou destroçada e os meus filhos nem sabiam o que pensar. Tenho sorte que sempre tive o apoio deles e eles sempre acreditaram em mim. A mãe deles foi para casa dos pais dela e não quis saber dos filhos, teve que ser a minha mãe a cuidar deles. Devo muito à minha mãe porque sempre me ajudou e apoiou em tudo que podia.”

Carlos- “Na altura que fui detido a minha família não estava em Portugal e ainda bem, assim foi mais fácil para eles e para mim mas sempre tive o apoio deles.”

Tem o apoio da sua família?

João- “Falo com a minha mãe quase todos os dias mas ela não me vem visitar porque já está bastante debilitada e não consegue vir. Tenho os meus amigos que me vem visitar e sempre me apoiaram em tudo.”

António- “Tenho a minha irmã que de vez em quando me vem visitar.”

Miguel- “Sempre tive o apoio da minha mãe, dos meus filhos e de amigos. Todas as semanas me vêm visitar.”

Carlos- “Sim, na altura a minha família não estava em Portugal mas agora tenho o meu irmão e os meus sobrinhos cá e vêm me visitar algumas vezes.”

- **Perceber a influência que a reinserção social tem na prisão e a preparação para a liberdade**

Desde a sua entrada teve informação sobre a reinserção social na prisão?

João- “Sim, quando entrei para aqui tive conhecimento disso.”

António- “Sei o que é. Quando estive preso e depois sai tinha que ir lá regularmente para assinar uma folha mas nada mais do que isso. De resto não me ajudaram em nada. Se eu quisesse eu tinha que procurar ajuda.”

Miguel- “Sim, mas não vou precisar de ajuda quando sair.”

Carlos- “Sei o que é mas não acredito na Reinserção Social. As pessoas têm que lutar por aquilo que querem e não estar à espera que lhes vão ajudar. A reinserção social não ajuda em nada.”

Tem acompanhamento para a preparação para a liberdade? Caso tenha, acha que lhe ajudará após a sua saída?

João- “Quando entrei para aqui fiz uma desintoxicação, durante 1 ano que tomei medicação e depois decidi que já não valia a pena tomar mais. Tive acompanhamento psicológico quando entrei e sempre e que necessito falo com a psicóloga. Completei o 9º ano e tirei o curso de desenho e pintura. Agora trabalho na cozinha.”

António- “Completei o 9º ano com o curso de pintura e depois ainda tirei o curso de dança e arte. Sempre que preciso de acompanhamento psicológico falo com a doutora e fico melhor. Ainda tomo alguma medicação mas já deixei a metadona.”

Miguel- “Tive apoio psicológico logo após a minha entrada. Completei o 6º ano e trabalhei na cozinha. Agora estou a trabalhar em RAVE na Câmara Municipal de (...) em jardinagem.”

Carlos- “Tive acompanhamento psicológico e durante os primeiros dois meses tomei medicação. Completei o 9º ano.”

- **Perceber as dificuldades de adaptação a novas formas de vida**

Qual a maior dificuldade de adaptação após a sua entrada?

João- “Sempre fiz o que quis e quando entrei para aqui o que me custou mais foi ter que cumprir horários e ter que acordar cedo.”

António- “Ter que dividir quarto com outras pessoas e lidar com elas.”

Miguel- “Ter que deixar os meus filhos, quando mais precisavam de mim e principalmente o meu filho mais novo que precisava de mas atenção e cuidados.”

Carlos- “Aceitar a condição de recluso. Resignar-me à verdade.”

Pensa em reconstruir a sua vida após a saída?

João- “Sim, penso em arranjar trabalho para ajudar a minha mãe e nunca mais voltar a consumir. Sei que vou ter forças para isso, quando vou de precária já sinto que não tenho vontade para consumir.”

António- “Sim, penso em arranjar um trabalho e depois mais tarde se tiver possibilidades criar um negócio só meu.”

Miguel- “Sim, claro que sim. Quero arranjar um emprego para ajudar os meus filhos. Quero poder dar tudo o que até agora não pude dar.”

Carlos- “Sempre tive as coisas muito facilmente e quando sair vou ter que lutar por tudo aquilo que perdi mas o meu irmão também me vai ajudar.”

- **Perceber se o tipo de crime influencia a reinserção**

Acha que o tipo de crime tem influência na reinserção?

João- “Influenciar influência sempre mas acho que quando uma pessoa tem força de vontade consegue aquilo que quer e eu quero muito construir uma nova vida.”

António- “Sim, vai influência a mim e à minha família. Quando os meus pais foram presos eu tinha um mini mercado e o negócio sempre correu bem mas depois da detenção deles eu notei que as pessoas deixaram de ir lá. Tive que fechar para não me endividar. Acaba por nos prejudicar mesmo nós querendo ou não.”

Miguel- “Não, no meu caso não vai influenciar em nada porque toda a gente acredita em mim e lá onde eu moro também acreditam por isso não vai ter influência em nada.”

Carlos- *“Qualquer crime rótula qualquer pessoa e o tipo de crime acaba sempre por influenciar a reinserção das pessoas.”*

Na sua situação acha que vai ser prejudicial para se reinserir?

João- *“Sei que arranjar emprego vai ser complicado porque as coisas não estão fáceis, ainda pra mais para uma pessoa que já teve detida mas eu ainda sou uma pessoa nova e vou arranjar emprego. Os meus amigos também já me disseram que me vão ajudar.”*

António- *“A procura de trabalho e a luta diária para não consumir mais. Gostava de abrir um negócio próprio mas antes sei que tenho de procurar trabalho para mais tarde poder abrir um negócio, a minha idade também já não ajuda muito mas vou ter que arranjar alguma coisa para viver. Vou procurar ajuda no CAT para ter acompanhamento sempre que achar necessário.”*

Miguel- *“Espero que não. Preciso muito de trabalhar para conseguir refazer a minha vida e sustentar os meus filhos. O meu genro tem uma empresa e vai ajudar-me com um trabalho. Estou disposto a fazer qualquer coisa.”*

Carlos- *“É complicado arranjar emprego nos tempos em que estamos, imagine para um ex-recluso. Sei que vai ser muito complicado e inicialmente vou ter dificuldades financeiras. Quando sair não vou ter nada meu lá fora e vou ter que lutar para ter as minhas coisas de volta. Sei que posso contar com a ajuda do meu irmão mas depois aos poucos vou ter as minhas coisas.”*

- **Perceber qual a opinião em relação à reinserção e ao género**

Na sua opinião quem acha que tem maior facilidade de se reinserir, os homens ou as mulheres?

João- *“Na minha opinião acho que a mulher é mais fácil de se reinserir, elas são mais habilidosas para fazer mais coisas.”*

António- “Acho que as mulheres são mais rotuladas pelo seu passado porque toda a gente as vê como as “donas de casa” mas a mesmo tempo acho elas arranjam mais facilmente trabalho.”

Miguel- “Não sei, não posso responder a essa pergunta porque não sei mesmo. Mas se qualquer pessoa tiver força de vontade consegue.”

Carlos- “Tanto o homem como a mulher terão as mesmas dificuldades para se reinserir.”

ANEXO 6

Entrevistas às Reclusas

- **Perceber o percurso prisional dos reclusos**

Esta é a sua primeira condenação? Caso não seja quais os processos anteriores que enfrentou?

Maria- “Esta é a primeira vez que fui condenada a pena de prisão mas antes desta já tinha tido uma pena suspensa de 2 anos. Depois tudo continuou na mesma e fui condenada a pena de prisão com 9 anos de prisão pelos crimes de tráfico de droga, roubo e sequestro.”

Joana- “Esta é a primeira vez.”

Glória- “Só esta e espero não mais cá voltar. Isto é horrível.”

Teresa- “Só uma. Fui condenada a 20 anos por homicídio.”

A que acha que se deveu a sua reincidência? O que falhou?

Maria- “Quando me foi atribuída uma pena suspensa não adiantou de nada, continuei a roubar para consumir e andava com as mesmas companhias, pois isso era o que mais me prejudicava. Em algumas alturas recorri ao CAT onde tive apoio psicológico e era acompanhada por um médico que me dava a devida medicação mas isso não foi o suficiente, porque acabava por voltar a consumir e depois a cometer crimes.”

- **Perceber o impacto que a reclusão tem nas suas vidas**

Qual o maior impacto que a reclusão teve até ao momento na sua vida?

Maria- “Ficar longe da minha família, principalmente dos meus filhos e do meu companheiro que também foi detido na mesma altura.”

Joana- *“Foi a separação dos meus filhos e a revolta interior que senti por saber que tinha que deixar os meus filhos sozinhos por um crime que cometi.”*

Glória- *“Ter que deixar a minha filha com deficiência sozinha. A minha família foi toda condenada na mesma altura por o mesmo crime. A minha filha mais tarde ficou a cuidado de uma vizinha.”*

Teresa- *“A minha vida ficou totalmente destruída por um crime que não cometi. Deixaram-me sem nada. A separação dos meus filhos custou-me muito. Na altura que entrei para aqui não estava em mim, estava com uma depressão e nem estava a ter noção da realidade. Os meus filhos não acreditavam em mim e pensavam que tinha morto o pai deles. Isso custou-me muito a superar.”*

Quais os maiores obstáculos que passou após a sua entrada?

Maria- *“Ter que me habituar a estar sem o meu companheiro e sem as drogas. No início foi muito complicado, ter que estar presa e ainda por cima sem as drogas e o meu companheiro foi o maior obstáculo que passei aqui dentro, mas agora já estou bem, uma pessoa também se habitua mais tarde.”*

Joana- *“A separação dos meus filhos.”*

Glória- *“Senti um remorso muito grande por ter que deixar a minha filha que tanto precisava de mim completamente sozinha. Chorei muito quando entrei para aqui em pensar que ninguém ia cuidar dela como eu.”*

Teresa- *“Ficar fechada na sela foi o que mais me custou, sempre fui uma mulher livre. Trabalhei a minha vida toda no campo, sempre ao ar livre e quando entrei para aqui foi um choque ter que ficar fechada, custou-me muito.”*

- **Perceber o que muda na vida das famílias perante esta situação**

Como a sua família lidou com esta situação?

Maria- *“A minha família sofreu muito com a minha condenação, principalmente a minha mãe e os meus filhos mas apesar de tudo acharam que foi o melhor para mim,*

pois tanto eles como eu tínhamos a noção que se isto não tivesse acontecido eu ainda continuava nas drogas.”

Joana- “Os meus filhos ficaram muito preocupados e alarmados com a situação mas mais tarde consciencializaram-se do que realmente se estava a passar. Dois deles são menores e tiveram que ficar ao cargo do meu filho mais velho porque o meu marido também foi preso no mesmo dia que eu.”

Glória- “Foi um choque muito grande para todos, fomos todos presos ao mesmo tempo. O que me deu forças para estar aqui foi estar com a minha filha. Ela foi o meu grande apoio.”

Teresa- “Toda a minha família reagiu muito mal. A minha condenação foi o maior desgosto dos meus pais. Os meus filhos não acreditaram em mim quando disse que não tinha matado o pai deles.”

Tem o apoio da sua família?

Maria- “Sim, sempre tive o apoio deles e sempre que podem vêm-me visitar. Eles são de longe e compreendo que eles não venham sempre mas quando podem vêm e ligam.”

Joana- “Os meus filhos entenderam a meu lado e sempre tive o apoio deles.”

Glória- “O único apoio que tive foi da minha filha que esteve aqui comigo, ela foi embora à mais ao menos um mês. Sinto muito a falta dela e agora ainda me custa mais passar os dias.”

Teresa- “Tenho o apoio dos meus pais mas não costumo ter visitas deles porque já são pessoas idosas e não me vem visitar com frequência. Os meus filhos costumam-me ligar mas raramente me vêm visitar. Costumo ter visitas de uma amiga e do meu companheiro que todas as semanas me vem visitar.”

- **Perceber a influência que a reinserção social tem na prisão e a preparação para a liberdade**

Desde a sua entrada teve informação sobre a reinserção social na prisão?

Maria- “Sim, desde que entrei que tive informação do IRS.”

Joana- “Sim, logo que entramos para aqui temos conhecimento da reinserção social.”

Glória- “Sei o que é a reinserção mas não tenho conhecimento se me vão ajudar quando eu sair em liberdade mas vou procurar ajuda porque vou precisar que me ajudem.”

Teresa- “Sim, mas não vou precisar de ajuda de ninguém porque o meu companheiro vai ajudar-me e já tem tudo preparado para quando sair.”

Tem acompanhamento para a preparação para a liberdade? Caso tenha, acha que lhe ajudará após a sua saída?

Maria- “O acompanhamento que tive até ao momento foi o apoio psicológico, o apoio psiquiátrico com a ajuda de medicação, terapias de relaxamento e o tratamento que tive que fazer para deixar as drogas. Tirei também o 12º ano de escolaridade com o curso de jardineira.”

Joana- “Não tive algum tipo de acompanhamento específico, sempre disse que não precisava de nada porque tenho plena noção porque estou presa. Completei o 6º ano e agora trabalho no bar dos guardas. Gosto do que faço e quando sair em liberdade é nessa área que irei procurar trabalho, mais tarde quem sabe abrir o meu próprio negócio.”

Glória- “Inicialmente tive apoio psicológico, pois sentia-me angustiada e culpada por ter deixado a minha filha desamparada. Tirei o 6º ano com curso de costura e agora trabalho no bar dos guardas.”

Teresa- “Quando entrei para aqui tive estava com uma depressão muito grande e tive que ser acompanhada, tive apoio psicológico e psiquiátrico, andei a tomar anti-depressivos durante 10 anos. Completei também o 6º ano com o curso de apoio à

comunidade e depois ainda tirei o 12º ano com o curso de bar/mesa. Agora trabalho no jardim.”

- **Perceber as dificuldades de adaptação a novas formas de vida**

Qual a maior dificuldade de adaptação após a sua entrada?

Maria- “Foi ter que estar fechada sem ver e poder estar com o meu companheiro, estava com ele todos os dias e quando entrei para aqui custou-me a ausência dele.”

Joana- “A aceitação de reclusa foi a maior dificuldade que tive e em adaptar-me a esta nova forma de vida.”

Glória- “Todos os dias é uma luta para estar aqui, todos os dias penso na minha filha e que tenho que sair daqui para a ajudar. Estou ansiosa para que esse dia chegue. Sei que a vida lá fora não está fácil mas quero muito sair daqui.”

Teresa- “Ter sido apontada e chamada de assassina por toda a gente, pessoas que não me conheciam de lado nenhum também me julgaram. Eu estava com uma depressão muito grande. Sempre fui uma pessoa livre e estar presa custou-me a habituar.”

Pensa em reconstruir a sua vida após a saída?

Maria- “Tenho plena noção que quando sair em liberdade vou lutar por uma vida melhor junto dos meus filhos e do meu companheiro. Tenho facilidade de emprego por parte do meu pai porque ele tem um restaurante de leitões. Tenho força o suficiente para lutar pela minha nova vida e para nunca mais consumir, não quero mais isto para a minha vida.”

Joana- “Sim, penso em arranjar emprego num café e mais tarde gostava de abrir o meu próprio estabelecimento.”

Glória- “Sim, claro! Tenho uma filha para sustentar e vou ter que lutar muito para conseguir um emprego. Sei que vai ser muito difícil porque a minha idade também não ajuda mas vou ter que fazer de tudo para conseguir dinheiro, nem que seja a vender meias na rua.”

Teresa- “Sim, mas não vou mais voltar para a minha cidade. Quando sair daqui vou para a terra do meu companheiro, não vou voltar mais a para a minha terra a não ser para visitar os meus pais. Já tenho tudo preparado lá fora para quando sair daqui. Vou começar tudo de novo, com um novo trabalho e numa nova cidade.”

- **Perceber se o tipo de crime influencia a reinserção**

Acha que o tipo de crime tem influência na reinserção?

Maria- “Sim, acho que o tipo de crime influência mais umas pessoas do que outras.”

Joana- “Tenho noção que isso irá prejudicar a minha procura de trabalho mas se tiver que omitir em relação ao meu passado irei fazer porque vou ter que conseguir um emprego. Gostava de poder dizer a verdade e mesmo assim me darem trabalho mas nem sempre isso funciona assim e não posso perder nenhuma oportunidade.”

Glória- “Sim, mas isso não me pode impedir de voltar a construir a minha vida e da minha família.”

Teresa- “Influência, mas no meu caso não vai ter importância porque eu já tenho tudo organizado para quando sair.”

Na sua situação acha que vai ser prejudicial para se reinserir?

Maria- “O trabalho seria um grande obstáculo mas com a ajuda do meu pai isso não vai ser o maior problema mas sim, o rótulo que as pessoas me vão atribuir. Vivo num meio pequeno e tenho noção que vou ser olhada de canto por toda a gente. Sempre foi algo que meus pais quiseram esconder das pessoas para me protegerem.”

Joana- “A procura de trabalho e a minha condição financeira.”

Glória- “Tenho noção que o trabalho vai ser uma luta diária que vou ter que enfrentar, já tenho uma certa idade e sei que não vai ser qualquer pessoa que me vai arranjar um emprego por isso tenho noção que eu vou ter que o fazer sozinha.”

Teresa- “Penso que não. Vou começar uma vida nova, num sítio novo e com pessoas novas por isso penso que não vou ter problemas em relação a isso.”

- **Perceber qual a opinião em relação à reinserção e ao género**

Na sua opinião quem acha que tem maior facilidade de se reinserir, os homens ou as mulheres?

Maria- “Acho que as mulheres são mais fortes e mais desenrascadas que os homens e por isso têm mais facilidade em se reinserir. Apesar de sermos mais rotuladas do que os homens porque somos vistas como as mulheres que tem que cuidar do lar e dos filhos.”

Joana- “Acho que os homens têm mais facilidade em se reinserir. As mulheres dão mais importância ao que as pessoas pensam e resignam-se mais do que os homens.”

Glória- “As mulheres conseguem mais facilmente arranjar trabalho, porque fazem de tudo um pouco e são mais desenrascadas e com isso têm uma melhor reinserção”

Teresa- “As mulheres têm mais vontade de construir uma nova vida e por isso depois acabam por ter mais facilidade de se adaptarem a um novo ambiente.”

ANEXO 7

Entrevista aos ex-reclusos

- **Perceber o percurso prisional dos ex-reclusos**

Quantas vezes teve condenado?

Joaquim- “Muitas vezes, já não tenho conta de quantas mas foram muitas mesmo. Tive várias penas suspensas e depois com o acumular de situações fui condenado três vezes a pena de prisão por tráfico de droga e furto qualificado, mas a última pena foi a maior de todas e a que me custou mais.”

Manuel- “Tive seis vezes condenado. Quando comecei a cometer o crime fazia-o por rebeldia e comecei muito cedo mas depois os crimes foram agravando-se como fuga à autoridade, atropelamento em fuga, agressão, roubo e tráfico de droga. Com o acumular de processos fui condenado quatro vezes a pena de prisão sendo esta última a maior.”

Pedro- “Foram muitas as vezes que tive condenado. Desde os meus 20 anos que ando no meio do crime. Inicialmente comecei com penas suspensas, depois ainda tive uns tempos com pulseira electrónica e depois disso fui condenado com pena de prisão por quatro vezes pelo crime de roubo, tráfico de droga, assalto à mão armada, falsificação de documentos.”

José- “Muitas vezes. Tive várias penas suspensas e depois disso já fui condenado três vezes por tráfico de droga, roubo e furto qualificado. A primeira vez que fui condenado a pena de prisão tinha 22 anos... o crime começou muito cedo para mim, sempre fui muito rebelde.”

A que acha que se deveu a sua reincidência? O que falhou?

Joaquim- “Reencontrar aquelas pessoas que pensava que eram meus amigos mas que só queriam que voltasse para crime e não ajudavam a sair dele mas sim a manter-me

nele. A imaturidade também não ajudava na altura, quando me meti no crime era um adolescente e não tinha consequência das coisas e que algum dia isto ia acabar desta maneira. A minha família sempre me alertou mas eu não queria saber, eu sei que eles tentaram-me ajudar mas não foi o suficiente e fora a minha família não nunca tive qualquer outra ajuda.”

Manuel- “Não vou estar a dizer que a culpa é dos outros quando a culpa foi sempre minha, eu admito os erros que fiz e sei que é tudo culpa minha. Os problemas familiares levavam-me sempre a refugiar na droga, eu achava que ao consumir os problemas iam passar e sentia-me melhor.”

Pedro- “Várias situações mas o consumo de droga sempre foi o grande motivo. As recaídas era o maior problema, quando uma pessoa volta à droga depois de sair da prisão e de já não consumir há muito tempo já sabe no que aquilo vai acabar, basta uma recaída para tudo ser como era. A droga leva-nos a cometer coisas que nem nós próprios conscientes sabemos como o fizemos. Na altura também estava casado com uma mulher que consumia e isso foi sempre muito complicado para eu conseguir deixar.”

José- “No meu caso, a falta de apoio é o grande motivo. Sempre que saí da cadeia não tive apoio nenhum, a minha família abandonou-me e não tinha a quem recorrer, não há um quarto, não há qualquer rendimento, não há comida, não há nada e então por mais que uma pessoa saia com a ideia de reconstruir uma vida não consegue porque toda a gente nos fecha a porta e nos temos que nos voltar novamente para o crime. Depois volta-se a consumir e ter que roubar ou traficar para manter o vício. O grupo de amigos, de certa forma também ajuda para que isso aconteça.”

- **Perceber o impacto que a reclusão teve nas suas vidas**

Qual o maior impacto que a reclusão teve até ao momento na sua vida?

Joaquim- “A morte do meu pai enquanto estava preso foi o momento de maior impacto na minha vida. Sei que depois desse dia a minha vida não igual, foram dias de muito sofrimento mas agora sou outra pessoa graças a ele, tudo o que ele queria que eu fosse, sou agora.”

Manuel- “Não poder acompanhar o desenvolvimento do meu filho foi algo que me custou muito durante estes tempos. Não poder estar com ele nem vê-lo destroçava-me. E o rótulo que a sociedade nos dá, por vezes é complicado lidar com isso.”

Pedro- “A perda de confiança da minha família e dos verdadeiros amigos. A reintegração na sociedade é também algo muito complicado de lidar e que se têm que fazer todos os dias.”

José- “O afastamento da minha família, principalmente da minha filha. Na primeira vez que fui preso a mãe da minha filha conseguiu o poder maternal e depois disso houve um afastamento muito grande. Nós só podemos contar com a nossa família e com a nossa própria vontade e quando nos falta a família a nossa vontade só não chega.”

Quais os maiores obstáculos que passou após a sua saída?

Joaquim- “A rejeição da sociedade, ainda agora é algo que não consigo lidar muito bem. O facto de andar pela rua e sentir que as pessoas sabem do meu passado mas ainda pior são aquelas pessoas que nos conhecem e que denigram a nossa imagem para qualquer lado que vamos.”

Manuel- “A falta de trabalho é o maior obstáculo. O trabalho é o mais importante para uma pessoa se reinserir, quanto mais tempo estivermos ocupados melhor.”

Pedro- “Ter que estar a depender dos meus irmãos é uma situação que não me deixa à vontade, sempre fui uma pessoa independente. O trabalho é muito importante para uma pessoa conseguir ter uma nova vida e neste momento está a ser o maior obstáculo. Preciso de arranjar um trabalho para ter o meu lugar de conforto e me sentir melhor.”

José- “Arranjar trabalho é a situação mais complicada que uma pessoa passa quando sai. A partir do momento que dizemos que já tivemos presos as pessoas fecham-nos as portas e não querem saber.”

- **Perceber o que muda na vida das famílias perante esta situação**

Como a sua família lidou com essa situação?

Joaquim- “A minha família sempre lidou muito mal com a vida que tive. Tentaram sempre me ajudar mas eu nunca quis.”

Manuel- “A minha avó e o meu padrinho foram os que sofreram mais com a minha detenção. Não foi algo que os surpreende-se porque sempre fui um rapaz muito rebelde e sempre causei alguns problemas a minha família mas depois as coisas foram tornando-se mais complicadas até à minha primeira detenção.”

Pedro- “Muito mal. A primeira vez que fui preso foi muito doloroso para toda a minha família, não queriam acreditar que aquilo estava acontecer. O meu pai estava comigo na primeira vez que fui preso, ele ver os polícias a algemar-me foi um choque. Depois das outras vezes que fui preso já não custou tanto porque eles próprios já estavam desacreditados.”

José- “A primeira vez que fui preso os meus pais lidaram muito mal com a situação. Na altura vivia em Caldas da Rainha com o meu pai e ele sofreu mais com isso, mas lá está, isto foi da primeira vez porque depois a importância já não é a mesma.”

Sempre teve o apoio da sua família?

Joaquim- “Sim, a minha família sempre me apoiou enquanto estive preso.”

Manuel- “Quando fui preso pela primeira vez a minha família ficou muito preocupada comigo, apoiavam-me no que precisava e sempre que podiam iam visitar-me. Depois quando fui preso a segunda vez eles começaram a não se preocupar tanto e depois com o passar do tempo menos ainda.”

Pedro- “Sim, a primeira vez que fui preso tive o apoio de toda a minha família mas depois com a segunda, terceira, quarta detenção as coisas já foram diferentes. Só tinha mesmo alguns familiares a apoiarem. Eu na altura compreendia, eles perderam a confiança em mim e era normal que tivessem aquela reação mas sempre me ajudaram naquilo que eu precisasse.”

José- “Da primeira vez sim mas depois já não tive mais apoio de ninguém da minha família. Depois das outras vezes eles já não queriam saber, começasse a perder a confiança da família e já não se têm apoio e ajuda.”

- **Perceber a influência que a reinserção social teve na prisão e a preparação para a liberdade**

Desde que entrou na prisão teve informação sobre a reinserção social?

Joaquim- “Sim, sempre tive informação da reinserção social enquanto estive preso principalmente por o que os reclusos diziam. Eles diziam que eles não ajudavam ninguém e que só queriam era saber da vida deles.”

Manuel- “Sim. Desde a minha primeira condenação tive informaram-me do que era a reinserção social.”

Pedro- “Há 20 anos atrás não existia nada disso, mas quando começou aparecer aí sim, tive informação. A reinserção social é uma treta, isso não existe.”

José- “Sim, desde logo as educadoras informavam-nos sobre o que era o IRS e o qual iria ser o processo mas no fundo isso não existe. Lá dentro ate podem tentar ajudar de alguma forma mas depois uma pessoa saí daquela porta e não há qualquer tipo de ajuda.”

Qual a influência que a reinserção social teve na prisão?

Joaquim- “Eu não me posso queixar em relação ao trabalho da reinserção social. O facto de ter saído mais cedo deve-se muito a eles, a palavra deles foi muito importante para a minha saída, eles depositaram muita confiança em mim e disseram que estava preparado para sair em liberdade.”

Manuel- “Sempre tentaram alertar-me para a vida cá fora, conversavam várias vezes em forma a nos ajudar a preparamo-nos para a sociedade mas nada mais do que isso. A vida cá fora é muito complicada, mais do que uma pessoa pensa.”

Pedro- *“Nenhuma. Temos que ser nós a fazermos a nossa própria reinserção, o processo que eles fazem não ajuda em nada.”*

José- *“Eles lá dentro ajudam naquilo que podem, em relação a isso não tenho queixa porque o processo que eles fazem lá dentro pode trazer benefícios após a saída mas quando uma pessoa sai não tem ajuda nenhum e então depois acaba por não influenciar em nada.”*

Teve acompanhamento para a preparação para a liberdade?

Joaquim- *“A preparação que tive para a liberdade foi a oportunidade de voltar a estudar e completar o 9º ano com o curso de calceteiro, mais tarde tive em RAVI e trabalhava para a Câmara Municipal de Coimbra como calceteiro. Trabalhar fora da prisão foi muito importante para a minha preparação.”*

Manuel- *“Sim, a reinserção de certa forma tenta-nos preparar para a liberdade, conversando connosco e nos alertando. Os cursos que tirei também me ajudaram, completei o 12º ano com o curso de Cidadania e Relacionamento Interpessoal, depois ainda tirei também o curso de jardineiro e pedreiro. Mais tarde tive em RAVI e tive a oportunidade de trabalhar como picheleiro e electricista.”*

Pedro- *“A minha psicóloga foi uma grande ajuda e motivação para mim, ficava muito melhor quando conversávamos, ela deixava-me bem e com vontade de mudar mas o mais importante para a minha preparação foi sobretudo a minha vontade. A escola, os professores, os horários que tínhamos que cumprir, as regras, isso tudo ajudou-me mas o importante é a nossa vontade. Precisava de criar uma rotina para quando saísse ter uma rotina. Tirei o 9º ano com as novas oportunidades e depois tirei vários cursos, como o de informática, pintura de construção civil e acabamentos, educação física e desporto, esses cursos foram uma mais valia para mim.”*

José- *“Sim, todo o processo que é feito lá dentro prepara-nos para quando sairmos, eles acompanham-nos diariamente. Esse processo chama-se o PIR que é desde o acompanhamento psicológico, ao processo de desintoxicação, a escola, os cursos. Os cursos são muito benéficos para quando uma pessoa sai mas quando vamos à procura de trabalho com o certificado e lá diz Ministério da Justiça as coisas já ficam*

diferentes. Mas o percurso que fazemos lá dentro é um bom caminho mas o problema é quando saímos.”

Acha que o acompanhamento que teve lhe beneficiou após a sua saída?

Joaquim- “Sim, sem dúvida. Todo o processo de acompanhamento foi benéfico.”

Manuel- “Na minha opinião não beneficiou em nada. Sempre cumpri todas as penas até ao fim por isso não me beneficiaram nesse ponto.”

Pedro- “Sim, claro. Tudo o fiz lá dentro foi uma forma de me ajudar para quando saísse. Todo o processo que foi feito ajudou-me na minha saúde física e mental.”

José- “Sim, de certa forma ajuda, há pessoas que têm sorte quando saem e conseguem aproveitar isso como benefício mas eu ainda não tive essa sorte porque se não te dão uma oportunidade para poderes reconstruir a tua vida não consegues mostrar que o processo que se fez resulta ou não.”

- **Perceber as dificuldades de adaptação a novas formas de vida**

Qual a maior dificuldade de adaptação após a sua saída?

Joaquim- “Estar 10 anos preso causa danos irreversíveis. Foram muitos anos preso, ainda não me desabitei de certos hábitos que criei lá dentro. A adaptação à sociedade é muito complicada depois de estar tanto tempo preso. Sou alvo de discriminação quando vou para sítios em que sou conhecido e por vezes ouço comentários desagradáveis e que me deixam bastante desanimado e irritado.”

Manuel- “A adaptação à sociedade é complicada, sem dúvida mas mais do que isso a maior dificuldade que uma pessoa que já teve preso passa é em arranjar trabalho. As pessoas não confiam em nós para nos empregarem e também tem medo.”

Pedro- “Eu sou uma pessoa bastante sociável e dou-me bem com toda a gente mas a rotulagem que a sociedade em geral nos cria é muito difícil de lidar. As pessoas voltam sempre ao nosso passado e falam muito nisso e recriam. Por vezes sinto-me um

bicho-do-mato e nem sempre estou à vontade. E arranjar trabalho também é uma dificuldade enorme.”

José- “Arranjar emprego é a maior dificuldade que enfrentamos. Se está complicado para as pessoas que nunca tiveram presas, imagine para nós.”

Pensava em reconstruir a sua vida após a saída?

Joaquim- “Sim, pensei sempre em construir uma nova vida, apesar que quando se chega cá fora as coisas são bastante complicadas. A melhor coisa que me aconteceu foi arranjar trabalho, está a ser muito importante para a minha ressocialização. O crime já me assusta, não quero voltar mais aquela vida.”

Manuel- “Sempre que saía da prisão pensava que as coisas iam ser diferentes, que não ia voltar a consumir nem voltar ao crime e que ia reconstruir a minha vida mas as coisas não são assim tão fáceis.”

Pedro- “Sim. Desta vez as coisas vão ser diferentes e eu tenho noção disso, das outras vezes a minha vontade de reconstruir a minha vida não era a mesma de agora. Antes de ir preso esta ultima vez eu já queria mudar, um ano antes de ser condenado tinha estado numa comunidade, o «projecto homem», as coisas já estavam a ser diferentes, eu já estava com vontade de me tratar e mudar. Estou na altura de proteger a minha integridade física e mental, agora preciso de tranquilidade emocional.”

José- “Sim, quando estamos lá dentro pensamos sempre em reconstruir uma vida quando saímos mas as coisas não são nada fáceis. A vida é muito difícil e para nós ainda se torna mais difícil e por isso que acabamos de voltar ao crime porque é a única forma de conseguirmos sobreviver.”

- **Perceber se o tipo de crime influencia a reinserção**

Acha que o tipo de crime tem influência na reinserção?

Joaquim- “Sim, o tipo de crime influencia de certo modo.”

Manuel- “Sim, influência muito. Maior parte das pessoas pensam que a droga é o abismo do crime. O vício é o pior que nós temos e depois leva-nos a cometer outros crimes para podermos ter aquilo que queremos.”

Pedro- “Sim, muita. Na minha opinião um dos piores crimes para reinserir é o roubo. Para mim reinserção significa trabalhar e ninguém dá trabalho a uma pessoa que o seu crime é o roubo. As pessoas têm medo de ter uma pessoa dessas na sua empresa, estabelecimento, etc. e por isso que fica muito complicado a reinserção.”

José- “Sim, principalmente os crimes de homicídio e violação tornam-se por serem piores para as pessoas se reinserirem.”

Na sua situação acha que foi/é prejudicial para se reinserir?

Joaquim- “Não, eu tive muita sorte. Tive pessoas que me ajudaram muito e que fizeram de tudo para conseguir um emprego e após cinco meses da minha saída estava a trabalhar. O trabalho é algo fundamental para a reinserção, tenho plena noção que se fosse eu arranjar emprego seria mais complicado para me empregarem mas a minha empresa sabe que já tive preso e acho importante dar essa informação.”

Manuel- “O fundamental da reinserção é o trabalho, sem ele uma pessoa nunca está reinserida totalmente e as pessoas não querem um criminoso dentro do mesmo local que elas, por isso que vai ser sempre um ponto bastante prejudicial.”

Pedro- “Não acho que seja tanto. Eu cometia crimes para consumir e acho que as pessoas compreendem isso de uma forma mais tranquila e se mostrarmos que estamos num bom caminho e que precisamos de trabalhar para nos reinserirmos acho que as pessoas ajudam mais.”

José- “Acaba por ser prejudicial para todas as pessoas que já tiveram presas porque a sociedade não nos aceita e se isso acontece nós não conseguimos reinserir porque precisamos de ajuda de outras pessoas.”

- **Perceber qual a opinião em relação à reinserção e ao género**

Na sua opinião quem acha que tem maior facilidade de se reinserir, os homens ou as mulheres?

Joaquim- “As mulheres tem mais facilidade em se reinserir, são mais aceitáveis pela sociedade. Apesar de a mulher ser mais rotulada por simplesmente ser mulher.”

Manuel- “As mulheres tem mais facilidades para se reinserir do que os homens, tanto a nível familiar como a nível do trabalho.”

Pedro- “Sinceramente não tenho uma opinião formada em relação a isso mas talvez as mulheres sejam mais fáceis de se reinserir, porque se associa a mulher à família, aos filhos, ao lar e por isso a sociedade as ajude mais rapidamente. As mulheres também não são tão reincidentes como os homens e isso é um ponto a favor delas.”

José- “As mulheres. Já na sociedade em geral as mulheres têm mais facilidade de arranjar trabalho, antigamente isso não acontecia mas agora as mulheres têm outra posição na sociedade.”

ANEXO 8

Entrevista às ex-reclusas

- **Perceber o percurso prisional das ex-reclusas**

Quantas vezes teve condenada?

Lurdes- “Só uma vez. Fui condenada a 8 anos por tráfico de droga.”

Sandra- “Já tive 4 vezes condenada a pena de prisão e todas elas por tráfico de droga, no total já tive 13 anos presa.”

Anabela- “Só uma vez. Fui condenada a 5 anos com pena de prisão pelo crime de tráfico de droga.”

Manuela- “Uma vez e chegou-me.

A que acha que se deveu a sua reincidência? O que falhou?

Sandra- “A falta de compreensão por parte da minha família era um dos motivos porque eu voltava a consumir e depois voltava ao crime. O meu companheiro também consumia e então quando andávamos menos bem lá voltávamos outra vez, também eramos mais novos e não dávamos tanta importância ao mundo do crime, agora a idade já é outra e já chega desta vida.”

- **Perceber o impacto que a reclusão teve nas suas vidas**

Qual o maior impacto que a reclusão teve até ao momento na sua vida?

Lurdes- “A morte do meu filho enquanto estava presa foi o pior que me aconteceu, não poder estar presente nos últimos dias de vida dele é algo que me deixa triste. Ainda consegui falar com o meu filho no dia em que ele morreu, parecia que estava à espera do meu telefonema.”

Sandra- *“Foram vários. Quando fui presa a primeira vez tiraram-me a guarda dos meus filhos, na altura fiquei muito revoltada mas agora sei que foi o melhor para eles. Eles agora já são crescidos e tão bem. A morte da minha mãe enquanto estava presa foi algo que também me marcou muito, não poder estar com a minha mãe nos últimos dias dela e várias situações que assisti na prisão, a prisão de Tires é degradante, aquilo é muito doloroso e custa muito ver certas situações.”*

Anabela- *“Foram algumas situações que vi na prisão. Inicialmente fui para a prisão de Tires e só mais tarde fui para Sta. Cruz do Bispo e na prisão de Tires eu vi coisas que me custaram muito. Eu traficava mas nunca consumi nada e entrar na prisão e ver que aquilo lá é pior do que cá fora foi um choque, as pessoas têm muita facilidade de terem o que querem lá dentro e faziam de tudo para isso.”*

Manuela- *“Foram bastantes. A nível psicológico, afetou-me imenso, aquilo mexe muito com a nossa cabeça. Ter perdido o meu emprego que na altura trabalhava e o afastamento dos meus filhos. Todos os dias falava com eles mas eles nunca me foram visitar porque eu não queria que eles entrassem lá dentro e vissem aquele ambiente.”*

Quais os maiores obstáculos que passou após a sua saída?

Lurdes- *“Nenhuns... Neste momento só mesmo a doença do meu marido que está a ser mais complicado lidar. Já não sou uma pessoa com uma certa idade e as coisas tornam-se mais difíceis.”*

Sandra- *“As maldades que me faziam a mim e ao meu companheiro quando saímos da prisão, nós ficávamos muito revoltados com o que nos vaziam. A vida cá fora é muito difícil e uma pessoa tinha que enfrentar obstáculos todos os dias, queríamos comer e não tínhamos... passamos fome várias vezes.”*

Anabela- *“Foi encontrar a meu negócio falido, a minha casa degradada, os carros que tinha foram todos vendidos. Estava tudo numa miséria, perdi tudo o que tinha.”*

Manuela- *“Não ter emprego quando sai e também os comentários que as pessoas faziam, diziam muitas coisas que não era verdade e inventaram muitas outras coisas. E principalmente ter ficado sem os meus filhos 6 meses depois de ter saído porque o*

tribunal disse que tinha de me estabilizar psicologicamente para poder estar com os meus filhos. Foi muito doloroso, custou-me muito estar sem eles.”

- **Perceber o que muda na vida das famílias perante esta situação**

Como a sua família lidou com essa situação?

Lurdes- “ Foi uma situação muito complicada. Na altura fomos quase todos presos, fui eu, o meu marido e os meus dois filhos. Só ficaram as minhas duas filhas e elas lidaram muito mal com a situação. Sempre fomos uma família muito unida e elas eram muito apegadas a mim. Eu já tinha uma certa idade e isso também era algo que lhes preocupava.”

Sandra- “Na primeira vez que fui presa lidaram muito mal com isso, apesar de tudo foi uma surpresa para eles mas depois não quiseram saber mais de mim, no fundo já não fazia muita diferença para eles.”

Anabela- “Ficaram todos malucos, não sabiam o que fazer. Eu sempre fui o pilar desta casa, era o sustento de todos e mesmo agora quase sem nada continuo a ser.”

Manuela- “A minha mãe e o meu marido reagiram muito mal. Eu na altura tinha 3 filhos e o meu marido teve que ficar a cargo deles sozinho, só com a ajuda da minha mãe. Eles eram pequenos e não perceberam muito bem a situação que se tava a passar.”

Sempre teve o apoio da sua família?

Lurdes- “Sim, as minhas filhas todos os fins-de-semana iam-me visitar. Sempre tive o apoio delas e isso era uma grande ajuda para o meu estado emocional.”

Sandra- “A primeira vez que fui presa toda a minha família esteve do meu lado e me deu apoio mas depois não quiseram saber mais de mim como agora não querem. Eles não me compreendiam nem sabiam lidar comigo. Eu saí da prisão a primeira vez e fui para casa da minha irmã, ela não me deixava sair de casa, não tinha liberdade nenhuma. Tinha saído de uma prisão para outra prisão.”

Anabela- *“Não, nunca tive o apoio de ninguém quando fui para lá ninguém quis saber de mim, a única pessoa que me foi visitar foi um meu irmão, mais ninguém.”*

Manuela- *“Sim, a minha família sempre me apoiou em tudo que precisava. Mesmo estando chateada com os meus irmãos eles na altura estiveram sempre presentes e do meu para tudo que precisasse.”*

- **Perceber a influência que a reinserção social teve na prisão e a preparação para a liberdade**

Desde que entrou na prisão teve informação sobre a reinserção social?

Lurdes- *“Sim, sempre soube o que era mas isso não ajuda em nada. Elas conversam connosco e tentam ajudar mas não passa disso.”*

Sandra- *“Sim, informação é o que não falta porque isso existe na teoria mas na prática não existe.”*

Anabela- *“Sim, sim. Eles deram-me informação do que isso era.”*

Manuela- *“Sim, quando entrei veio logo uma técnica da reinserção falar comigo e explicar o seu papel e o que era pretendido mas só fale com ela uma vez.”*

Qual a influência que a reinserção social teve na prisão?

Lurdes- *“Nenhuma, é uma treta quando dizem que a reinserção social ajuda em alguma preparação. É verdade que eles tentam de certa forma ajudar, mas não ajudam em nada.”*

Sandra- *“O meu psicólogo foi a minha única influência para aquilo que eu sou agora, ele ajudou-me bastante, eu gostava muito de estar com ele e conversar com ele... fazia-me muito bem.”*

Anabela- *“Eles lá só conversavam connosco mas eu até gostava disso porque era uma forma de passar o tempo e eu sou uma pessoa muito faladora por isso não me importava em falar com eles mas era só mesmo isso que acontecia.”*

Manuela- *“Nenhuma. Eles não me ajudaram em nada.”*

Teve acompanhamento para a preparação para a liberdade?

Lurdes- *“Tirei o 6º ano e fiz alguns cursos como o curso de costura e pintura mas era só para estar mais ocupada porque aquilo não me iria ajudar para reinserir de melhor forma. Eu já sou reformada e já não preciso de trabalhar.”*

Sandra- *“Tirei um curso de empreendedorismo que eu pensava que me ia ajudar quando saísse mas até agora nada. Na altura foi o único curso que eu tirei porque eu queria era estar a trabalhar para ocupar mais o tempo e para ganhar o meu dinheiro. E a ajuda do meu psicólogo, como referi em cima, foi muito importante para a minha preparação.”*

Anabela- *“O único acompanhamento que tive foi a nível psicológico e também tirei um curso de fazer cintos. Todos os dias à missa e isso fez com que abstrai-se um pouco daquele ambiente.”*

Manuela- *“Durante uns tempos tive acompanhamento psicológico porque não andava mesmo bem, aquilo deixou-me mesmo em baixo e a minha cabeça não anda bem. Chorava dia e noite. Enquanto estive lá só trabalhei numa confeção a fazer camisolas e sapatos para poder juntar algum para quando saísse.”*

Acha que o acompanhamento que teve lhe beneficiou após a sua saída?

Lurdes- *“Eu saí por mim, pela pessoa que fui lá dentro e não pela reinserção. Sempre tive um bom comportamento e sempre fui uma pessoa respeitadora e que respeitava as outras pessoas.”*

Sandra- *“De alguma forma ajudou-me, principalmente a meter na minha cabeça que não quero mais aquela vida para mim. A vontade tem que vir de nós próprios porque até isso acontecer nós vamos andar sempre no mesmo, tendo um bom acompanhamento ou não, o primeiro passo tem que ser nosso e depois sim é preciso outras ajudas. Não quero mais ser presa, a cadeia é horrível.”*

Anabela- *“Enquanto estive lá dentro ajudou mas depois quando uma pessoa sai eles não fazem mais nada. Quando saí todos os meses tinha que ir ter com uma técnica de reinserção social mas não passava de falar porque ajudar naquilo que era mesmo importante isso não acontecia.”*

Manuela- *“Nenhuma. Enquanto estive lá ajudou-me a passar o tempo, mas aquilo não ajudou na minha preparação para quando sai. Sempre fui uma pessoa que gostava de trabalhar e de me desenrascar sozinha e é isso que uma pessoa tem que fazer quando sai de lá.”*

- **Perceber as dificuldades de adaptação a novas formas de vida**

Qual a maior dificuldade de adaptação após a sua saída?

Lurdes- *“Nenhuma, voltei para minha casa e tenho a minha vida de volta como sempre quis. Agora só falta o meu filho sair e fica tudo melhor.”*

Sandra- *“A procura de trabalho é a maior dificuldade que uma pessoa passa quando sai da prisão. Não há ninguém que nos ajude, o trabalho é muito importante para nós que saímos da prisão.”*

Anabela- *“Foi chegar a casa e não ter nada que me pertencia. Entrei com tudo, sai sem nada. A única coisa que tive e tenho ainda são dívidas que os meus filhos deixaram, venderam tudo por causa da droga. Os meus filhos eram toxicodependentes e por isso que me deixaram na miséria e agora não tenho ninguém que me ajude.”*

Manuela- *“Ter que ficar sem os meus filhos durante 6 meses porque o tribunal achou o melhor para mim, mas isso ainda me deixou mais a baixo. Trabalho felizmente consegui pouco tempo depois de ter saído de lá.”*

Pensava em reconstruir a sua vida após a saída?

Lurdes- *“A minha vida já está construída há muito, fui para lá mas tenho tudo na mesma, não perdi nada.”*

Sandra- “Sim, isso pensa-se sempre quando se está lá dentro mas desta vez quero muito que seja diferente e quero conseguir ter uma nova vida. O crime não compensa. Os danos causados por esta vida são muito grande e por vezes irreversíveis.”

Anabela- “Sim, pensava. Queria voltar para o meu negócio para ter o meu sustento mas agora não tenho nada.”

Manuela- “ Sim, claro. Tinha três filhos e tinha que arranjar trabalho para poder sustentar os meus filhos e sobreviver.”

- **Perceber se o tipo de crime influencia a reinserção**

Acha que o tipo de crime tem influência na reinserção?

Lurdes- “Sim, há crimes que tem mais peso do que outros e de alguma maneira influenciam. A nossa sociedade não está preparada para “receber” ou “acolher” certas pessoas que cometeram determinados crimes. A mim faz-me muita confusão as pessoas que fazem mal a crianças ou idosos... isso é desumano e revolta-me muitas vezes esse tipo de pessoas terem penas iguais ou até mesmo inferiores quando fazem mal a pessoas e nós não fazemos isso.”

Sandra- “Eu acho que o tipo de crime influência a nossa reinserção mas isso não deveria de ser assim porque todos nós merecemos uma oportunidade na vida e de mostrar que conseguimos mudar mas a sociedade não nos aceita, não nos compreende então põe nos de lado.”

Anabela- “Não. Tudo depende da vontade de cada um, é verdade que a nossa sociedade muitas vezes nos vira as costas mas nós temos que ser mais fortes do que isso e ter principalmente força de vontade para continuar em frente. É complicado mas as coisas mais cedo ou mais tarde vão dar certo, não podemos é fracassar.”

Manuela- “Sim, influência bastante. Há crimes que as pessoas toleram mais do que outros e por isso uns são mais fáceis de se reinserir mas para a sociedade os crimes de violação e homicídio são mais difíceis de lidar mas em relação ao trabalho os crimes de roubo são os piores porque não conseguem confiar em pessoas que roubam e por isso é muito complicado mas mais para uns do que para outros.”

Na sua situação acha que foi/é prejudicial para se reinserir?

Lurdes- “Não, eu já tenho a reforma e por isso não me prejudicou em nada mas noutra situação sou da opinião que deve prejudicar de alguma forma.”

Sandra- “O facto de ser ex-reclusa já é prejudicial para me reinserir mas acho que o meu tipo de crime não deveria de ser muito prejudicial, nunca fiz mal a ninguém nem nunca roubei.”

Anabela- “A única coisa que me prejudicou foi os meus filhos terem dado cabo do meu negócio, agora claro que tudo se torna mais complicado.”

Manuela- “No meu caso acho que não me prejudicou, eu consegui arranjar rapidamente trabalho depois de ter saído da prisão mas a verdade é que o sítio onde eu trabalho não sabe que fui presa. Eu não gosto de falar disto com ninguém e não há muita gente que sabe o que aconteceu por isso é mais um motivo para não haver tantos comentários.”

- **Perceber qual a opinião em relação à reinserção e ao género**

Na sua opinião quem acha que tem maior facilidade de se reinserir, os homens ou as mulheres?

Lurdes- “Na minha opinião as mulheres são mais fáceis de se reinserir mas isso também depende da vontade de cada pessoa. O importante é ser trabalhador e cumprir os deveres que lhes são propostos.”

Sandra- “Eu acho que é igual, tanto o homem como a mulher têm as mesmas capacidades para se integrarem na sociedade.”

Anabela- “As mulheres, elas têm mais força e coragem para enfrentarem a sociedade do que os homens e eles também são mais frágeis do que as mulheres e isso pode fazer com que eles recaem mais facilmente no crime.”

Manuela- “As mulheres. Nós somos mais desenrascadas e temos mais vontade.”